

Mariana Falcão Duarte

FIGURAS DO DISSENSO

A subjetivação política na construção
de novas memórias para a cidade de
Belo Horizonte



Mariana Falcão Duarte

FIGURAS DO DISSENSO:
A subjetivação política na construção de
novas memórias para a cidade de
Belo Horizonte

Belo Horizonte
2017

Mariana Falcão Duarte

FIGURAS DO DISSENSO:
A subjetivação política na construção de
novas memórias para a cidade de
Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Linha de Pesquisa: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e suas relações com outras artes e ciências.

Orientador: Prof. Dr. Renata Moreira Marquez

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

D813f	<p>Duarte, Mariana Falcão. Figuras do dissenso [manuscrito] : a subjetivação política na construção de novas memórias para a cidade de Belo Horizonte / Mariana Falcão Duarte. - 2017. 175 f. : il.</p> <p>Orientadora: Renata Moreira Marquez.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.</p> <p>1. Belo Horizonte (MG) - História - Teses. 2. Luxemburgo (Belo Horizonte, MG). Teses - 3. Patrimônio cultural - Teses. 4. Espaço urbano - Teses. 5. Fotografia - Teses. 6. Toponímia - Teses. 7. Antropologia urbana - Teses. I. Marquez, Renata Moreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.</p> <p>CDD 981.511</p>
-------	---

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 28 de agosto de 2017 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Renata Moreira Marquez (Orientadora-EA-UFMG) renata Marquez

Profa. Dra. Celina Borges Lemos (EA-UFMG) Celina Borges Lemos

Profa. Dra. Alicia Duarte Penna (PUC-MG) Alicia Duarte Penna

Para Ivo e Isabel

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a construção e concretização deste trabalho, em especial aos seguintes colaboradores e colaboradoras:

Prof. Dra. Renata Moreira Marquez, minha orientadora, pela atenção, competência e contínua paciência com que, a todo momento, apontou caminhos, iluminou as estradas e corrigiu desvios. Obrigada pelos ensinamentos para a vida;

Aos novos amigos Ivo e Isabel, que aceitaram ter parte de suas memórias compartilhadas e tomadas como foco de reflexão nesta pesquisa, sem as quais este trabalho não seria possível;

Prof. Dra. Alícia Duarte Penna, pelas referências e novos apontamentos trazidos à tona através de palavras carregadas de um misto de delicadeza e força, fundamentais para a construção de um trabalho consistente e humano;

Prof. Dra. Celina Borges Lemos, pela confiança e apoio contínuos durante as diferentes etapas deste processo e pelos direcionamentos finais que auxiliaram no crescimento desta pesquisa;

Prof. Dr. César Guimarães, pelas excelentes referências e abertura de novos horizontes;

Prof. Dr. Carlos Antônio Leite Brandão, pelo acolhimento e direcionamento nos primórdios deste trabalho;

Prof. Dr. Maria Eugênia Dias, pela paciência e contribuição, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa;

Prof. Dr. Tito Flávio Aguiar, pela enorme colaboração através de sua tese de doutorado e conversas;

Prof. Josemeire Pereira Alves, pela abertura generosa e pelas contribuições através de suas pesquisas;

Ecléa Bosi (*in memoriam*) pelos frutos deixados, pela grande contribuição através das publicações de suas pesquisas em psicologia social e pela inspiração através de sua atuação junto ao Programa Universidade Aberta à Terceira Idade;

Nydia Negromonte, pela abertura e generosidade ao compartilhar seus trabalhos e experiências,

Aos meus professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC, Especialização em História da Arte Contemporânea e Mestrado em Arquitetura da UFMG, Maria Elisa Baptista, Mônica Eustáquio Fonseca, Mário Lúcio, Zahira Souki, e Adolfo Cifuentes, pelo apoio e contribuição para o meu processo de desenvolvimento cultural e humano;

Escola da Serra, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas e Escola de Arquitetura da UFMG, instituições às quais devo aportes fundamentais para minha formação intelectual e profissional;

Paula e todos os demais funcionários da Secretaria do NPGAU e da Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG, sempre solícitos e prestativos;

Aos funcionários do Museu Histórico Abílio Barreto e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte pelo auxílio;

Gabriel Castro, Junia Cambraia Mortimer, Gabriela Pires, Antônio Esteves, Mariana Borel, Sarah Floresta, Alessandro Borsagli, Priscila Musa, Lisandra Mara Silva – amigos, pesquisadores e colegas de curso que me apoiaram e auxiliaram de diferentes formas em diferentes momentos;

Meus amigos que me apoiaram nos bastidores deste trabalho e que ajudaram a trazer mais leveza para esse processo: Pedro Henrique Fonseca, Mariana Mota, Juliana Cunha,

Denise Vilela, Laura Damasceno, Deborah Lopes, Paula Rezende, José Marcos Vieira, Gabriel Souza;

Meus sogros Graça e Dilermando pelo apoio e suporte;

Meus avós, Lola e Leão, pelo carinho e inspiração;

Minha mãe Lara e meu padrasto Davi, pelo amor e incentivo;

Meu pai, Fernando, pelo interesse, amor e força durante essa jornada;

Meu filho João pela constante presença, respeito e interesse pelo meu trabalho. Não há palavras para descrever o quanto sua curiosidade pelo mundo me impressiona;

Meu marido Daniel, que colaborou na construção dessa pesquisa partilhando suas experiências na Rua Silvéria Cândida Pinto e no bairro Luxemburgo. Sem seu amor, interesse e inúmeras contribuições nada disso teria sido possível.

Eu mesma mudei de casa e em cada casa que morei plantei um pomar, mas não cheguei a colher frutos a não ser na casa de Cotia, onde vivi por 40 anos e da qual saí há alguns meses. Sinto muita falta das minhas árvores. A vida é um pouco isso, plantar árvores frutíferas, pedindo a Deus que alguém esteja lá depois saboreando os frutos

Ecléa Bosi

RESUMO

Este trabalho é uma imersão em um fragmento da história da cidade de Belo Horizonte através da análise histórica e política do topônimo da Rua Silvéria Cândida Pinto, localizada no bairro Luxemburgo, situado na zona centro-sul da cidade de Belo Horizonte. A metodologia utilizada consistiu na revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias, tendo como postulados principais a abordagem dos estudos sobre memória e psicologia social de Ecléa Bosi, os conceitos sobre história de Walter Benjamin e o conceito de subjetivação política que engloba os ideais de democracia e identidade de Jacques Rancière. Utilizando as perspectivas de análises presentes no planejamento urbano e regional, mescladas ao método etnográfico e historiográfico de levantamento e análise, foi possível criar um panorama urbano, histórico e político da região onde a via se insere, trazendo à tona depoimentos orais de moradores e fotografias vernaculares da época da urbanização da via, além de documentos oficiais sobre a origem da rua e do bairro, disponibilizados por museus e instituições responsáveis pela salvaguarda da memória da cidade. Não se buscou aqui o encontro de uma verdade histórica, mas a criação de uma cena onde as funções e lugares dos personagens são embaralhados e invertidos. O espaço construído a partir da fala dos depoimentos orais e das fotografias registradas conformam um território de possibilidades pois juntas, fala e imagem, são capazes de dar a ver histórias pessoais que se chocam com a história oficial e que, por sua vez, evidenciam as formas de visibilidade e aparição da história e a ação das forças hegemônicas sobre a construção da memória coletiva e oficial.

Palavras chave: Memória; História; Fotografia; Toponímia; Espaço urbano; Política; Identidade; Democracia.

ABSTRACT

This study immerses in a fragment of the history of Belo Horizonte through the historical and political analysis of the Silvéria Cândida Pinto street toponym located in the neighborhood of Luxemburgo, in the south-central area of the city. The methodology employed consisted of a bibliographical review of primary and secondary sources, whose main theorizations lie in Ecléa Bosi's studies on memory and social psychology, on Walter Benjamin's history concepts, and on the concept of political subjectivation that encompasses Jacques Rancière's ideals of democracy and identity. By making use of the urban and regional planning analytical approach combined with the ethnographic and historiographic research and analysis method, it was possible to create an urban, historical, and political panorama of the region where the street is located, from which residents' oral testimonies and vernacular photographs of the street urbanization period emerged, in addition to official documents on the origin of the street and the neighborhood made available by museums and institutions responsible for safeguarding the memory of the city. The present study did not seek to establish historical truth, but to create a scene in which the characters' functions and roles are intertwined and inverted. The space constructed from the oral testimonies analysis and the photographs form a territory of possibilities since the speech and image association allows for a clash between personal stories and official history, which, in turn, shed light in the forms of history creation and visibility, as well as in the action of hegemonic forces related to the construction of collective and official memory.

Key words: Memory; History; Photography; Toponymy; Urban space; Politics; Identity; Democracy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa das regionais de Belo Horizonte	55
FIGURA 2 – Fotografia vista aérea da Rua Silvéria Cândida Pinto	56
FIGURA 3 – Mapa de uso e ocupação de parte do Bairro Luxemburgo	57
FIGURA 4 – Mapa de parte da Ex-Colônia Afonso Pena	58
FIGURA 5 – Fotografia da Rua Guaicuí	59
FIGURA 6 – Fotografia da Rua Fábio Couri	60
FIGURA 7 – Fotografia da Rua Guaicuí	61
FIGURA 8 – Fotografia do corredor residual	62
FIGURA 9 – Fotografia de Ivo Dias	63
FIGURA 10 – Fotografia da mina d'água	64
FIGURA 11 – Fotografia da mina d'água	65
FIGURA 12 – Fotografia da Igreja Batista	66
FIGURA 13 – Fotografia da Rua Silvéria Cândida Pinto	69
FIGURA 14 – Fotografia da fachada frontal da residência de Ivo Dias	70
FIGURA 15 – Fotografia da fachada frontal da residência de Ivo Dias	70

FIGURA 16 – Fotografia dos passeios da Rua Silvéria Cândida Pinto	71
FIGURA 17 – Fotografia dos passeios da Rua Silvéria Cândida Pinto	71
FIGURA 18 – Fotografia dos centros comerciais	72
FIGURA 19 – Fotografia dos centros comerciais	72
FIGURA 20 – Planta de Subdivisão do lote colonial 19	75
FIGURA 21 – Registro de imóveis	76
FIGURA 22 – Fotografia da instalação dos postes de luz	77
FIGURA 23 – Fotografia da inauguração da placa	79
FIGURA 24 – Fotografia da inauguração da placa	79
FIGURA 25 – Mapa da ocupação Dandara	95
FIGURA 26 – Planta Geral da Cidade de Minas de 1895	98
FIGURA 27 – Detalhe da Planta Geral da Cidade de Minas de 1895	99
FIGURA 28 – O cone da memória	134
FIGURA 29 – Fotografia da maquete da casa de Ivo Dias	147
FIGURA 30 – Ivo Dias em sua casa	158
FIGURA 30 – Ivo Dias cuidando de seu quintal	159

FIGURA 32 – Frutos do quintal de Ivo Dias	160
FIGURA 33 – Frutos do quintal de Ivo Dias	160
FIGURA 34 – Frutos do quintal de Ivo Dias	161
FIGURA 35 – Frutos do quintal de Ivo Dias	161
FIGURA 36 – Frutos do quintal de Ivo Dias	162
FIGURA 37 – Frutos do quintal de Ivo Dias	162
FIGURA 38 – Colégio Pitágoras	163
FIGURA 39 – Vista aérea do córrego do Leitão	164
FIGURA 40 – Canalização da Avenida Prudente de Moraes	165
FIGURA 41 – Bairro Coração de Jesus	166
FIGURA 42 – Anúncio Ouro Velho Mansões	167
FIGURA 43 – Guia História de Bairros	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
CCNC	Comissão Construtora da Nova Capital
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
PIB	Produto Interno Bruto
ZAR-1	Zona de Adensamento Contido contendo área com articulação viária precária ou saturada
ZAR-2	Zona de Adensamento Contido contendo área com condições precárias de infraestrutura ou topografia
ZPAM	Zona de Preservação e Proteção Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. IVO DIAS	34
1.1. Filmagem: retrato de Ivo Dias (22/03/2017)	37
1.2. Impressão: álbum de família (entre o público e o privado)	38
1.3. Transcrição: depoimentos (2016 - 2017)	39
2. A TOPONÍMIA COMO CONSTRUÇÃO CULTURAL	51
2.1. A Rua Silvéria Cândida Pinto	42
2.2. Uma história social do espaço	80
2.3. A dança dos nomes	83
2.4. Topônimos da nova capital	88
2.5. A Ex-Colônia Afonso Pena	95
2.6. O bairro Luxemburgo	104
3. DESCONEXÕES NA CIDADE	111
3.1. A construção de outras histórias	112
3.2. Fotografia e política	121
3.3. A memória social	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
ANEXOS	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é construir um espaço a partir da fala e das fotografias produzidas por Ivo Dias, antigo morador do bairro Luxemburgo, situado na zona centro-sul de Belo Horizonte. Aqui busca-se desvelar fatos não contados sobre a história da cidade, fazendo explodir a continuidade homogênea de um tempo histórico divulgado pelas mídias e pelas instituições responsáveis pela salvaguarda da história oficial da cidade. Não se pretende aqui destituir a memória oficial do bairro criando outra em substituição, mas acrescentar e construir no tempo outras histórias e significados. É um trabalho sobre a história de uma resistência, sobre um tempo que se abre e sobre as possibilidades que se desenrolam a partir dessa abertura.

Inicialmente é importante trazer à tona parte do cenário onde esta pesquisa se iniciou, já que sua abordagem nasceu de um contexto onde a relação da memória espacial com a fotografia já vinha sendo pesquisada em outros momentos.

Durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo trabalhei como estagiária elaborando fichas de inventário de municípios participantes do ICMS Patrimônio Cultural, uma lei federal que visa colaborar com a preservação da memória e do patrimônio cultural dos municípios através do repasse de recursos do ICMS dos estados. Nesse estágio tive a chance de viajar pelo interior de Minas Gerais conhecendo algumas cidades e seus respectivos moradores para preencher, a partir de entrevistas e registros fotográficos, as fichas que contextualizavam historicamente os bens móveis e imóveis de valor cultural, ressaltando a importância de sua manutenção para o município. A fotografia é amplamente explorada no âmbito patrimonial, rerepresentando o ambiente construído com maior foco no desenho arquitetônico, buscando evidenciar os produtos que determinadas sociedades foram capazes de produzir num dado intervalo de tempo. Essas fotografias tendem a ser empregadas em função de mentalidades preservacionistas, que procuram congelar a arquitetura para que a mesma não se perca numa sociedade de consumo.

Já em 2007 elaborei, como trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo, a espacialização do Museu da Pessoa, um museu virtual e colaborativo de histórias de vida voltado para a divulgação da memória de qualquer pessoa. Através de um acervo que é alimentado de forma colaborativa, onde qualquer um pode se tornar parte integrante de seu conteúdo, o museu

possui hoje um patrimônio que resguarda milhares de histórias de brasileiros de todas as idades e classes sociais, registradas através de histórias orais gravadas em áudio e vídeo.

Posteriormente em 2011 ingressei em uma especialização em História da Arte Contemporânea, onde elaborei como trabalho de conclusão de curso uma pesquisa que investigou o projeto fotográfico *Paisagem Submersa* e seu potencial como registro da memória e do cotidiano espacial. Esse projeto, elaborado pelos fotógrafos João Castilho, Pedro David e Pedro Motta, registrou o processo de reassentamento de sete municípios do Vale do Jequitinhonha que foram inundados em função da construção da Hidrelétrica de Irapé. As imagens, captadas pelas lentes dos três fotógrafos de forma independente durante cinco anos, abordam de forma bastante poética momentos distintos do processo de reassentamento, tal como as comunidades ainda em suas terras, o desmanche das casas e, por fim, as comunidades reassentadas. Esse projeto ressaltou o drama dos habitantes em sintetizar o que poderia ser levado da antiga comunidade para a nova, pois foi capaz de registrar, através de imagens técnicas, o desafio de se ver diante de objetos memoráveis carregados de valores afetivos e imaginários, capazes de dar segurança e orientação e que são sínteses vitais em torno das quais um futuro iria se erguer (COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS, 1997).

O projeto *Paisagem Submersa* me levou de encontro ao projeto *Memória Histórica de Nova Ponte*, desenvolvido pela Escola de Arquitetura da UFMG em 1987, e parte integrante dos projetos ambientais elaborados pela CEMIG para tentar minimizar os impactos sócio-econômicos-culturais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. A partir do levantamento da origem e da evolução da cidade foram recolhidas as referências urbanísticas e arquitetônicas mais significativas segundo seus habitantes, na tentativa de compreender seu cotidiano, além de registrar seus marcos físicos, afetivos e memoriais (CEMIG, 1987). Desta forma este projeto se conformou como um documento de divulgação de uma metodologia capaz de guiar futuras intervenções do gênero, além de um registro para a preservação da memória da antiga cidade de Nova Ponte.

A contribuição desse projeto a esta pesquisa é extensa, já que a partir dele tive acesso a um método de levantamento social e urbano que se estende

além do simples levantamento histórico-documental, pois adentra também o campo da sociologia por incluir no diagnóstico um discurso histórico-afetivo, entrevistas com os moradores, vivências dos pesquisadores na cidade, além do levantamento de histórias orais e da observação das dinâmicas ocorridas no espaço urbano para a produção de croquis e fotografias. O projeto *Memória Histórica de Nova Ponte* também trouxe à tona conceitos fundamentais que nortearam a produção deste trabalho, além de tornar conhecidas as pesquisas em memória social de Ecléa Bosi, autora cuja obra foi intensamente utilizada nesta pesquisa para direcionar tanto a metodologia, quanto as análises dos depoimentos. As relações entre o espaço e a identidade, que consideram as cidades e seus edifícios como símbolos que permitem o reconhecimento do sujeito frente à história, capazes de revelar "quem somos, de onde viemos e para onde podemos ir, noções fundamentais para a nossa existência" (CEMIG, 1997), serviram de apoio aqui para reafirmar a importância de se multiplicar as formas de levantamento e registro das diferentes manifestações da memória individual e coletiva.

Esta pesquisa partiu do contexto anteriormente mencionado para buscar em Belo Horizonte topônimos que fizessem referência a nomes de personalidades que possuem alguma relação com a cidade, uma vez que a nomenclatura das vias é capaz de trazer à tona fragmentos desconhecidos de sua história. Quem são os ilustres desconhecidos cujos nomes podem vir a se tornar referenciais tão simbólicos dentro de nossa cidade?

A atribuição de um nome próprio a uma rua segue as regras de um protocolo que busca diversificar os nomes das ruas, inibindo a permanência dos nomes numéricos ou alfabéticos implantados durante os processos de loteamento de áreas que estão em processo de urbanização. De acordo com a lei, os topônimos devem referenciar personalidades que possuíram relação estrita com a região onde a via está inserida: devem referenciar pessoas que moraram, trabalharam ou colaboraram de alguma forma com a realização de algum feito relevante na região, e por isso se tornaram passíveis de terem seus nomes relacionados àquele lugar. A observação da antroponímia, ou seja, dos nomes de lugares provenientes de pessoas, faz parte de um processo político-cultural presente no cotidiano da cidade com potencial de trazer à tona histórias pouco divulgadas, já que a consciência toponímica não se resume apenas ao

reconhecimento espacial, mas ao reconhecimento de identidades múltiplas, agregadas em cada topônimo. Um topônimo é símbolo de um espaço físico, mas é também um índice capaz de sugerir narrativas, já que o ato de nomear um espaço transforma-o simbolicamente em um lugar e, por sua vez, em um espaço com história. Isso significa que dar nome a um lugar é criar uma "história social do espaço", através da qual uma cultura irá expressar sua presença (SEEMAN, 2005).

Durante esta pesquisa constatei que a ferramenta que possibilita referenciar alguém através de um topônimo acaba por se tornar também uma ferramenta de imputação de memórias. Através da nomeação de um próprio público atribui-se uma conexão de alguém com aquele espaço de forma a fortalecer um vínculo, ou até mesmo criar uma relação, o que acaba por trazer uma visibilidade tendenciosa a certos personagens da história para a memória coletiva da população. Na prática o batismo de ruas com o nome de personalidades se configura, de maneira geral, como uma homenagem simbólica, um ato que gera prestígio ao homenageado. Uma vez que atribuição de um nome próprio a uma rua inscreve naquele espaço uma história relacionada ao homenageado, o batismo acaba por se tornar uma espécie de moeda de troca política, considerando que é o poder legislativo o responsável por aprovar a alteração dos nomes dos próprios públicos. O curioso é observar que existe um rastro através do nome próprio de uma rua que pode nos levar a desvelar histórias locais ou simplesmente constatar a atuação dos aparelhos que exercem o poder e buscam organizar a ordem social e política dentro da cidade.

Para elaborar essa costura entre o espaço, a memória e a fotografia foi feito um primeiro levantamento de nomes de ruas de Belo Horizonte que fazem referência a personagens, pré-selecionando alguns casos cujos topônimos se conectam a pessoas que possuíram relação estreita com a região onde a via se encontra. A ideia inicial foi identificar moradores de logradouros dispostos a compartilhar histórias e materiais gráficos sobre elas, especialmente fotografias que rerepresentassem esses espaços cotidianos em momentos passados. Foram estabelecidos alguns contatos com moradores dos bairros Serra, Santa Efigênia e Luxemburgo, pertencentes às regiões centro sul e leste da cidade. A pesquisa se ateve a essas regiões num primeiro momento em função da pré-existência de

vínculos com moradores das vias em questão, o que facilitou a coleta de informações primárias, fundamentais ao levantamento inicial da pesquisa.

Durante a etapa de levantamento foi essencial o contato estabelecido com a artista plástica Nydia Negromonte, que me apresentou o trabalho *O livro de Lili* em coautoria com a também artista plástica Thereza Portes. Era necessário expandir e desconstruir os modos de relacionar fotografia e memória espacial, indo além das abordagens comumente feitas na arquitetura relacionadas à preservação de patrimônio histórico.

De forma bem particular, o trabalho de Nydia e Thereza aborda as histórias dos habitantes da Rua Tenente Anastácio Moura, situada na região leste de Belo Horizonte, no bairro Santa Efigênia, e suas relações com a publicação *O livro de Lili*, uma cartilha amplamente utilizada nos processos de alfabetização do início do século XX. Tomando informações primárias sobre alguns moradores como ponto de partida, foi costurada uma grande rede de relações que deu origem a uma estrutura poética similar a de uma constelação. As artistas visitaram as casas dos vizinhos, pesquisaram sobre seus moradores, levantaram e colheram fotos, inclusive do Tenente Anastácio Moura e da rua na época de sua urbanização, além de materiais originais relativos ao *Livro de Lili*. Os componentes dessa constelação partiram da rua como um denominador comum e foram geograficamente representados pelos números 600 a 683. Embora destituídos de qualquer relação entre si, os moradores que residiram e trabalharam nestas edificações são unidos por uma abordagem conceitual metafórica, configurada ao analisarmos mais a fundo suas histórias, que tal como estrelas geograficamente próximas umas das outras, são interligados por conexões imaginárias aptas a conformarem diferentes arranjos. Levantados os elementos particulares dos componentes inseridos nessa constelação, conexões capazes de resgatar conteúdos relativos a capítulos da história da cidade são reveladas, evidenciando as relações de alteridade entre os vizinhos, o espaço da rua e os seus novos interlocutores.

Essa teia de relações se estendeu para além dos limites físicos da rua Tenente Anastácio Moura propriamente dita, sendo capaz de agregar outros habitantes numa experiência estética da cidade. A pesquisa culminou numa ocupação/exposição/installação na Galeria GTO do Sesc Palladium em 2016, onde o público foi convidado a refazer algumas lições do *Livro de Lili* e

compartilhar experiências pessoais e vivências relacionadas à publicação. Contrariando uma ordem comum onde fatos históricos são apresentados de forma linear, com começo, meio e fim, o projeto de Nydia e Thereza não desejou encontrar um ponto final, exaltar uma suposta veracidade histórica ou ostentar uma possível "memória coletiva", mas permitir a apropriação das histórias contadas, gerando diálogos entre os próprios personagens que dela participam e entre os personagens e o público do Sesc. Assim foi possível que os personagens envolvidos e presentes criassem analogias e construíssem significados de acordo com valores e histórias pessoais. As imagens do *Livro de Lili* apresentadas, além das antigas fotografias de álbum de família, foram capazes de gerar regimes de significação que apelam aos processos de memória psíquica de seus observadores, possibilitando que a constelação apresentada fosse capaz de se expandir, agregando outros corpos e conformando outros arranjos e diagramas a partir de sua apropriação. Refazer as lições de Lili foi um pretexto para que memórias viessem à tona, criando uma grande rede de compartilhamento de experiências pessoais, impressões sobre o livro, sobre as lições, sobre o passado e o presente.

O mapeamento da constelação da Rua Tenente Anastácio Moura tocou o desenvolvimento deste trabalho, pois evidenciou a possibilidade de criar diferentes aproximações entre personagens aparentemente desconexos, já que as artistas criam um gesto de mediação através das referências costuradas tornando possível essas aproximações. Essa foi a maior contribuição do projeto para esta pesquisa, que também não deseja trazer uma verdade utópica à tona, mas ouvir personagens que compõem a história da cidade de Belo Horizonte e são capazes de ressignificá-la.

Após investigar algumas ruas de Belo Horizonte e seus respectivos moradores, constatei que o potencial do conteúdo de informações e materiais acerca da história da Rua Silvéria Cândida Pinto, situada no bairro Luxemburgo, era suficientemente significativo por ser capaz de demonstrar a importância da micro história dentro da historiografia oficial da cidade, e evidenciar as fraturas entre a memória individual e a memória coletiva, além de tornar possível a observação do importante papel que a fotografia exerce dentro de uma pesquisa historiográfica. Foi estabelecido um contato direto com Ivo Dias, que reside na rua desde o nascimento e que é neto de Silvéria Cândida Pinto. Ivo nos

apresentou importantes documentos e informações referentes à área onde a rua se insere, além de fotografias da região na época da urbanização do bairro. Em função da densidade do material levantado junto a ele, foi estabelecido que os relatos de Ivo, assim como as fotografias que ele registrou, seriam o *corpus* de pesquisa deste trabalho.

Através da relação estabelecida com Ivo foram feitas entrevistas e coletas de dados que permitiram o levantamento de outras informações, imagens, mapas e reportagens em bibliotecas e arquivos públicos da cidade de Belo Horizonte. A micro história levantada nesse processo se mostrou capaz de ressignificar o território da cidade, trazendo à tona uma memória não oficial relativa à rua e ao bairro, tornando visível parte de uma história que estava encoberta.

As imagens fotográficas de autoria de Ivo ilustram e dão nova dimensão para a relação entre o espaço da cidade em tempos passados e a memória dos personagens que deram origem ao nome da rua e, assim como seu discurso, não pretendem se estabelecer como meios de verificação, comparando o espaço passado com o presente e qualificando um em detrimento do outro. Suas imagens são tratadas como elementos capazes de dar acesso a aspectos da imaterialidade da memória, aptos a propor novas possibilidades de repensar a história (RANCIÈRE, 2009. Os símbolos e as expressões das sociedades, que são capazes de traduzir seus modos de vida particulares, podem ser rerepresentados por fotografias cuja perspectiva se foca no ordinário, proporcionando nos observadores reações que remetem à memória daquele espaço. Elas se tornam capazes de assumir o papel de agentes rememoradores, potencializando as operações da memória, já que em muitos momentos elas se mostram aptas a remeterem um sujeito ao reconhecimento e identidade daquela sociedade frente à história de forma bastante sensível. Seriam elas capazes de se configurarem como ferramentas processuais de construção de conhecimento, recuperando cenários e dando dimensão às trocas sociais ocorridas em tempos passados?

A memória por si só é esburacada e repleta de lacunas. São suas operações que possibilitam dar consistência ao que é rememorado: ver, viver, crer e habitar são dinâmicas tecidas a partir das relações espaciais e temporais, e evidenciam o que ainda permanece, o que foi herdado, o que foi apagado, o

que estava invisível e apareceu, o que estava preso e de repente insurgiu. As operações da memória, que ocorreram em etapas diferentes desse projeto, não são apenas operações de resgate e rememoração, mas também de reelaboração de um passado para que ele faça sentido num momento presente. O depoimento oral, cujo caráter é distinto da documentação comprobatória, é uma rica fonte de pesquisa pois apura não apenas a história, mas também o valor afetivo dos objetos espaciais, arquitetônicos e urbanísticos (CEMIG, 1997).

Num primeiro momento este trabalho se ateve a uma abordagem fundamentalmente historiográfica de vertentes descritiva e crítica. Mas aos poucos ficou claro que o contexto levantado exigia mais do que a reunião de dados e a elaboração de conclusões a respeito do contexto e dos sujeitos envolvidos. Era necessário um deslocamento do meu olhar como pesquisadora, afim de tornar possível compreender o lugar do outro.

Foi a partir principalmente das leituras de Urpi Montoya Uriarte (URIARTE, 2014) que a abordagem etnográfica se mostrou pertinente, pois um fazer etnográfico é capaz de tornar visível a diversidade epistemológica, além de se configurar como um recurso de análise potente que, através da investigação de campo, evidencia os jogos assimétricos de poder entre atores distintos. Ele enriquece a abordagem descritiva e crítica de análise pois, mais do que um método, o fazer etnográfico retrata de quais formas as pessoas vivenciam as intervenções dos poderes públicos (MÜLLER, 2010).

Como Uriarte cita, a capacidade de ser afetado por outras experiências é o que caracteriza um antropólogo, um tom fundamental para este trabalho, que deseja contar sobre uma relação e sobre a experiência do outro sem objetificar os sujeitos mencionados ou se ancorar num território de certezas. A autora menciona sobre como a formação antropológica consiste em se abrir para a desestabilização (URIARTE, 2014), pois é na antropologia que se localiza o espaço para pensar a diferença. Embora essa composição acadêmica não faça parte do meu currículo, algo necessário para um real fazer etnográfico, é inevitável admitir que esta pesquisa de fato me levou a esse lugar de afetação, onde foi possível testemunhar alteridades através das inúmeras visitas e entrevistas. Uriarte cita que no fazer etnográfico urbano o campo não é mais um espaço delimitado geograficamente, mas ele "está ali, onde se encontram as pessoas que pesquisamos, as relações que queremos entender" (URIARTE,

2014). Para me deixar levar por esse contexto cultural e histórico que diverge do meu em tantos aspectos, o trabalho em campo composto por essas visitas à casa, à rua, ao bairro, se tornou uma experiência fundamental, onde foi possível me aproximar dos pontos de vista da família de Silvéria Cândida Pinto e Ivo Dias, para assim tentar compreender algumas de suas escolhas de vida mais importantes, num movimento de desenraizamento dos meus próprios conceitos (URIARTE, 2014).

Foi acolhedor ver no texto da autora que "percorrer a cidade de forma lenta, corporificada e à deriva", num método do urbanismo errante, ou até mesmo se "jogar de cabeça na vida de uma rua" consiste em práticas onde é possível utilizar o método etnográfico, descrito pela autora como um "mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos aprender e compreender" (URIARTE, 2014, p.174), mesmo que na forma de "frequentaçãõ profunda" (URIARTE, 2014, p.180), nos moldes de uma etnografia urbana:

A etnografia urbana olha, assim, "de perto e de dentro", tentando captar, mediante a experiência do trabalho de campo prolongado ou da "frequentaçãõ profunda", a perspectiva dos próprios nativos urbanos (transeuntes, moradores, usuários, sujeitos políticos como associações de bairro, etc.) em relação a como transitam, como usufruem, como utilizam, como estabelecem relações. Então os resultados da etnografia urbana (e suas narrativas) são muito diferentes das realizadas a partir apenas da observação [...], porque usar tão somente a observação gera um discurso subjetivo, enquanto que fazê-lo através da observação-participante produz intersubjetividade. O que a etnografia urbana reflete é esta intersubjetividade, este discurso a partir de uma relação [...], e não a subjetividade do pesquisador, isto é, as revelações intimistas do autor, suas próprias sensações, seu Eu. O trabalho de campo é concebido como uma experiência de imersão subjetiva, produtora de uma intersubjetividade.(URIARTE, 2014, p.181)

Antes mesmo de conhecer esse método, essa pesquisa já possuía em sua gênese uma estrutura metodológica que se assemelhava a esse fazer etnográfico. Basicamente a metodologia empregada consistiu em três etapas, onde as duas primeiras, de trabalho de campo e de formação teórica, se misturaram. As visitas ao bairro Luxemburgo, à rua Silvéria Cândida Pinto e à casa de Ivo Dias foram inicialmente bastante despretensiosas, executadas tal como um levantamento ou um reconhecimento de campo, uma vez que foi necessário primeiramente conhecer o contexto da pesquisa e os personagens

envolvidos, para entender quais seriam as abordagens possíveis. Quem foi Silvéria Cândida Pinto e quais os motivos que levaram a rua a ser batizada com seu nome? Esses foram dois questionamentos que orientaram as conversas iniciais com Ivo Dias. Foram feitas entrevistas na tentativa de compreender a memória dos antepassados de Ivo no bairro, a memória do próprio Ivo no bairro e como ele se relaciona hoje com aquele espaço, considerando que a permanência de Ivo ali pode ser vista como um enclave. Desde o primeiro contato com ele uma relação de cumplicidade teve início, pois sempre fui recebida com muita generosidade e carinho por ele e por Isabel Dias, sua esposa, sempre animados em compartilhar parte de um passado há muito vivido. A partir da segunda visita pedi autorização para gravar as conversas que, mesmo ainda bastante informais, eram repletas de passagens importantes.

Busquei mergulhar nas informações e interpretações técnicas sobre a Rua Silvéria Cândida Pinto e, num movimento de vai e vem intercalei visitas aos museus e arquivos públicos com as idas à casa de Ivo, pesquisando documentos que resguardam a memória da cidade relativos à urbanização da área e à origem do bairro, para depois retornar à casa de Ivo munida de mais informações. Utilizei questionários para as entrevistas que eram ora fechados, ora abertos, com perguntas exploratórias que deram liberdade para o entrevistado recordar e compor de forma tranquila os momentos do seu passado. Foi feita uma caminhada com Ivo Dias pelas ruas do bairro, onde ele me mostrou os limites da fazenda de sua avó, além da nascente que ainda corre na rua Professor João Martins, o corredor residual onde se localizava o Jequitibá centenário e o local onde o bambuzal da fazenda se situava, marcos espaciais importantes e que apareciam em diferentes momentos de sua fala.

Minhas conversas com Isabel, esposa de Ivo e também moradora da região desde a época da fazenda de Silvéria, ocorriam principalmente na hora do café, quando nos reunimos para fechar um dia de conversas. As lembranças permanecem enraizadas em cada um dos membros da família de Ivo e constituem uma memória simultaneamente coletiva e individual daquele grupo e de cada um dos seus componentes. Um mesmo fato ganha contornos sutilmente distintos quando contado por mais de um membro. Ouvir um mesmo fato ser contado por mais de um membro, seja Ivo, Isabel, ou seus filhos, conforma uma dinâmica de coleta de dados específica, diferente de quando a conversa é

realizada apenas com uma pessoa. O enraizamento num solo comum de acordo com Bosi (BOSI, 2010, p.423), torna os vínculos das lembranças dos familiares difíceis de serem separados. Quando há o falecimento de algum familiar, como é o caso do irmão de Ivo autor do pedido de alteração do nome da rua, é um testemunho que desaparece. A ausência daquele que vivenciou o episódio e poderia esclarecer alguns fatos levantados se conforma como uma lacuna de grandes proporções para a história, transformando as informações em meras possibilidades que se ancoram num terreno de incertezas para os parentes ainda vivos. Independentemente da ruptura entre as versões, não se pretende aqui buscar ou eleger os pontos de vista supostamente corretos, pois aqui interessa a riqueza de Ivo como memória viva, o que ressalta a diversidade de formas de se perceber e viver a cidade.

É importante ressaltar aqui também as dificuldades encontradas ao longo do processo de elaboração deste trabalho. A mais significativa foi em relação às técnicas de pesquisa que, como descreve Ecléa Bosi (BOSI, 2003), devem ser adequadas ao foco pesquisado. Uma vez que ele estivesse definido, seria necessário encontrar as formas mais adequadas de abordar o contexto e administrar o conteúdo levantado. Um dos fatores mais desafiadores foi em relação à dinâmica de campo utilizada para executar as entrevistas com Ivo Dias e sua família, já que as entrevistas de história oral compõem um campo complexo, de técnicas bem específicas. Dentro de um fazer etnográfico, Uriarte menciona que o ouvir "é um ouvir que dá a palavra, não para ouvir o que queremos, mas para ouvir o que os nossos interlocutores têm a dizer"(URIARTE, 2014, p.176). Foi necessário me aprofundar minimamente nessa temática e, para isso, mais uma vez a produção de Urpi Montoya e Ecléa Bosi foram de grande auxílio, pois orientaram minha postura como pesquisadora, além de apontar as diretrizes básicas para a elaboração das entrevistas.

O aspecto mais significativo desse aprendizado foi em relação às minhas expectativas durante as entrevistas com Ivo Dias e sua família. Ecléa menciona que "uma pergunta traz em seu bojo a gênese da interpretação final", mas "a liberdade do depoimento deve ser respeitada a qualquer preço" (BOSI, 2003, pg.55), sendo vista, inclusive, como um problema de ética da pesquisa. Os depoimentos autobiográficos são, além de testemunhos históricos, a evolução da própria pessoa no tempo, de forma que ela vê, ou procura ver a si mesma,

com uma configuração e sentido próprios. O fato da avó de Ivo ter estabelecido residência na capital do Estado, no final do século XIX, começo do século XX, período pós-emancipacionista, a coloca em um panorama observado em todo território Brasileiro, e também em diferentes nações outrora escravistas “onde houve um aumento das migrações entre áreas rurais, ou entre estas e os centros urbanos já existentes ou que se formavam então, e para os quais a mão-de-obra de migrantes era fundamental” (PEREIRA, 2015, p.1). Ivo nunca fez menção a qualquer aspecto relacionado a sua descendência ou de sua família, o que sugere que esse aspecto não seja um elemento relevante de sua história, pelo menos durante as narrativas, no sentido de se figurar como um definidor de sua própria identidade (PEREIRA, 2015).

Foi fundamental aprender a ouvir o entrevistado, respeitando os caminhos que o mesmo vai abrindo durante a evocação, "porque são o mapa afetivo da sua experiência e da experiência do grupo" (BOSI, 2003, p. 56). Minha postura diante da forma do outro se colocar precisou ser reavaliada durante o trabalho, pois foi necessário me desarmar e abandonar uma atitude arrogante que tendeu a rotular algumas circunstâncias ou impor indiretamente respostas que eu acreditava serem adequadas. Descobri que o silêncio durante a entrevista é algo tal como o sacrifício do eu, pois foi necessário aprender a ouvir as pausas durante as falas do entrevistado, respeitando os lapsos e as incertezas no discurso, pois elas indicam o trabalho da memória, e são o que Bosi chama de selo de autenticidade, já que "narrativas seguras e unilineares correm o perigo de deslizar para o estereótipo" (BOSI, 2003, p.64). O cuidado com o material coletado, principalmente na hora da transcrição das entrevistas - que são de fato a voz do outro -, foi um ponto de preocupação, já que houve um esforço em prol da manutenção do sentido original dos discursos dos entrevistados, deixando que eles se mantivessem fiéis, dentro do possível, na hora de transformar as falas em textos.

Seguindo uma sugestão da minha orientadora passei a adotar um caderno de campo para organizar as datas, os locais e os participantes das conversas, além de pontuar os assuntos abordados na visita. Ecléa Bosi (BOSI, 2003) também sugere a utilização de diários de campo, um objeto que tal como os diários dos etnógrafos, possibilita o registro dos pontos fundamentais das

conversas, a anotação de dúvidas e dificuldades encontradas em cada encontro com os entrevistados.

Dessa forma um desenho possível para essa pesquisa foi se formando, a partir da identificação dos dados e do potencial da situação analisada, que constituem "uma atividade construtiva ou criativa" (URIARTE, 2014, p.175), seguido posteriormente pela fase da "sacada". Uriarte a descreve como "quando começamos a enxergar certa ordem nas coisas, quando certas informações se transformam em material significativo para a pesquisa" (URIARTE, 2014, p.176), pelo fato das informações coletadas tornarem possível perceber a coerência da cultura do outro. A partir da banca de qualificação fui desafiada a abandonar antigos conceitos, transpondo meus próprios limites. Busquei me desarmar de signos de classe, status e instruções afim de poder receber de forma mais generosa o que os entrevistados ofereciam, tentando estabelecer não apenas uma conversa desarmada, mas uma relação de amizade. Essa postura gerou de fato, como Ecléa menciona (BOSI, 2003), uma sensação de gratidão pelo que aprendi com a família de Ivo e pela possibilidade de me apoiar em suas histórias para desenvolver o trabalho. Espero que esta pesquisa de fato faça jus a essas experiências, e que através dela a história da família de Ivo possa ser compartilhada.

Os postulados principais que guiaram este trabalho são os estudos de Ecléa Bosi sobre memória e história oral, os estudos de Walter Benjamin sobre o conceito de história, e a concepção de política em Jacques Rancière. Uma vez que a minha porta de acesso a Ivo foi o questionamento acerca do nome da rua que referênciava sua avó, achei interessante que os levantamentos historiográficos e urbanos neste trabalho, decorrentes das próprias histórias que Ivo conta, fossem guiados pelos topônimos da cidade, do bairro e da rua. Esses levantamentos tiveram o objetivo de contextualizar as histórias contadas por Ivo, buscando aproximar do leitor deste trabalho o lugar de onde Ivo fala.

A fase final desta pesquisa, a escrita, se constituiu como um enorme desafio por se configurar como um processo reflexivo que almejou tornar possível a leitura da situação, trazendo uma ordem nos dados levantados "mediante uma escrita realista, polifônica e intersubjetiva" (URIARTE, 2014, p.187). Novamente é importante ressaltar a dificuldade de amarrar essa multiplicidade de substratos ao cruzar os depoimentos de história oral e as

fotografias de álbum de família com o levantamento histórico e diagnóstico urbano da área, associados aos conceitos de Ecléa Bosi sobre história oral e memória, Walter Benjamin sobre história, e Jacques Rancière sobre política. Como incorporar a voz daqueles que compuseram a etapa de coleta de dados, através da partilha da história oral, de uma forma justa e não apenas para colaborar com uma leitura proposta por mim? Esse foi um desafio que buscou ser superado, pois o obstáculo de dominar a arte de trabalhar as falas dos interlocutores, selecionando, editando e fornecendo o contexto apropriado, além da orientação teórica, tendo sempre em foco que os relatos levantados apareçam plenamente no texto, foi algo que necessitou de superação.

O primeiro capítulo deste trabalho se inicia com a fala de Ivo Dias em vídeo, um material que integra uma entrevista gravada em março de 2017 na casa de Ivo. Foi a partir do questionamento acerca da figura de Silvéria Cândida Pinto que esta pesquisa se iniciou, cujas respostas vieram através de Ivo, o que garante a ele protagonismo neste trabalho e o coloca como fio condutor das histórias aqui contadas. Foi a partir de seus depoimentos que a pesquisa ganhou força, e por isso era importante constituir Ivo como um sujeito, distanciando-o de algo tal como um objeto de estudo. Para que isso se efetivasse era importante que o próprio Ivo introduzisse a si mesmo e a sua história de forma direta, algo que não aconteceria com tanta intensidade caso o resultado das entrevistas fosse apenas transcrito. O vídeo, mesmo que editado, minimiza mediações e interferências em sua fala, além de concretizar sua tomada de palavra, fazendo emergir o lugar da política. Seguido pelo vídeo estão as fotografias registradas por Ivo na época da urbanização do bairro. O fato das fotografias estarem soltas permite que elas sejam articuladas em diferentes arranjos e disposições de forma livre ao longo da leitura deste trabalho. A materialidade das fotografias busca assegurar-las como elementos que operam na elaboração de um espaço e nos modos de vida, e não apenas como anexos que dão a ver o que é falado por Ivo. Finalizando o primeiro capítulo apresento o resultado de algumas das entrevistas feitas ao longo de quinze meses e que complementam as informações mencionadas no vídeo, ampliando o contexto dos fatos e espaços narrados diante do tempo.

O segundo capítulo apresenta a Belo Horizonte que aparece através da fala de Ivo, numa dinâmica que desvela a história da cidade a partir da evolução

dos topônimos da nova capital do estado até o momento atual. Busco esclarecer também os significados implícitos aos atos de nomear espaços, esclarecendo as dinâmicas por trás dessas nomeações, incluindo os jogos de poder, que são, por sua vez, capazes de determinar as formas de aparição e desaparecimento da história.

O terceiro capítulo deste trabalho aborda as relações entre memória e história oral através da revisão bibliográfica de Ecléa Bosi, cuja abordagem ressalta a importância da micro história e da memória individual na construção da memória histórica e coletiva de uma sociedade. Através da história oral foi possível desvelar uma parte da história não oficial da cidade de Belo Horizonte, que se choca em alguns momentos com a história oficial sobre a origem do bairro Luxemburgo. O livro de Ecléa foi o fio que me conduziu na manipulação do material registrado através das visitas, e me deu pistas de como lançar e costurar os substratos dos meus encontros com Ivo. Colher, transcrever, identificar em meio a sua fala as nuances que indicavam os desafios vividos, os princípios que guiaram as ações do entrevistado, os vínculos mais caros, as lembranças mais queridas. Incorporei o teor narrativo das memórias colhidas e me deixei contaminar por uma exposição que dá a parte deste trabalho ares de ensaio, entremeando informações dos depoimentos orais, das teorias sobre memória, buscando dar coerência aos substratos levantados.

Para compreender as formas de aparição da história, as teses sobre história de Walter Benjamin são abordadas afim de ressaltar a importância da fala de Ivo na construção de outras histórias. É também neste capítulo que exploro o conceito de política em Jacques Rancière, buscando delinear a tomada de palavra e as fotografias de Ivo Dias como um ato de subjetivação política. O compartilhar de suas próprias memórias afim de divulgar sua história e suas imagens se configura como uma ruptura e negação do lugar que ele e sua família ocupam na memória coletiva do bairro. É fundamental que essa ação seja analisada com um olhar atento já que, segundo Rancière, a política é terreno do desentendimento, é a partir dela que a reconfiguração da partilha de experiências sensíveis sobre a cidade de Belo Horizonte se torna possível. A fotografia será abordada aqui como algo que carrega uma indeterminação e através da qual Ivo constrói sua própria identidade. Ela não é o visível, mas a condição do visível, através do qual pessoas e coisas impregnadas com sua própria história irão se apresentar de forma indeterminada.

Por não buscar o encontro de uma verdade histórica, mas a criação de uma cena onde as funções e lugares dos personagens são embaralhados e invertidos, esta pesquisa desejou exaltar as diferentes formas de se ver e viver a cidade, evidenciando visões de mundo distintas, capazes de enriquecer nossas experiências sociais por trazerem à tona a diversidade de experiências do espaço urbano. O espaço construído a partir da fala de Ivo e das fotografias revisitadas são o foco pois juntas, fala e imagem são capazes de dar a ver histórias pessoais que se chocam com a memória coletiva, testemunhando dinâmicas de aparição e desaparecimento da história.

CAPÍTULO 1.
IVO DIAS

Neste capítulo estão reunidos os substratos colhidos junto às visitas realizadas entre os anos de 2016 e 2017 à casa de Ivo Dias, situada na Rua Silvéria Cândida Pinto. Nas mais de vinte visitas realizadas durante esse período foram registrados inúmeros depoimentos orais através de gravação em áudio e vídeo. Como mencionado na introdução, os depoimentos se constituem como conversas livres, semiestruturadas, cujos disparadores foram perguntas relativas à história de Silvéria Cândida Pinto, avó de Ivo, sobre a rua onde mora atualmente e que leva o nome de sua avó, e sobre o bairro Luxemburgo.

De que forma um topônimo é capaz de desvelar conteúdos acerca da história da cidade, de seus moradores ou marcos físicos? A nomenclatura da rua Silvéria Cândida Pinto foi a porta de entrada para esta pesquisa, e é ela o elemento condutor que nos levou à rua como lugar e à Ivo Dias, morador da rua e responsável por compartilhar a história por trás do topônimo. Todos esses elementos juntos, o topônimo, a rua, Ivo Dias e suas histórias são capazes de gerar regimes de significação nos quais diferentes contextos estão envolvidos. Uma vez apropriados, esses contextos se expandem agregando e gerando outras discussões, tais como o significado de nomear espaços, os trabalhos da memória através da história oral, a cidade enquanto lugar de encontro e de disputas, as rupturas na história oficial que dão a ver outras histórias sobre a cidade, o movimento de fala daqueles que detêm memórias capazes de reconfigurar as formas de aparição de diferentes personagens na história da cidade. Aqui cabe entender: de que forma a rua Silvéria Cândida Pinto como lugar e residência de Ivo, compõem sua própria identidade? Como a escuta de Ivo colabora para a construção de outras histórias sobre Belo Horizonte?

Os depoimentos colhidos em áudio e vídeo foram transcritos por mim e reunidos num único texto, de forma que os temas abordados em nossas conversas foram agrupados em parágrafos de forma a dar fluidez e criar uma lógica entre assuntos levantados, uma vez que nossas conversas abordaram desde aspectos relativos à família de Ivo, até temas relacionados à cidade, sua estrutura física, social e política. As transcrições se constituem como uma segunda reflexão sobre minha experiência com as informações colhidas, considerando que a primeira reflexão foi a entrevista em si. O foco durante as entrevistas foi minha interação social e verbal com Ivo, onde busquei responder aos meus objetivos de pesquisa, mas com atenção no presente da entrevista. Já

no momento da transcrição ocorreu um segundo momento de escuta de sua fala, onde me coloquei no papel de interpretar os dados colhidos, revivendo o momento da coleta com enfoque no que foi ou não falado. Essa edição foi feita com cuidado, buscando minimizar tendências de interpretar as informações, tentando manter o sentido original da fala de Ivo intacto dentro das possibilidades de uma transcrição e considerando que não foi dado à Ivo a possibilidade de rever o material gravado. É importante salientar que, mesmo que a transcrição de uma entrevista seja bastante fiel e apresente uma boa reprodução do material gravado, há sempre algo perdido, uma vez que é impossível captar todas as informações apresentadas no momento da entrevista, já que, como Manzini menciona, a transcrição de um “documento oral, com sua vivacidade, colorido e calor humano para um documento escrito inerte, passivo, estático, que, além disso, reproduza somente em parte tudo quanto realmente ocorreu” (MANZINI, p.5,1983), provoca uma fragmentação, na qual parte do conteúdo é desagregada e perdida.

O depoimento em vídeo busca minimizar essa fragmentação. Nele Ivo também compartilha algumas lembranças relativas à sua família e ao lugar onde nasceu, cresceu e ainda vive; nele é possível perceber parte de sua experiência de fala, além de informações de natureza não verbal, como sua casa e quintal, que constituem aspectos importantes de sua vida e que compõem de forma significativa sua própria identidade. Ao tornar visível a casa é possível dar dimensão à relação de Ivo com o espaço, que permanece como parte dele mesmo através do tempo mesmo com todas as alterações sofridas.

Desta forma este depoimento busca dar rosto e ação a Ivo, deixando que ele se construa de forma livre. Foi hospedado no portal do Museu da Pessoa, um museu virtual e colaborativo de histórias de vida de qualquer pessoa. É seguido pelas fotografias que ele mesmo registrou da área onde ainda reside, reimpressas e materializadas, e que se constituem como objetos fundamentais à compreensão de sua fala. Por fim, o texto da transcrição reúne a fala do vídeo e as inúmeras outras entrevistas gravadas em áudio, concluindo este que é um capítulo de escuta de Ivo Dias, sua história e sobre a forma como ele mesmo se constrói, através de uma delicada mediação.

1.1. Filmagem:

Retrato de Ivo Dias (22/03/2017)

www.museudapessoa.net/pt/conteudo/video/ivo-dias-127487

1.2. Impressão do álbum de família: Entre o público e o privado

**Na versão pdf, ver Caderno de Imagens ao final do trabalho.*

1.3. Transcrição: depoimentos (2016 – 2017)¹

Meu nome é Ivo Dias, "grande" desse jeito. Nasci aqui mesmo, nesse pedaço mesmo. Silvéria Cândida Pinto foi minha avó. Lembro de tudo, ela era maravilhosa. Minha avó era guerreira, nossa senhora, fora de série, essa foi mesmo, ela que manteve isso aqui. Essa família era de Lapinha, Lagoa Santa. O fundo disso aí eu não tenho guardado não sabe? Eu tenho é dela pra cá. Mas sei que tem essa ligação com Vespasiano, essa área toda aí. Enquanto ela pode, ela deixou isso aqui tranquilo, sempre preservou as coisas aqui, brigou muito por causa disso. Era viúva, trabalhava demais. Ela batalhou, o que produziu aqui ajudou muito BH nessa época.

Ela tinha um problema com um soldado que morava ali embaixo perto da pracinha. Ele era soldado e era doido pra pegar um pedaço de terra aqui em cima. E tinha de tudo aqui, esses micos era pra todo lado. E esse soldado vinha pra cá com um bodoque, um bodoque de arco sabe? E ele usava com uma facilidade você precisava de ver! E ele vinha pra pegar os bichinhos aqui. E tinha a hora dele vir, a minha avó cercava ele lá embaixo. Fora de série, ela brigou mesmo, brigou muito. Aqui meus tios trabalharam demais pra essa área, meus tios tinham a preocupação de aceiro, fazer a cerca toda na área, e a noite tinha a hora pra eles saírem daqui procurar como é que estavam funcionando as coisas.

Nossa senhora, o que eu já fiz como criança tá doido. Pra ser macaco só precisava de pelo, porque o resto a gente fazia. Muita mangueira, subia nelas todas, qualquer tipo de árvore a gente subia. Mas eu sempre gostei de futebol, então a gente não tinha bola de couro e a gente fazia de meia. Eu gostava muito de correr, corria demais. Tinha um bambuzal aqui, então a gente chegava lá e cortava o bambu, trazia um pedaço dele. E na casa da minha avó tinha uma área muito grande, mas tinha um barranco. Hoje você vê quem faz parte das olimpíadas, aquilo com a vara. Eu fazia isso, na minha época eu fazia isso com bambu!

¹Entrevista realizada em pesquisa de campo na casa de Ivo Dias, entre os anos de 2016 e 2017

Eu era menino, eu tinha um cavalinho. A parte de baixo era toda plantada, era coisa fora de série porque eu plantava o tomate lá maravilhoso, não tinha agrotóxico, não tinha nada disso e quando começava os tomates, nossa era penca que você precisava de ver! E você podia escolher, eu ficava "qual é que eu vou?". E a minha luta era com os passarinhos. O trinca ferro, ô meu deus do céu! Era uma coisa fora de série porque ele era mais forte, ele chegava e furava mesmo. Até há pouco tempo ainda estava tendo, o sabiá eu ainda tenho aqui, de vez em quando ele ainda aparece. Mas o trinca ferro pequenininho demais, o pessoal achou que tinha que prender. É uma coisa proibida, ele não era pra ser preso. Ele cantava demais, na madrugada amanhecendo o dia, era maravilhoso. Aí começaram a prender ele e ele não era pra ser preso. Então dele não tem mais por aqui. O sabiá ainda tem uns, eu deixo até a água ali pra ele tomar banho. Tinha rolinha! Há pouco tempo, depois que cresceu aqui, mudou tudo. Ainda teve uma "bendita" de uma dona que pôs remédio pra rolinha, matou mais de cem rolinhas. O que a gente tinha nessa época aqui... você conhece Tiú? Tinha tatu, tatu andava aqui pra todo lado. Pássaro tinha demais, sabiá até hoje ainda tem dele. O trinca ferro, tinha canário, tinha a rolinha que ainda tem até hoje. Ela está meio sumida, mas ainda tem dela, de vez em quando ela aparece. Aparecia cobra grande! Galinha, porco, tinha porco, nossa mãe do céu! Complicado. A medida que eles iam crescendo eles saiam do chiqueiro e o terreno era muito grande e andavam pra tudo quanto é lado, eles andavam até na cozinha. A gente brincava com eles, corria. Quando ia chegando o ponto de castrar pra engordar, aí ele ficava preso preparando pra engordar chegava no ponto dele nem levantar mais. Mas depois com o passar do tempo, na época de matar o porco minha mãe não ficava em casa, ela saía, ia lá pra mata e esperava fazer o serviço. E eu segurei a gamela muitas vezes pra aparar o sangue. Hoje, depois que a gente começou a avaliar a vida e, meu deus do céu, você ver o bichinho nascer, cuidar dele... e chegar o ponto disso. E era uma coisa tão fora de série, porque não era só aqui não, a área aqui quase todo mundo tinha. Na madrugada você podia saber, na hora que o bichinho começava a gritar você podia saber, estava na faca. A gente passou por isso. Tudo tem o tempo, teve essa época, hoje mudou, chegou num ponto da vida que as autoridades proibiram de se ter um chiqueiro. Na época achava que isso estava certo, mas na vida graças a deus tudo passa.

Daqui a gente podia ver até a Serra da Piedade. Nesse momento agora que o sol está se pondo, você via a igrejinha branca. A igreja de Santo Antônio, a gente via ela daqui, hoje sumiu, você não vê mais. Parte aqui era mata atlântica. As árvores que tinha aqui hoje estão longe. Até que no mosteiro ainda tem dela. Jequitibá, jacarandá, sucupira, tinha essas coisas todas, peroba rosa, era esse tipo de árvore que tinha aqui.

Isso aqui era como se fosse fazenda, estava fora de BH. A fazenda ia da Guaicuí à Juvenal dos Santos, da Luiz da Rocha à Fábio Cury. Aqui a gente tinha quase de tudo, meus tios plantavam alface, almeirão, couve, tomate, essas coisas todas. E tudo ia pro mercado. Meus tios no plantar ajudaram demais BH porque produziram pro mercado. Eu era criança e tinha um cavalo aqui pra levar as verduras. Eu ia com meu tio, mas gostoso mesmo era a volta, porque na volta eu voltava montado. A gente ia toda semana, eu ia com ele, maravilhoso esse período da vida. Era difícil aqui, mas graças a Deus era maravilhoso, porque com a tranquilidade dessa época mesmo com as dificuldades que tinha, era maravilhoso.

Minha avó morava lá embaixo no fundão, na primeira casa lá debaixo. Enquanto era minha avó lá embaixo minha mãe construiu aqui com meu pai. Minha mãe morou primeiro aqui em cima, onde eu nasci, depois que meu pai foi embora ela foi morar lá embaixo na casa da avó. Aqui faltavam dois quartos, quando foram feitos os quartos eu era menino perto de uns oito anos, ou até menos que isso. Meu pai trabalhava no posto ali na Raja Gabaglia, lá no ministério, e numa tarde ele chegou do trabalho com uma forma grande. Me chamou e falou: isso aqui nós vamos fazer adobe. Eu fiquei encantado com a forma, sabe porquê? É uma coisa que eu sempre gostei, adoro madeira. Aqui era tudo limpo, era cerrado. Lá onde é o hospital hoje era cerrado também, e dava um capim baixinho, maravilhoso, o campo era fantástico. Então no barranco aqui ele cortou, pegou e molhou a terra. E me levou lá em cima no campo, onde ele cortou o capim e trouxe. Quando ele chegou aqui colocou no barro, na terra que estava molhada, jogou em cima e foi amassar. Amassou o barro com esse capim misturado e foi fazer os adobes. Batia, enchia a forma e aquele capim servia como se fosse hoje o arame, a ferragem. Esses dois quartos que estavam precisando foi assim.

Em cinquenta (1950) mais ou menos, a corrida de italianos aqui foi absurda, porque houve essa migração né? Tinha terminado a guerra. Foi em 45, quer dizer, mas esse pessoal até 50 estava correndo ainda. E aqui, nossa senhora! O que veio de italiano pra vila aqui, italiano de todo jeito! Mas lá era maravilhoso, pessoal muito alegre, lá tinha um terreirão de todo tamanho. A gente não tinha luz aqui, não tinha estrutura nenhuma, nós íamos pra lá, a lua que iluminava. A gente fazia roda, passa de anel, essas coisas assim.

A fazenda não tinha nome, a gente vivia, graças a deus. Lá embaixo chamava assim "vila Afonso Pena". Por exemplo a praça era parte da vila, pra cima não subia ninguém. Era só proprietário dessa área aqui que subia. A gente tinha porteira lá embaixo. Na vila eram famílias, tinha muita gente, moradores, igual a gente mesmo. A Colônia Afonso pena era até determinado ponto. A gente já teve porteira, tinha a porteira lá na Gentios. Aí quando chegava ali, terminava a colônia, entrava nessa área nossa aqui, que era área de plantação. A minha família foi a que mais trabalhou nesse sentido. Tinha duas fazendas, uma dos italianos e a outra era lá embaixo, onde tem um hotel agora. Mas até hoje eu fico pensando, porque dessa porteira? Porque a família que trabalhava na área lá embaixo, eles eram búlgaros, e teve essa porteira, mas eu não sei o porquê que ela foi colocada lá, também nunca precepei com isso. Então tem essa porteira é a colônia, saiu da colônia pra cá o que era? Era como se fosse uma fazenda, uma coisa assim.

Quando a gente precisava de um endereço alguma coisa assim, a gente colocava a Gentios n° 350, a rua mais antiga que tem aqui é ela, e 350 é quase esquina com Alves do Vale. É uma família que tinha lá. A referência é esse número. Mas não tinha estrutura nenhuma, não tinha asfalto, não tinha calçamento, não tinha nada. A única que tinha era a Conde de Linhares, que era a principal e é a principal até hoje. As outras eram tudo de terra. As famílias eram importantes porque quase todo mundo conhecia todo mundo. Mas tudo aqui era muito difícil, não era só pra mim não, pra eles também, porque tudo era no centro. Quando precisava das coisas tinha que ir pra lá. E aqui era pior ainda, nessa época não tinha carro igual tem hoje, condução igual tem hoje. Se precisava de medicamento você ia onde? Lá embaixo na Curitiba, quase na rodoviária pra você comprar um remédio. Não tinha condução aqui, como você ia fazer? Você tinha que pegar o bonde, ele parava na Álvares Cabral, na santa Catarina, ali

que era o final dele. Mas você andava daqui até lá e depois você precisava andar dali até o centro, era metade. Era desse jeito. Mas pegava o bonde porque era maravilhoso! Então a gente saía daqui pra você comprar remédio na Araújo perto da estação, lá embaixo.

O bairro de Lourdes, que é tão falado né? Na época então, ele era a nata de Belo Horizonte. Mas até o pessoal de Lourdes pra usar o bonde tinha que andar. Era lá em cima na Santa Catarina com a Avenida Álvares Cabral, lá em cima, o bonde vinha até ali. Então ele saía na Rio de Janeiro, na Praça Sete, o ponto dele era ali. Ele subia, entrava na Tamoios, pegava Amazonas, pegava Santa Catarina e vinha até ali. Mas pra gente que tinha que ir lá embaixo comprar remédio, a gente ia a pé. Quando a gente saía pra pegar o bonde era a festa pra gente né? Porque a maior parte a gente já tinha andado. Então o pessoal do Lourdes três ou quatro quarteirões tinha que andar pra pegar o bonde. Aqui era o seguinte, eles fizeram Belo Horizonte só o perímetro interno da Contorno, então nós não fazíamos parte da BH. O Lourdes era a nata, mas ela tinha que andar pra poder pegar o bonde. Depois trouxeram até a Contorno, cá embaixo. Depois resolveram trazer ela até aqui, então veio até a pracinha. Depois puseram os trólebus, e à medida que o tempo foi passando foi evoluindo.

Ali perto do museu, ali tudo era mato, numa parte da Conde de Linhares ali na frente daquela pracinha, mais pro lado esquerdo, ali tinha muita taboa. Então todo lugar que tem taboa tem água. E ali fez o aterro pra poder virar o bairro. E ali pros lados do museu era um barranco, você saía lá de baixo da Contorno pra vir pra cá, era alto. Então o Sr. Ribas, ele que fez o trabalho. E ele tinha trabalho porque, tinha que ter a picareta pra cortar, e tinha que ter uma pá, duas pessoas pra trabalhar. Então o que eu perdia horas vendo, tinha as carrocinhas com os burrinhos, então encostava a carrocinha lá, o menino da pá enchia a carrocinha, batia na carrocinha e o bichinho ia até onde precisava ir pra descarregar a terra. Chegava lá tinha uma pessoa pra esperar. Descarregava a terra e batia na carrocinha.

Minha avó foi embora eu estava no grupo. Minha avó, meu pai, meus tios, isso eu estava adolescente quando eles foram embora. Houve o inventário. Dos cinco só ficou minha mãe, porque os outros venderam. Minha mãe era do sangue da minha avó, o que minha avó preservou ela também preservou. Tentaram que ela vendesse, mas ela preservou a parte dela. Maria Cândida Pinto. Ela era

guerreira, tinha sangue da minha avó. A gente que ficou, que ainda sofreu um pouco aqui, foi minha mãe, ela ficou mais um tempo. Ela ficou até quando construiu a nova casa. Ela não queria que construísse a casa. Ela queria que essa casa que está aqui, que ela fosse reformada. Mas meu irmão achou que não, que tinha que fazer a "casona". Depois ela foi embora, porque a minha mãe sofreu muito por causa disso, porque ela não queria essa mudança. Mas a gente não vai ficar agarrado nisso não.

Aqui na parte da minha avó morava minhas tias aqui em cima, a outra só veio morar aqui quando estava no inventário. Meus dois tios, minha mãe, o Juvenal do Santos, tinha o Albert Scharlé, minha mãe o conheceu. Minha tia morava mais em São Paulo, porque a família adorou lá. Na época que São Paulo estava abrindo, meu tio mexia com abertura de estrada. Os dois tios ficaram aqui o tempo todo. E a tia também morava muito fora daqui, vivia nessas cidadezinhas do interior trabalhando. E ela só tinha uma filha. E no que resolveu isso aqui a filha dela arrumou um namorado. Mas quando eles casaram ela não quis ficar aqui, queria ir pro Rio. E é gozado o seguinte, porque minha tia não podia ir pro Rio porque ela não podia suportar o calor, ela tinha asma. Mas são coisas que a vida gosta que é fora de série. A filha não quis ficar e levou todos pra lá. Ela não suportou e foi embora, faleceu, e o pai não saía daqui, porque ele não gostava de lá. E é gozado porque ele brigou demais com minha mãe, era uma briga fora de série, porque ele era espanhol e fechou a área dele aqui. A minha mãe tinha de tudo na casa, as galinhas eram soltas pra todo lado e costumava ter umas que era fora de série, passavam pra lá. Ele armava uma ratoeira e quando as galinhas chegavam lá pra pegar comida, ela fechava, e normalmente eram as pernas né? E ele pegava as galinhas machucada e jogava perto da minha mãe, em cima dela. E ela suportou tudo isso. Mas acontece o seguinte, quando ele ficou viúvo, então ele vinha pra cá. Onde é que ele ficava? Ficava na casa da minha mãe. Chorava no pé dela. Não é fora de série isso? Reclamava da vida e tal, a vida é isso né? Mas minha mãe é maravilhosa, o coração dela! Ela era baixinha, mas ela aguentou ele. E a vida é isso, você tem que fazer o máximo possível pra você estar bem com você, bem com todo mundo. A diferença é que traz problema, porque a gente tá aqui não é a passeio né? Nós temos que acertar as contas. Mas as pessoas acham que não. Mas o tempo é que muda as coisas, porque hoje tá muito bem, passando por cima, mas amanhã, cadê o retorno?

A água ainda tem, corre até hoje, ela corre na João Martins. A mina era lá embaixo no fundo. E essa área aqui de baixo era só mato, árvore grandona mesmo, e lá, você precisava ver, maravilhoso o lugar, era um poço muito grande e bonito. Essa mina era maravilhosa, ainda é até hoje. Mas no loteamento, na abertura das ruas, ela subiu, lá era baixo e no subir prensou ela lá embaixo. Mas ela saiu cá em cima. Segurar a água é muito difícil, então ela saiu em cima no terreno, mas ela corre direto e reto lá na rua. A natureza é maravilhosa, não tenho dúvida. A pessoa não para pra pensar na grandeza da natureza, nessa benção maravilhosa. Você tem que ter sensibilidade para preservar isso porque ela brota aqui vários lugares, aqui tinha mina, lá em cima tinha mina, lá embaixo tinha mina. Essa parte aqui embaixo da área tinha água pra todo lado. Tinha a canaleta de água, eles falam rego. Eu deitava assim na beirada quando tinha a mina, você ia vendo a água rolar e eu perdia tempos, horas, deitado lá vendo. E quanto mais você olha mais vontade tem de olhar. Está só saindo água, e como é isso? A água chama atenção da gente né?

Um problema muito sério, acho que não falei isso. A gente não tinha água aqui em cima sabe? A água era lá embaixo. Uma mina que tinha lá em cima, onde nós estivemos, ela corria e vinha até aqui embaixo na minha avó. Ela corria lá na minha avó direto e reto, dia e noite a água corria. Para minha mãe lavar roupa, essas coisas, ela tinha que ir lá pra baixo pra lavar. É a dificuldade, a dificuldade era grande desse jeito. Eu tinha dois anos mais ou menos, então eu ia com ela. Mas e pra subir? Ela tinha uma bacia grandona assim, com a roupa já pra secar, e secava aqui em cima. Daqui pra você chegar lá embaixo, você não podia descer direto, a casa está ali, você saía dela, descia um pouco, depois fazia um zig zag pra você chegar lá embaixo. Quando minha mãe estava subindo com a bacia, eu ia agarrado na barra da saia dela. Eu agarrado ali e às vezes eu estava querendo alguma coisa e chorando no pé da minha mãe. São quadros, quando a gente está conversando assim é como se eu estivesse subindo com ela lá! Ela era maravilhosa minha mãe! Ter gravado e registrado esses quadros, é bom, porque ela está “viva” graças a Deus. Isso é bom para mim sabe? Porque enquanto eu estou relembando uns quadros desses, foram quadros de dificuldade, mas foram maravilhosos. A gente tinha tudo né? Não tinha o que tem hoje, tudo era dificuldade, mas você tinha liberdade, você podia ir e vir.

O córrego do leitão, quantos e quantos anos ele ficou aberto! Aconteceu uma coisa, porque ele corria livre, ele lá e o daqui também, o daqui vai lá embaixo e encontra. Lá no São Bento tinha uma baita de uma fazenda, e lá tinha um córrego, lá em cima, maravilhoso. Eu saía daqui fim de semana, domingo, e ia pra lá pescar. Tinha um açude que o pessoal ia pra lá tomar banho, ele corria livre. Uma época cá embaixo perto da pracinha, na avenida Prudente de Moraes, era aberto ali, e vieram construir barraco ali na beirada. E era gozado o seguinte, o córrego assim, tinha um espaço aqui em cima e eles plantaram as barracas deles ali, vivia ali desse jeito, olha pra você ver. E nessa época essa parte debaixo aqui já era uma sujeira só. E quando eles fecharam o córrego, que ele foi canalizado, aí é que virou isso que tá hoje aqui. No que canalizou e asfaltou, pronto! A correria pra comprar aqui foi absurda! Os moradores ficaram com medo. Estavam acostumados, tranquilo e sereno, mais aí começou a pressão, porque a coisa foi crescendo. Eu não tenho a cabeça pensante. A gente só viu quando eles já estavam reunidos pra fazer e fizeram. Fizeram o planejamento, fizeram a planta. Muita coisa a gente não gravou porque não fazia parte da preocupação nossa, no meu caso né? Quando assustou a máquina estava aí cortando e abrindo.

Tinha uma coisa fora de série, eu descobri um jequitibá na divisa nossa aqui. Era uma árvore maravilhosa e identifiquei com ele, então a gente conviveu junto muitos anos. Mas ele estava um bichão, você precisava ver, maravilhoso, lá embaixo! Então o que eles fizeram pra construir dois prédios de apartamento? Cortou aqui, cortou ali e deixou ele no meio. Fechou, cortou os galhos dele. Quer dizer, é uma árvore que cresce demais, é uma árvore centenária. E foi passando, passando o tempo. Mas não podia crescer. Quando pensa que não, ouvimos o barulho... ele tombou, atravessou a rua. Eu não fui capaz de vir aqui para ver. Uma árvore que tem condição de viver 500 anos ou mais do que isso... uma árvore bonita maravilhosa dessa ter que lutar com cimento, concreto, ferro... Ele caiu porque não tinha estrutura. Mataram ele. Quando aconteceu isso ele tinha mais de cem anos entendeu? São coisas que você, puxa vida, podia ter ficado né? Era uma coisa maravilhosa! Eu já vi uma reportagem de jequitibá de mais de 500 anos.

Quando o lote da casa da minha mãe e do meu pai foi vendido, pra eu sair de lá eu tinha que ter um lugar pra ir. Minha mãe queria que fosse reformada a

casa da avó, lá embaixo. Se não me engano deve ter entre as fotos uma da casa antiga. Ela era descorada porque já tinha muito tempo sem pintura. Uma das fotos deve trazer isso. Eu tinha esse lote aqui em cima, então me deram esse prazo, um ano. Eu tive um ano pra poder construir minha casa. Aqui foi com meu trabalho. A construção da casa até colocar ela no ponto de laje foi eu e um pedreiro. Em um mês a gente fez isso. Construiu as paredes tudo direitinho, ele pedreiro e eu servente. Depois disso, nossa senhora, tudo que está feito aí foi eu que fiz. O reboco, a pintura, tudo aqui eu que faço. Isso aqui, o muro, três metros de altura e vinte dois de profundidade. Quando eu fazia eu pegava areia, a brita, cimento, virava, fazia tudo e subia no andaime e meus filhos levavam o material pra mim. No dia que eu terminei, que eu pus a última colher de cimento, choveu. Ah, foi como se tivesse me abençoando o serviço! A natureza esteve comigo nesse momento “ele fechou o que precisava de fazer”. A luta foi grande, então “ele” está merecendo alguma coisa!

Quando você fala de lembrar das coisas passadas, é porque tem muita coisa para eu lembrar do que eu fiz na minha caminhada. Eu não fiz curso, fiz alguma coisa de pedreiro, mas eu não sou profissional. Vendo os outros trabalharem eu passei a trabalhar também. Quando eu fui rebocar o teto, eu nunca tinha feito isso na vida. Você trabalhar com o teto, quem está acostumado é uma coisa, mas você fazer de primeira, você vai batendo quando chega aqui, caiu um pedaço lá atrás e você tem que começar tudo de novo. Quando chegava de noite e eu deitava, eu estava vendo só laje na minha frente. Depois era época de passar a massa, tudo isso a gente foi fazendo, pintura, e eu pinto até hoje. Não fiz só pra mim, mas já fiz pros outros também, ganhei dinheiro assim, me chamavam pra fazer e eu fazia. O que eu aprendi, todo lugar que eu passei e que eu trabalhei, eu gravei alguma coisa. Se não me servia na época me serve hoje, de vez em quando tem que fazer alguma coisa e eu paro aqui e busco lá fundo e aparece. Primeiro a gente tem que estar lutando e sempre aprendendo alguma coisa, sempre, sempre! O que você aprende hoje, se não está servindo agora, vai te servir amanhã. E outra coisa importante é você ocupar seu tempo. Da melhor maneira possível, não jogar seu tempo fora, entendeu? Se tiver alguma coisa que eu não fiz antes, para um pouquinho pra pensar que daqui um bocadinho você acha a maneira de fazer, entendeu como é? A vida da gente é essa. O conhecer não ocupa espaço. Quanto mais você aprende mais tem

condição de aprender. É só você querer. Quando você fala uma coisa assim, “ah eu não consigo isso”. Isso é um absurdo falar, você tem que estar sempre querendo o que é de bom e positivo.

Quando saiu o inventário essas coisas todas, houve a divisão, cada um ficou com sua parte. Então meus tios ficaram com uma parte daqui, do outro lado minha tia, e a minha outra tia ficou lá do outro lado. E aqui no meio ficou a minha mãe, entendeu? Ele tentou muito com minha mãe pra vender essa parte aqui, e ela não quis. Ela segurou. Nesse período de abertura das ruas, os maquinários que tiveram aqui, minha mãe sofreu muito com isso. Mas ela suportou a carga, porque ainda viveu muito tempo aproveitando aqui a mudança. Ela faz parte disso, era a proprietária né, e os proprietários que fizeram isso. Aí já estava encaminhado, não teve jeito. A única coisa que ela fez que contrariou os outros proprietários foi a venda, ela não quis vender. Os que venderam, venderam, mas ela falou “eu não vou vender”. Mas meus tios venderam, cada um uma parte. Pra ela foi muito difícil, ela sentiu demais. Ela preservou, fez a parte dela. Mas ela não esperava a mudança da maneira que aconteceu. Uma máquina trabalhar o dia inteiro, noite e dia, cortando pra cima e pra baixo num lugar igual a esse aqui, só máquina pesada. A minha mãe sofreu muito por conta disso. Tudo que foi feito aqui, cada poste, cada meio fio, cada asfalto, a rede de água de esgoto, tudo foi pelos proprietários, cada um deu a parte deles pra poder fazer, construir o bairro. Cada parte pegou um lote pra poder ter condição de pagar o serviço que precisava fazer. Não teve nada de prefeitura. Quando teve pronto o bairro pra receber os compradores, toda a estrutura do bairro estava pronta. Ai quando começou o loteamento já estava tudo pronto.

Eu tenho família que mora em São Joaquim, minha cunhada. O filho dela tem fazenda, nossa mãe! Quando eu cheguei na fazenda, ah meu pai, eu estava em casa! Tudo que eu tive oportunidade de ter aqui, estava lá! Podia subir a ladeira, as árvores, tudo isso! Mas isso é uma coisa que é o tempo. O tempo é tudo na vida da gente. E você tem que saber caminhar no tempo. Você não pode ficar agarrado porquê... “ah eu já tive isso, já tive aquilo”, mas graças a Deus eu pude aproveitar o máximo que foi possível. Fico feliz por isso, porque o que eu tive, as dificuldades todas que eu tive, eu precisava delas. Conseguimos vencer né? Mudou, a gente mudou também dentro dessa mudança, não é assim? Então você tem que avaliar essas coisas todas. Eu não posso ficar agarrado no tempo,

porque se ele caminha, eu tenho que caminhar com ele também. O apego é a pior coisa que tem. Eu saía daqui pra buscar remédio igual eu falei pra você, lá na praça da estação. Hoje eu tenho a farmácia aqui embaixo. Ela veio pro meu lado "agora eu vou pro lado de você, na época você podia caminhar, agora caminha menos e nós vamos pro lado de você" (risos)! Tem coisas que a gente sente, como você está falando. Eu não posso ficar agarrado nas coisas, mas tem coisa que mexe com a gente.

A gente marcou isso, gozado que não esperava chegar no ponto que está hoje, mas a gente marcou essa oportunidade. Ver hoje o que é hoje e ver uma coisa dessa aqui [aponta para a foto], a mudança. Então quem é que ia esperar que chegasse nesse ponto. É maravilhoso de poder ter gravado isso. Hoje o celular grava tudo né? A pessoa tá com o celular e grava até ela mesmo, não é assim? É um pedacinho [aponta para a foto] de tudo que aconteceu aqui, tudo! Quer dizer, quando eu vejo aqui [olha para o quintal], depois eu vejo aqui [olha para as fotos]. É a mesma coisa. Por exemplo, esse pedacinho [olha para o quintal] é a mesma coisa que a gente preservou antes, sentia bem nessa época e procura sentir bem aqui também. Você tem que ter esse contato com a terra em todo momento, nós precisamos dela demais. A pessoa que vem aqui quando é a primeira vez que vem fala "não é possível, um pedaço desse com tanta coisa!". Mas a gente nasceu numa área assim. Eu pisei nessa terra aqui ó desde que eu nasci, meus filhos andavam por isso aqui também. Tinha um lugar que eu tinha medo de ir porque era fechado, tinha a mata, mas eu podia subir em qualquer árvore que eu quisesse subir. Isso aqui ó, subir num coqueiro desse aqui [aponta para foto], eu subia! Já veio jovem aqui, a pitangueira estava com pitanga, e a pessoa perguntou "o que é isso aqui?". A pessoa que vem aqui em casa, às vezes a primeira vez que vem, é só entrar aqui e fala "nossa mãe", é a primeira coisa que a pessoa fala. É diferente, mas porquê? Porque tem o verde.

Nós fazemos a casa viver, você sabe disso né? Ela vive por nossa causa. Quanto mais você preservar melhor, não é assim? No meu caso ainda tem registrado aqui o que é que aconteceu, e pra ter a casa do jeito que tem hoje foi uma luta muito grande, foi uma coisa que teve que lutar muito pra chegar nesse ponto. Lutou pra ficar preservado aqui. Porque quem tem condição tudo bem, mas se não tiver. No caso aqui eu fui conseguir mexer com casa, eu tinha sete filhos. É muita luta, luta mesmo. A gente fica feliz porque a gente teve condição

de superar, de vencer, a luta foi grande, mas a gente teve sempre o desejo de conseguir. Com a benção de Deus, porque maior é ele né? A gente tem essa benção de, por exemplo, estar aqui na terra, você tem que valorizar o máximo possível essa estada aqui. Porque nós não estamos aqui de graça né? Temos que aproveitar ao máximo essa oportunidade de estar aqui, temos que estar sempre trabalhando, não pode jogar o tempo da gente fora. Você tem que estar sempre fazendo o máximo possível de tudo que for de bom e de positivo, não só preocupar com você, tem que preocupar com os outros também. E lutar sempre pelo melhor. Nosso tempo aqui é acerto de contas. Na nossa vida é assim, uma passagem só. A gente tem alegria de ver as coisas acontecendo e a gente tá aí, lutando pela preservação. Porque eu, principalmente, meu desejo enquanto eu puder, é aqui. A hora que chegar também de sair, é para o outro lado lá em cima.

CAPÍTULO 2.
A TOPONÍMIA COMO
CONSTRUÇÃO CULTURAL

2.1. A Rua Silvéria Cândida Pinto

Você já pensou o que é uma rua? Se você for ao dicionário você vai descobrir que rua vem do latim ruga, sulco, e que uma rua é um caminho entre dois renques de casa. E que uma rua significa também qualquer logradouro público. E que uma rua é também o conjunto dos habitantes dessa rua. E que rua é a oposição do fora ao dentro, como na despedida violenta “ponha-se no olho da rua”. E o que é uma casa? Isso nem precisa de dicionário. É o domínio por excelência do íntimo, do privado. Sabe que uma casa às vezes vira rua? É quando o espaço privado vira uma extensão do público ou é tratado dessa forma. E há vezes em que acontece o contrário, e a rua é que vira casa. (Documentário “Quando a rua vira casa”, SANTOS, 1980)

Para começar a entender a origem do topônimo Silvéria Cândida Pinto vamos partir inicialmente de um breve diagnóstico urbano do bairro Luxemburgo, afim de compreender a rua como lugar, onde inúmeras relações ganham espaço.

O bairro Luxemburgo foi formalmente fundado no início da década de 1970 e se situa na encosta esquerda da bacia do Vale do Córrego do Leitão. Esta bacia é delimitada pelas Avenidas Nossa Senhora do Carmo e Raja Gabaglia, vias arteriais que ligam o centro da cidade de Belo Horizonte ao vetor sul da região metropolitana. Elas são os divisores de água da bacia, que desagua no fundo do vale, onde hoje se situa a Avenida Prudente de Moraes. O Córrego do Leitão é um afluente do Ribeirão Arrudas, que por sua vez é afluente do Rio das Velhas, cujas nascentes se situam, segundo Baptista, “nos contrafortes da Serra do Curral, na encosta hoje ocupada pelos bairros Belvedere e Santa Lúcia, e na encosta do Morro das Pedras, hoje ocupada pelo bairro Luxemburgo” (BAPTISTA, 2011, p.117). Ainda de acordo com a autora, o Córrego do Leitão é listado entre os inúmeros mananciais que abasteciam a população do antigo povoado do arraial do Curral d’EL Rey, cujas nascentes eram disseminadas por um anfiteatro de uma propriedade particular.

O Luxemburgo faz limite com outros bairros situados no mesmo lado da encosta da Bacia do Córrego do Leitão, como o Cidade Jardim, Coração de Jesus, Vila Paris e o Conjunto Santa Maria. É um bairro de uso misto, tanto residencial quanto comercial, que também abriga grandes instituições, comércios e equipamentos urbanos, como o Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, a Igreja Batista, o Hospital Luxemburgo, grupos escolares, postos de saúde, supermercados, escolas, faculdades. A área comercial do bairro tende a

se situar em sua cota mais baixa, próxima à Rua Guaicuí, onde além de pequenos comércios há um grande centro comercial que concentra vários outros estabelecimentos, como drogaria, academia, restaurante, lojas de roupas, dentre outros.

O bairro é abastecido por apenas uma linha de ônibus que faz o trajeto Luxemburgo/ Sagrada Família passando pelo centro da cidade. São os carros particulares que ocupam com mais densidade as ruas do bairro, cuja via principal, a Rua Guaicuí, está sempre movimentada por efetivar a ligação entre as avenidas Raja Gabaglia e Prudente de Moraes. Os usuários do transporte coletivo são fundamentalmente os trabalhadores dos condomínios, casas residenciais e comércios da região, que lotam os pontos de ônibus situados nas ruas locais aos finais do expediente.

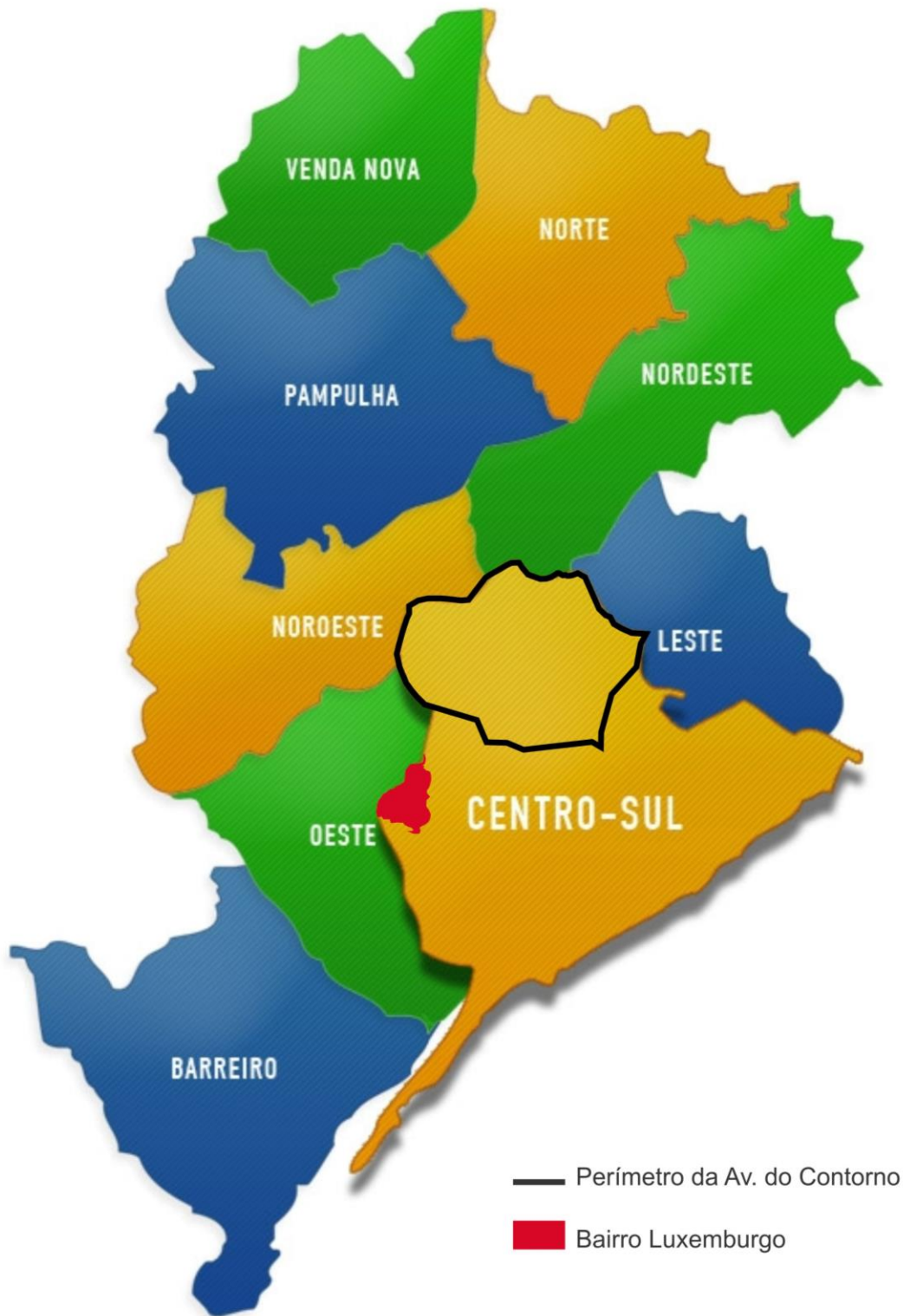
A ocupação residencial nas décadas de 1970 e 1980, nos primórdios do bairro, se fazia predominantemente por casas unifamiliares e pequenos edifícios residenciais multifamiliares de três andares. Nas últimas décadas tem se tornado crescente a substituição das casas por grandes edifícios residenciais com mais de dez pavimentos. De acordo com a Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo de 1996 o bairro compreende zonas de adensamento contido que abrange áreas com articulação viária precária (ZAR-1) e de condições precárias de topografia (ZAR-2), além de possuir áreas de interesse ambiental com delimitação de três zonas de preservação e proteção ambiental (ZPAM). Isso significa que o controle de densidade é teoricamente rigoroso em função do relevo acidentado e da existência de um ecossistema que deve ser preservado. O bairro ainda faz limite com uma zona de especial interesse social, onde já existe um conjunto habitacional implantado pelo poder público (ZEIS-3) denominado Conjunto Santa Maria.

Há na região uma das grandes áreas verdes de Belo Horizonte, composta pela Mata do Mosteiro e adjacências, que compõem o Conjunto Arquitetônico e paisagístico do Mosteiro N.S. das Graças, uma das cinco ZPAM (Zona de Preservação Ambiental) de Belo Horizonte e patrimônio cultural, protegido por lei, cujo perímetro foi inclusive detalhado pela Deliberação n. 061/2004. O perímetro abrange uma área verde de 130.000m², onde se localiza o Parque Tom Jobim, implantado em 2001 como compensação ambiental de uma construtora. A ZPAM do Luxemburgo abriga espécies nativas como anjico, pau

jacaré, sagra d'água, ipê guapuruvu, embaúba, camboatá e bambu, além de outras inúmeras espécies frutíferas que atraem animais como mico estrela, jacu, trocal, sabiá, tucanos, maritacas e saracura três potes, e vem sendo motivo de preocupação de parte dos moradores do bairro dedicados a preservar a área e impedir que parte dela seja incorporada por empreendimentos imobiliários. Há no bairro um conflito pelas áreas ainda não adensadas e próximas as ZPAM's que, embora protegidas por lei, ainda são alvo de discussões e disputas entre a indústria imobiliária, prefeitura e moradores.

Segundo Baptista, a rua comum “é a rua em sua simplicidade cotidiana, importante apenas para seus moradores e transeuntes, sem pretensões de representar a história maiúscula da cidade, mas apenas abrigar a vida comum do homem simples” (BAPTISTA, 2011, p.109). O significado de cada rua é, sem dúvida, percebido principalmente por aqueles que a habitam ou circulam por ela, e compõem parte de sua rede de relações. Carlos Nelson fez uma etnografia das ruas do bairro do Catumbi (SANTOS, 1985), descrevendo de forma densa o ambiente social e físico de algumas ruas, além dos comportamentos de seus residentes, tomando o espaço como suporte de relações. Para ele as ruas são “como referenciais definidores dos limites de um determinado território” (SANTOS, 1985, p.23), são unidades cujo significado é alto para aqueles capazes de reconhecê-lo. A própria experiência do espaço urbano nos diz que, mais do que uma via, trilho ou caminho, a rua é um lugar onde inúmeros eventos e relações encontram espaço. Santos menciona que “uma rua é um universo de múltiplos eventos e relações. De acordo com Santos, a expressão “alma da rua” significa um conjunto de veículos, transeuntes, encontros, trabalhos, jogos, festas e devoções.” (SANTOS, 1985, p.24). Elas são detentoras de caráter, podem ser pontos ou territórios, agitadas ou tranquilas, pois são os lugares onde a vida social ocorre num ritmo de fluxo constante e onde o encontro de espaços e relações relativos ao repouso e ao movimento, ao dentro e o fora, ao íntimo e ao exposto se desenvolvem de forma particular.

Figura 1 - Mapa das Regionais de Belo Horizonte: situação do Bairro Luxemburgo



Fonte: Portal da Prefeitura de Belo Horizonte

Figura 2 – Fotografia vista aérea da Rua Silvéria Cândida Pinto e imediações. Fonte: Ferramenta Google Maps (2017).



100 m

LEGENDA

- Limites do bairro Luxemburgo
- - - - - Limites da antiga fazenda de Silvéria Cândida Pinto
- Casa atual de Ivo Dias

Figura 3—Mapa de Uso e Ocupação do Solo de parte do Bairro Luxemburgo. Fonte: Criado pela autora (2017).



LEGENDA

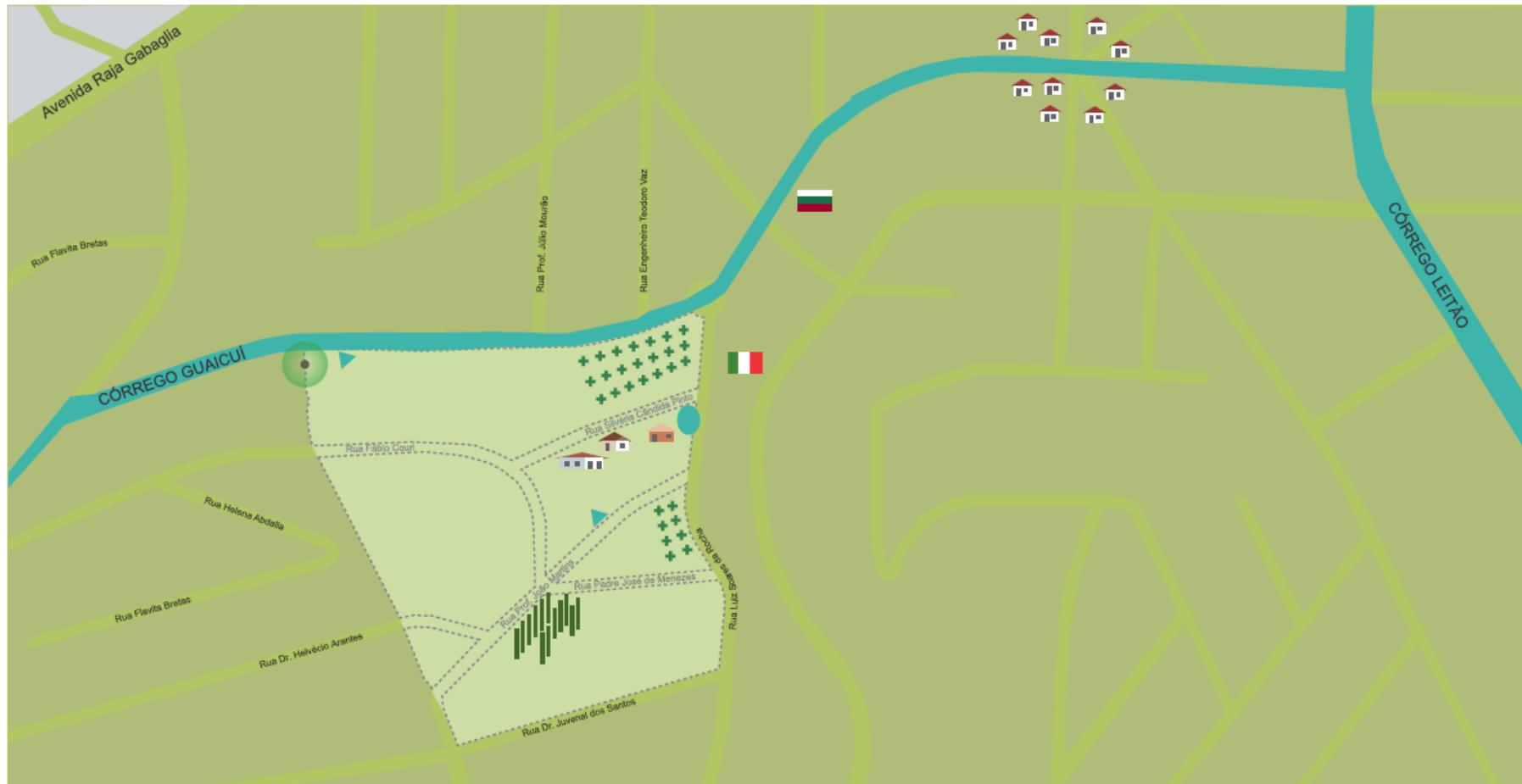
- 1 - Casa atual de Ivo Dias
- 2 - Terreno onde se situava a casa onde Ivo Dias nasceu
- 3 - Terreno onde se situava a casa de Silvéria Cândida Pinto
- 4 - Mina d'água
- 5 - Mosteiro de Nossa Senhora das Graças
- 6 - Igreja Batista
- 7 - Portaria Parque Tom Jobim
- 8 - Corredor residual (onde se situava o Jequitibá centenário)

- Quarteirões ZAR-1 (Zona de adensamento contido - articulação viária precária)
- Quarteirões ZAR-2 (Zona de adensamento contido - condições precárias de topografia)
- ZPAM (Zona de preservação e proteção ambiental)
- Quarteirões ZA (Zona de adensamento)
- Edificação residencial unifamiliar
- Edificação residencial multifamiliar

- Edificação comercial
- Igrejas e templos religiosos
- Edificação corporativa
- Limite do bairro Luxemburgo
- Via coletora
- Via local

50m

Figura 4 –Mapa de parte da Ex-colônia Afonso Pena. Fonte: Criado pela autora (2017).



LEGENDA













-  Área da Fazenda de Silvéria Cândida Pinto
-  Casa atual de Ivo Dias
-  Casa onde Ivo Dias nasceu
-  Casa de Silvéria Cândida Pinto
-  Fazenda dos Italianos
-  Fazenda dos Búlgaros
-  Jequitibá centenário
-  Mina d'água
-  Poço
-  Plantação
-  «Vila» Afonso Pena
-  Banbuzal

Figura 5: Fotografia da Rua Guaicuí, onde se localiza parte da Zona de Proteção Ambiental do bairro Luxemburgo.



Fonte: Fotografia da autora (2017)

Figura 6: Fotografia da Rua Fábio Couri, onde se localiza parte da Zona de Proteção Ambiental do bairro Luxemburgo.



Fonte: Fotografia da autora (2017)

Figura 7: Fotografia da Rua Guaicuí, onde se localiza o shopping aberto do bairro



Fonte: Fotografia da autora (2017)

Figura 8: Fotografia do corredor residual onde o Jequitibá centenário se situava, entre as ruas Guaicuí e Fábio Couri.



Fonte: Fotografia da autora (2017)

Figura 9: Fotografia de Ivo Dias ao lado do corredor residual.



Fonte: Fotografia da autora (2017)

Figura 10: Fotografia do ponto onde a mina d'água alcança a rua.



Fonte: Fotografia da autora (2017)

Figura 11: Fotografia da mina d'água existente no quarteirão onde Ivo reside.



Fonte: Fotografia da autora (2017)

Figura 12: Fotografia da Igreja Batista situada na Rua Luiz Soares da Rocha.



Fonte: Fotografia da autora (2017)

A Rua Silvéria Cândida Pinto é uma via local de mão única, composta por um único quarteirão de cerca de 140m. Se localiza paralela à Rua Guaicuí, via que conecta as Avenidas Prudente de Moraes e Raja Gabaglia (por onde passa o Córrego Guaicuí), e principal acesso ao bairro. A Rua Silvéria Cândida Pinto é composta predominantemente por casas unifamiliares de médio e alto padrão construtivo. Na sua cota mais baixa, onde encontra a Rua Luiz Soares da Rocha, também via local, possui em ambas esquinas dois pequenos centros comerciais, onde funcionam lavanderia, pet shop, espetinho, além de uma academia e um açougue. De frente para essas duas esquinas, na própria Rua Luiz Soares da Rocha, situa-se uma das sedes da Igreja Batista, responsável por criar um grande impacto no trânsito da região. É uma edificação com capacidade para 2500 pessoas que, ao acessarem a instituição com veículos particulares, acabam ocupando todas as vagas do entorno, inclusive na entrada da garagem de Ivo Dias. Na porção superior da Rua Silvéria Cândida Pinto, que faz esquina com a rua Fábio Couri, se situa o único edifício residencial multifamiliar da rua, cuja entrada social e de garagem se dá pela própria Rua Fábio Couri.

É na rua que se tocam dois territórios distintos, sendo ela própria a interface entre espaço edificado e espaço aberto. Segundo Baptista, a rua é um “espaço em constante mudança, sujeito a diversas escalas de intervenção, onde acontece uma multiplicidade de ações e de interações” (BAPTISTA, 2011, p.109), onde um misto de comportamentos sociais e significados se cruzam. Na Rua Silvéria Cândida Pinto o fluxo de pedestres e carros é baixo, com exceção dos dias em que há celebrações na Igreja Batista. Foi possível constatar que a relação de Ivo com os vizinhos se constitui como um vínculo de longa data, uma vez que ele é o morador mais antigo da rua, sendo visto de maneira geral como uma referência, e tendo prestado diferentes serviços para diferentes vizinhos ao longo dos anos, como ele mesmo descreve em seu depoimento.

De maneira geral a Rua Silvéria Cândida Pinto possui uma ambiência agradável, e parte dessa sensação se deve às inúmeras árvores de grande porte existentes no quarteirão. Possui passeios estreitos, ainda que suficientes para um pedestre se deslocar e dividir espaço com as árvores e as plantas junto aos muros das edificações. Sua topografia começa plana próxima à Rua Luiz Soares da Rocha, com uma suave subida até o meio do quarteirão, que a partir da metade de sua extensão, até a Rua Fábio Couri, fica mais acentuada. A

predominância do verde se deve também pela adesão dos proprietários das casas pela trepadeira unha de gato, que orna os muros de praticamente todas as residências, cujas extensões dos terrenos giram em torno de 450m². Os muros verdes são coroados por cercas elétrica e concertinas em ambos os lados do quarteirão, o que sugere uma intensa preocupação dos moradores com a segurança. As trepadeiras acabam por minimizar visualmente o impacto visual dos altos muros, que por sua vez, de acordo com Baptista, compõem uma estratégia espacial defensiva (BAPTISTA, 2011) que busca resguardar não apenas as famílias, mas também as fachadas das casas, deixando o espaço da rua fechado em si mesmo, com claros limites entre o espaço público e o privado. Das onze casas do quarteirão, apenas quatro possuem portões e/ou grades, sendo que uma delas é a de Ivo Dias, cujo portão baixo de cerca de dois metros possui grades espaçadas e se configura como um suave elemento de transição entre casa e rua.

Figura 13: Fotografia da Rua Silvéria Cândida Pinto.



Fonte: Fotografia da autora (2017)

Figura 14 e 15: Fotografia da fachada frontal da residência de Ivo Dias na Rua Silvéria Cândida Pinto.



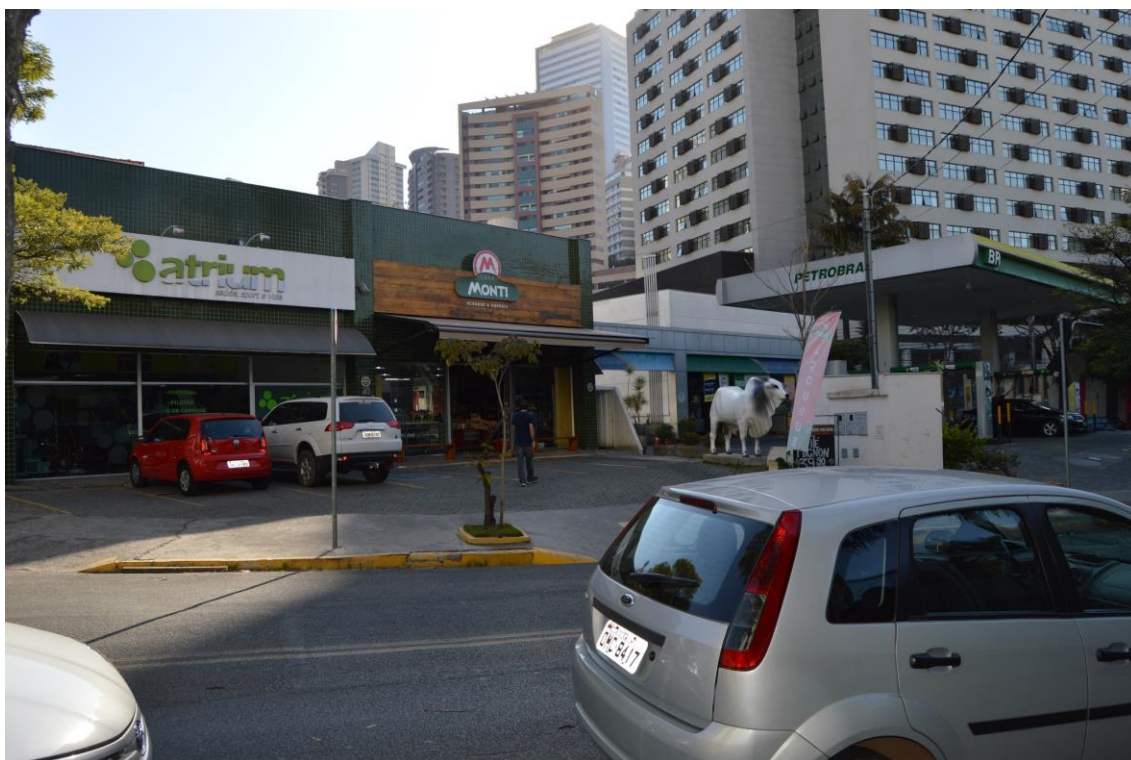
Fonte: Fotografia da autora (2017)

Figura 16 e 17: Fotografia dos passeios da Rua Silvéria Cândida Pinto.



Fonte: Fotografia da autora (2017)

Figura 18 e 19: Fotografia dos centros comerciais situados nas esquinas da Rua Silvéria Cândida Pinto com a Rua Luiz Soares da Rocha.



Fonte: Fotografias da autora (2017)

Baptista descreve que uma rua de qualidade é aquela cuja convivência entre a vizinhança ocorre através de “um delicado equilíbrio entre a privacidade e o desejo de variados níveis de contato” (BAPTISTA, 2011, p.95). Esse equilíbrio vem através de diferentes, sensíveis e pequenos detalhes, que dependem de “demarcações espaciais cuja delicadeza contribui para uma transição suave, mas eficaz entre o espaço privado e o espaço público” (BAPTISTA, 2011, p.95). A transição fluida do portão de Ivo, tanto pela altura quanto pela permeabilidade visual, se configura como uma “porosidade” ou “transparência”, um atributo que, quando equilibrado numa rua, é capaz de garantir vitalidade e qualidade urbana. Na casa de Ivo os afazeres domésticos podem ser vistos da própria rua. Na minha primeira visita à sua casa, o avistei cuidando das plantas do passeio, num momento de zelo com algo que se situava justamente na borda entre espaço público e privado, e que denota o cuidado e a delicadeza do morador com a demarcação do limite entre sua casa e a rua.

Silvéria Cândida Pinto foi a proprietária do lote Colonial 19 e avó de Ivo Dias. O lote se situava na antiga zona suburbana da capital, dentro do antigo Núcleo Colonial Afonso Pena. De acordo com Ivo, sua avó era da região de Vespasiano e veio no início do século XX para Belo Horizonte onde adquiriu este terreno, uma área que abrangia a região que vai da Rua Guaicuí à Rua Juvenal do Santos, e da Rua Luiz Soares da Rocha à Rua Fábio Couri, compreendendo, dentro de sua própria área, a atual Rua Silvéria Cândida Pinto. Lá Silvéria, já viúva e mãe de seis filhos, cultivou hortifrutigranjeiros para serem vendidos no mercado central da cidade, colaborando, de acordo com Ivo, para o abastecimento da nova capital do estado.

Do ponto de vista histórico, a Rua Silvéria Cândida Pinto tem sua origem ligada ao período de urbanização do bairro Luxemburgo, que teve início no começo da década de 1970. De acordo com o próprio Ivo a urbanização do bairro se deu quando os proprietários de terrenos da região, conhecida inicialmente como Colônia Afonso Pena e posteriormente como Coração de Jesus, se reuniram para investir no loteamento da área. Nesta época sua avó já era falecida e as terras eram de propriedade da mãe de Ivo, uma vez que seus tios, quando receberam suas partes da herança, venderam suas respectivas áreas para os irmãos Oswaldo Dantês dos Reis e Geraldino Dantês dos Reis, deixando Maria Cândida Pinto como a única herdeira de Silvéria ainda residente na região.

Ivo conta que o loteamento e urbanização da área foi uma iniciativa dos próprios proprietários dos terrenos, com exceção de sua mãe. Houve, segundo seus próprios relatos, uma enorme pressão para que ela não apenas cedesse parte de suas terras para que as ruas fossem abertas, mas também as vendesse, algo que se constitui, no depoimento de Ivo, como uma pressão constante, vivida desde a época em que sua avó ainda era viva:

“[...] A única coisa que ela fez que contrariou os outros proprietários foi a venda, ela não quis vender. Os que venderam, venderam, mas ela falou “eu não vou vender”. Mas meus tios venderam, cada um uma parte. Pra ela foi muito difícil, ela sentiu demais. Ela preservou, fez a parte dela.”²

Esse desafio de resguardo da propriedade se estendeu também durante o período após o falecimento de Maria Cândida (ca.1980), pois o terreno foi novamente dividido entre Ivo e seus irmãos, todos já falecidos. Ivo herdou o lote onde reside e, além dele, uma cunhada e um sobrinho ainda permanecem morando na área. Ivo não sabe precisar o ano do loteamento do bairro, mas foi localizada no Arquivo Público de Belo Horizonte uma planta de 1973 denominada “Planta de subdivisão do lote colonial 19 e partes do 11,13,15 e 9 da Ex-Colônia Afonso Pena”, onde aparecem os nomes dos proprietários dos terrenos, incluindo os irmãos Dantês, os herdeiros de Albert Scharlé e o irmão de Ivo, Floriano Dias, e assinada pelo então prefeito Oswaldo Pieruccetti em 29 de novembro de 1973. A partir deste documento estima-se que as datas dos registros fotográficos que Ivo fez da área, onde é possível ver o contraste entre as ruas recém-abertas e o terreno ainda natural no interior dos quarteirões, sejam imediatamente posteriores ao ano de 1973, ano de aprovação do loteamento.

²Entrevista realizada em pesquisa de campo na casa de Ivo Dias, entre os anos de 2016 e 2017.

Figura 22: Fotografia das filhas de Ivo observando a instalação do poste de luz na frente de sua casa atual, na época de sua construção.



Fonte: Fotografia de Ivo Dias(ca. 1970).

O primeiro nome da Rua Silvéria Cândida Pinto foi Rua Três, um numeral comumente empregado nos logradouros durante os processos de loteamento. Em 28 de setembro de 1977 foi sancionada a lei que alterava o nome da rua, solicitação feita pelo irmão de Ivo:

LEI Nº 2794, DE 28 DE SETEMBRO DE 1977 (Vide Decreto nº 3349/1978)

DÁ O NOME DE SILVÉRIA CÂNDIDA PINTO A UMA RUA DA CAPITAL.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a dar o nome de Silvéria Cândida Pinto a atual Rua 3 do Bairro Luxemburgo.

Art. 2º A Prefeitura comunicará a mudança à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos:

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencer, que a cumpra e a faça cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Belo Horizonte, 28 de setembro de 1977.

*LUIZ VERANO
Prefeito de Belo Horizonte*

Publicada no Minas Gerais de 30/09/1977

O irmão de Ivo trabalhou com o então vereador na época, Ziza Valadares, que providenciou uma cerimônia de inauguração da nova placa da rua. Talvez a cerimônia tenha sido providenciada pelo fato de haver uma proximidade do vereador com a família, mas este é um detalhe que Ivo não sabe precisar uma vez que, por ser o único filho de Maria Cândida ainda vivo, muitas informações foram perdidas no tempo. Desde então a rua passou a referenciar sua avó, Silvéria Cândida Pinto, o que segundo o olhar da família é algo que se constitui como uma homenagem à primeira proprietária daquelas terras. Nas figuras 23 e 24 é possível ver a mãe de Ivo, Maria Cândida Pinto, filha de Silvéria, puxando o tecido que cobria a placa, seguida pela imagem que retrata o momento em que Maria Cândida recebe das mãos do vereador Ziza Valadares a documentação referente a alteração do nome do logradouro.

Figura 23: Registro do dia da inauguração da placa da Rua Silvéria Cândida Pinto, no qual Maria Cândida aparece puxando a cortina que cobre a placa.



Fonte: Acervo de Ivo Dias (ca. 1973)

Figura 24: Registro do dia da inauguração da placa da Rua Silvéria Cândida Pinto, no qual Maria Cândida recebe de Ziza Valadares o documento que atesta a alteração do nome do logradouro



Fonte: Acervo de Ivo Dias (ca. 1973)

2.2. Uma história social do espaço

Vão denominadas as praças, avenidas, ruas, tendo sido escolhidos nomes de cidades, rios, montanhas datas históricas mais importantes do Estado de Minas e da União e, bem assim, de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo. (OFÍCIO 1895)

Com o propósito de compreender o ato de nomear uma rua do atual bairro Luxemburgo com o nome da avó de Ivo Dias, Silvéria Cândida Pinto, é importante compreender o que significa, de fato, nomear um espaço: quem são os ilustres desconhecidos que emprestam seus nomes para que possamos nos orientar ao nos deslocarmos no espaço?

A toponímia, também conhecida como nomenclatura geográfica, neologismo geonímia, ou coronímia nominativa, é um termo utilizado para identificar a etimologia dos nomes de lugares. Ela "é um traço da cultura e uma herança cultural" (NEGRE, 1963), normalmente marcada por certo conservadorismo no que se refere aos nomes escolhidos. É ainda capaz de resguardar fatos históricos relativos a um lugar, mas também é passível de sofrer alterações em função da evolução da língua, das modificações culturais ou políticas de uma sociedade. Seu estudo mostra que a origem dos topônimos, ou dos nomes que um lugar recebe ao longo do tempo, pode derivar de diferentes contextos, acontecer em diferentes escalas, afetando um país inteiro ou somente um logradouro.

Para que sejamos capazes de nos deslocar em um território desconhecido é necessário que tenhamos aparatos capazes de nos referenciar e nos orientar dentro desse espaço. Mas antes mesmo de instrumentos tais como a bússola, o compasso, os mapas ou os sistemas de posicionamento globais sequer existirem, os homens já eram capazes de se movimentar no espaço através de distâncias significativas, algo considerado fundamental para sua própria sobrevivência.

A capacidade de reconhecer e se orientar num território dependia nos primórdios de uma coletânea de marcos físicos capazes de referenciar os caminhos. Os estudos de Béatrice Colingnon (1994) sobre os esquimós do Cobre, no Canadá, evidenciam a forma que sociedades nômades utilizam para reconhecer os lugares. É corriqueiro associar um espaço a um fato ali ocorrido,

"aquele lugar é onde X morreu" ou "nasceu", "aqui ocorreu a incrível pesca do outono", demonstrando a importância das lembranças como referenciais do espaço e das palavras como elementos fundamentais para caracterizar esses referenciais (SEEMANN, 2005).

Já as sociedades sedentárias sempre dependeram mais fortemente de uma toponímia fixa, ou seja, de uma nomenclatura específica para referenciar determinado lugar, capaz de localizar os indivíduos ou grupos dentro de um território, além de guiar os referenciais visíveis na paisagem. Esta característica evidencia o fato de que o batismo de um lugar é algo que advém da percepção e da própria história de vida daqueles que o estão nomeando.

Mas mais do que se orientar e reconhecer um espaço, desejamos guardar na memória os lugares por onde passamos e também repassar aos nossos semelhantes, referências sobre esses lugares, especialmente considerando que o conhecimento do mundo se apoia também na distinção dos meios em que nos encontramos (CLAVAL, 2007). De acordo com os estudos de Jorn Seemann (2005), os nomes escolhidos para nomear um lugar podem ter sua origem associada a emoções, visões de mundo, ou uma identidade local. Segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa (s/d, p.83),

"a existência de um topônimo implica sempre a existência de quem o aplicou e de quem o conserve; e, se é de incontestável antiguidade, fica manifesta a sua alta importância como lídimo documento histórico, tantíssimas vezes o único capaz de lançar alguma luz sobre o princípio histórico de um lugar ou povoado"

Nomear os lugares e categorizar as paisagens permite que identifiquemos esses espaços com distinção, possibilitando discorrer sobre o mundo que nos cerca, transformando um universo físico em um universo socializado (CLAVAL, 2007). Mas esta nomeação é também um indício, capaz de trazer à luz fatos históricos relativos a determinado espaço ou às pessoas que anteriormente o ocuparam.

Jorn Seemann produziu uma interessante pesquisa sobre a toponímia como construção histórico cultural (SEEMANN, 2005), dando especial enfoque aos topônimos do Ceará. Nesse trabalho o autor levanta as principais intenções por trás das escolhas dos topônimos do território nacional, fazendo ainda um panorama que inclui exemplos de outras regiões do mundo e que ajudam a

compreender a complexidade que envolve a escolha desses nomes. Seemann salienta que é indiscutível a importância da compreensão dos fatores que incidem sobre a nomeação dos espaços, uma vez que o processo de batismo é considerado um processo político-cultural, cujos estudos devem ir além da origem do nome por si só, sendo fundamental "investigar, comparar e interpretar o significado dos nomes dos lugares e as diferentes versões e visões da sua topogênese" (SEEMANN, 2005, p.207) em busca de um entendimento mais profundo da relação entre o espaço e a cultura ao longo dos tempos. É fundamental que a análise dos topônimos, sua origem e etimologia, vá além de uma pesquisa linguística, mas que sejam também consideradas as variantes socioculturais e geográficas da localidade em questão (SEEMANN, 2005).

Mas quem de fato nomeia os lugares? Qual a razão por trás de tal ação? Depois de nomeado, quais são os efeitos desse batismo? Paul Carter menciona que ao empregar nomes a um território, os exploradores estão fazendo história espacial, o que Seemann (2005) esclarece que deve ser entendido como uma história social do espaço, ou seja, uma preocupação com as formas espaciais pelas quais uma determinada cultura irá expressar sua própria presença, onde sua função primordial será criar, desvendar ou recuperar um espaço. Assim, ao pesquisar a origem de um topônimo um novo horizonte de possibilidades é aberto, tal como uma arqueologia que possibilita a reescrita da história.

Seemann diz que a ação de nomear um lugar denota que este lugar possui individualidade e que por isso deve ser distinguido de outros lugares. Ele ainda argumenta que o batismo por si só evidencia o fato de que este lugar tem utilidade e que por isso merece receber uma denominação, diferente do que é demasiadamente ordinário, e que por isso não merece ser apropriado. Claval (2001) também aponta que "o batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar", mas trata-se, fundamentalmente, de uma tomada de posse simbólica ou real do espaço. De maneira geral, nomear um lugar significa "impregná-lo de cultura e poder" (CLAVAL, 2007, p.202).

Seja do ponto de vista oficial, através de decretos ou leis, ou a partir da cultura popular de um povoado, através das crenças populares, seus mitos fundadores e lendas, há que se comparar e interpretar o significado dos nomes imputados aos lugares, e as diferentes versões e visões de sua topogênese

(SEEMANN, 2005, p.220). Essas pesquisas não buscam o encontro de uma verdade definitiva, mas o levantamento de visões contraditórias e complementares acerca da origem dos topônimos e da história daqueles que os criaram.

2.3. A dança dos nomes

Em sua pesquisa, Seemann descreve com profundidade a dinâmica da toponímia, que pode ser observada em diferentes municípios brasileiros, onde "os nomes não são simples escolhas aleatórias, mas representações simbólicas, políticas e ideologicamente planejadas", que ganham ainda mais status quando são ostentadas nos mapas oficiais, fazendo destes verdadeiros instrumentos de legitimação de poder. Ao transferir as experiências espaciais para a representação cartográfica, o topônimo passa a ser legítimo do ponto de vista formal. A publicação de um topônimo não tende apenas a torná-lo permanente, segundo Seemann ela "também lhe atribui autoridade e legitimação com direito a coordenadas nos mapas oficiais" (SEEMANN, 2005, p.219), sendo capaz de "prender" um local de forma mais definitiva no tempo e no espaço.

Embora a oficialização de um topônimo através de sua publicação em um mapa seja um importante aspecto da instauração do batismo de um lugar, é importante lembrar que essa não é uma etapa definitiva, visto que é fundamental que o topônimo seja incorporado ao cotidiano e à oralidade da população. As denominações alternativas orais têm o potencial de reverter decretos, tal como ocorreu no caso de Belo Horizonte quando ainda se chamava Cidade de Minas. Incorporar um topônimo a um mapa é uma ação capaz de construir ou destruir identidades, apagando importantes rastros da história e/ou construindo novos referenciais para uma sociedade. Por trás dos topônimos, capazes de construir territórios, territorialidades e identidades, Seemann menciona que se escondem "pessoas ou grupos que os inventam, decretam, aceitam ou mudam" (SEEMANN, 2005, p.220). De acordo com o autor, no Brasil a era Vargas foi "a iniciativa mais bem-sucedida de formular as regras básicas nacionais de divisão territorial que ainda hoje continuam em vigor" (SEEMANN, 2005, p.215). Através de um Estado centralizador dotado de um sentimento nacionalista intenso, houve

uma forte padronização toponímica uma vez que o governo instaurou uma força-tarefa em prol de uma normatização, sistematização e padronização dos nomes de lugares através do decreto-lei n.311 de 02/03/1938. Tal revisão instaurada através deste decreto teve o objetivo de eliminar as duplicatas de nomes em todo país, reduzir nomes demasiadamente extensos, eliminar nomes estrangeiros ou de pessoas ainda vivas, além de buscar instaurar preferencialmente topônimos de origem indígena ou relacionados a fatos históricos das regiões. Desta forma, de acordo com Seemann, pretendeu-se aumentar o espírito de coesão nacional e diminuir os regionalismos extremados, o livre arbítrio e a influência das ideologias estrangeiras.

Essa iniciativa deixou uma herança que permaneceu influenciando a formação da nacionalidade brasileira. Na década de 1980 estudos ainda mencionavam a necessidade de criação de uma solução nacional capaz de padronizar os nomes geográficos do Brasil (BARBOSA, 1980). Propunha-se a fundação de uma autoridade nacional em nomes geográficos que fosse legalmente constituída, capaz de ordenar os processos normativos, uma vez que os topônimos são parte fundamental da formação da nacionalidade. Assim, de acordo com Barbosa, seria possível criar "uma consciência toponímica", que combateria o "mau gosto e a indiferença dos toponimistas, que não conseguiram superar o tempo de renovação ético-social do setor" (BARBOSA, 1980, p.152).

O fato da toponímia ser capaz de influenciar a formação da nacionalidade brasileira ressalta o papel de controle social e cultural que essa dinâmica é capaz de exercer sobre a população, através daqueles que implementam, aprovam ou rejeitam a alteração dos topônimos. No caso da iniciativa do governo Vargas a população estava à mercê de um estado centralizador que buscava reestabelecer a ordem e controlar todas as formas de manifestação cultural, social e política através de uma postura ditadora escondida em uma retórica revolucionária e nacionalista. Embora sua atuação tenha colaborado em algumas instâncias para diminuir os nomes duplicados e trazer uma organização que de fato auxiliou a individualizar e identificar um lugar em detrimento do outro, tal atuação inibiu que a cultura popular das diferentes localidades do país, munidas de suas crenças religiosas, mitos fundadores e ícones históricos, fossem capazes de eleger e impregnar com sua própria cultura os seus espaços, se tornando submissas às decisões desse estado.

Atualmente a efetivação formal de um topônimo em Belo Horizonte passa obrigatoriamente pela Câmara de Vereadores do município. Dentre as demandas da população que devem ser acolhidas pelos agentes do Poder Legislativo está a solicitação de conceder ou alterar o nome de logradouros públicos. Quando entram em tramitação dentro da Câmara, essas solicitações passam pela Comissão de Legislação e Justiça em caráter conclusivo, ou seja, não são submetidas a plenário para votação. Isso garante que esses processos fluam com mais rapidez, diferentemente dos demais projetos que, depois de apresentados, passam por comissões para análise de constitucionalidade, e depois vão à plenário para votação em primeiro turno. No caso de haverem emendas os projetos retornam às comissões e, em seguida, voltam ao plenário para serem votados em segundo turno. Para finalizar, passam pelo processo de redação final e são encaminhados para a sanção do prefeito.

Quando determinada área da cidade passa por um processo de loteamento, suas vias públicas inicialmente recebem designações alfabéticas ou numéricas que simplificam e facilitam a identificação dos logradouros durante o processo de projeto e implementação do loteamento. Passado esse primeiro momento as ruas necessitam receber uma segunda denominação, desta vez de caráter mais definitivo, para que possam ser identificadas com individualidade e diferenciação em relação a outras ruas da cidade, se tornando, assim, parte da identidade dos moradores dos respectivos logradouros, bairros e regiões.

Os requisitos necessários para se denominar os chamados "próprios públicos", que na prática se referem aos bens pertencentes aos municípios e que incluem as vias públicas de maneira geral, compreendendo ruas, avenidas, alamedas, becos, praças, além de prédios sede dos poderes municipais, dentre outros, são determinados por lei e variam entre as entidades federadas do país. Segundo as disposições preliminares citadas na Lei 5980/91 de Belo Horizonte, em 14 de outubro de 1991, o artigo primeiro descreve que:

"é dever do Poder Público Municipal propiciar à comunidade de Belo Horizonte condições de conhecimento do espaço físico comunal, através de um sistema de nominação e de identificação dos próprios públicos da Cidade"

A seleção de nomes passíveis a designar uma via pública deve se enquadrar em termos específicos, também citados na Lei 5980/91, sendo que

um dos quesitos dispõe sobre a possibilidade de homenagear personalidades de importância histórica, em especial aqueles que de alguma forma participaram da criação da cidade de Belo Horizonte ou tiveram importância no desenvolvimento do município. É fundamental que seja garantida a unicidade do nome, ou seja, certificar que o mesmo nome não se repita em outras vias de mesma espécie, além da estabilidade, que garante que os nomes escolhidos sejam passíveis de acolhimento e de utilização por parte da comunidade, gerando identificação nos habitantes e inibindo mudanças constantes das denominações.

No ano de 2016, dados da Câmara Municipal de Belo Horizonte mostraram que, das 238 leis propostas pelos vereadores de Belo Horizonte entre janeiro de 2013 a junho de 2016, 130 foram projetos que tratam do batismo ou alteração de nomes de ruas, praças e prédios públicos, além de 34 projetos relacionados a datas comemorativas. Esses dados configuram um cenário alarmante, onde 69% dos projetos cujas iniciativas são dos vereadores se referem a homenagens, ou seja, quase sete entre dez propostas. Dentre os nomes escolhidos e aprovados para referenciar algumas das ruas da capital estão o do compositor Dunga, da ave Arara-azul, do pintor Van Gogh, do religioso japonês Kotama Okada, além de Joel Gomes Moreira, pai do vereador Joel Gomes Moreira Filho, autor da lei que dá o nome de seu pai a uma rua localizada no bairro Jardim Vitória. Esse cenário evidencia a ausência de uma compreensão mais profunda por parte dos vereadores acerca da dinâmica de nomeação de um espaço e suas influências na vida da população. Os batismos de espaços em alguns momentos acabam sendo utilizados pelos agentes do legislativo para articular interesses pessoais em benefício próprio ou de grupos isolados de seu interesse (família, grupos religiosos, etc). Independente das dificuldades encontradas na tramitação dos projetos mais complexos e dos vetos colocados pelo Executivo nos projetos de lei, argumentos utilizados para justificar a ausência de propostas que tratam de assuntos mais relevantes para a cidade, fica claro que a nomeação de espaços é uma atividade supervalorizada nas ações do legislativo do município. Quando associada ao pouco compromisso que alguns vereadores têm em representar as reais necessidades da população, as ausências de propostas conformam um panorama alarmante, que beira a negligência, tal como o observado em 2016.

O ato de nomear os espaços está interpenetrado por inúmeras intenções, onde tanto na iniciativa de Vargas, quanto na atuação dos vereadores na Câmara de Belo Horizonte, é possível perceber que a escolha de um topônimo se trata de fato de um processo político-cultural, que busca controlar a posse simbólica do espaço e das formas com que as culturas irão se expressar nesse espaço. Segundo Claval, nomear um espaço não significa apenas criar "um meio referencial local, mas reporta-se a um contexto cultural que simboliza os modos ou preferências das municipalidades" (CLAVAL, 2007, P.205), pois a toponímia sempre se refere a pessoas e lugares simultaneamente. Seemann defende que os nomes de lugares não devem jamais se restringir apenas à função de referenciais espaciais, já que há sempre uma identidade, ou até mesmo identidades múltiplas amarradas em cada topônimo. Katherine Nash (2002) cita o que Seemann considera como uma real consciência toponímica, que demonstra seu potencial:

"Eu estou interessada na habilidade dos nomes de lugares em sugerir narrativas parciais do povoamento, do deslocamento, da migração, da posse, perda e autoridade. Eu gosto da sua natureza tomada como certa e seu peso de significados. Há algo claro, calmo e sensato na referência a locais, mas também há algo indefinível e infinito sobre eles. Eu gosto da maneira com que eles fazem parte tanto de histórias pessoais quanto de grandes narrativas e como eles relacionam a intimidade de um lugar bem conhecido com a racionalidade do governo oficial, guardiões dos nomes estandardizados. Eu também estou interessada em como eles circulam na fala ou como são escritos, mapeados e catalogados, como eles viajam, mudam ou são substituídos por códigos e números; sua carga ambígua como foco de um intenso debate local; sua potência como dispositivo para imaginar lugares distantes; sua existência na memória. Dizer que eles têm poética e política apenas é o começo de traçar seus diversos registros de significados." (NASH, 2012)

A pesquisa da toponímia de uma localidade deve considerar as descrições contidas nos protocolos de homenagem de próprios públicos, além da relação entre a origem do nome escolhido com a localidade batizada, as variantes históricas que contextualizam a dinâmica do batismo e re-batismo, a relação do nome com os mapas - considerando este último como legitimador da toponímia, além do significado dos nomes como instrumentos capazes de construir identidades e territorialidades. Uma pesquisa completa acerca da dinâmica de nomeação de lugares se torna, assim, capaz de evidenciar as contradições dos jogos de poder num território, além da tentativa de construção

de narrativas e de imputação de memórias no imaginário coletivo dos grupos sociais.

No caso da Rua Silvéria Cândida Pinto foi possível, a partir do encontro com Ivo Dias, alcançar uma profundidade de significados acerca da personalidade que deu origem ao topônimo que permaneceria desconhecida caso Ivo não se dispusesse a compartilhar suas lembranças. A descrição contida no protocolo de nomeação da rua não nos dá pistas de quem foi Silvéria, qual sua relação ou suas possíveis contribuições para a região, aspectos mencionados nos termos específicos da Lei 5980/91 como fundamentais para se nomear um próprio público. O protocolo de nomeação, o primeiro documento capaz de identificar ou nos dar pistas acerca da origem de um topônimo, não nos dá condições de reconhecimento de nossa própria história uma vez que ele não carrega descrições detalhadas sobre a origem dos nomes que nomeiam esses espaços. Ao analisarmos o protocolo da Rua Silvéria Cândida Pinto, ou de outros tantos nomes de ruas da capital que referenciam personagens da cidade, percebemos uma ausência de maiores informações, o que faz com que esses ilustres desconhecidos permaneçam no anonimato. Essa ausência de informações inibe, inclusive, que esses nomes sejam acolhidos pela população, uma vez que é difícil se envolver e se identificar com uma história desconhecida. O protocolo de nomeação pode ser capaz de colaborar diretamente para que, num primeiro nível de pesquisa, informações básicas sobre a origem dos topônimos sejam levantadas, sendo assim capaz de evitar que a topogênese de diferentes ruas da capital permaneça desconhecida.

2.4. Topônimos da nova capital

Ao se lançar um olhar sobre a toponímia de uma rua da cidade de Belo Horizonte, que traz à tona fatos históricos relativos à evolução da ocupação da cidade, é fundamental que uma revisão sobre a topogênese desta cidade seja feita, trazendo à tona parte da história da cidade narrada por Ivo Dias a partir dos primeiros topônimos da capital. Desta forma busca-se compreender o contexto onde a história de Ivo se desenrola, além de levantar as intenções fundamentais existentes na alteração dos primeiros topônimos da capital, uma vez que é

fundamental conhecer o contexto histórico-político que os cercam (SEEMANN, 2005).

A capitania de Minas Gerais foi criada no dia 12 de setembro do ano de 1720, após a separação das capitanias de São Paulo e Minas de Ouro, e tinha como capital a cidade de Vila Rica, atual Ouro Preto. Em fevereiro de 1821 a capitania transformou-se em uma província, que viria a se tornar, após a proclamação da república em 1889, o atual estado de Minas Gerais.

Estabelecido no início do século XVIII, o arraial do Curral d'El Rey, localizado às margens do Córrego do Leitão, zona centro sul da atual cidade de Belo Horizonte, passou a integrar a comarca do Rio das Velhas em abril de 1714, posteriormente rebatizada de Comarca de Sabará. O arraial manteve seu nome original de 1714 até o ano de 1890, mas foi posteriormente renomeado *Arraial da Bello Horizonte*, um topônimo de autoria de Luis Cornélio Cerqueira, professor, político e delegado do arraial. Segundo Leonardo José Magalhães Gomes (GOMES, 2008) a iniciativa de rebatizar o local teria partido dos próprios moradores que, em função da proclamação da república desejaram um novo nome capaz de representar melhor os novos ares republicanos. O fato do nome ter sido elaborado por uma personalidade atuante na sociedade da época deixa dúvida em relação à afirmativa do autor sobre a iniciativa partir da população, já que de acordo com Francisco Martins Dias, pároco do antigo arraial, o nome do arraial foi alterado "para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse" (DIAS, 1897, p.18), criando um novo marco na administração do estado.

Durante o processo de escolha e implantação da nova capital do estado, o primeiro nome escolhido pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) para a nova cidade foi *Cidade de Minas*, por este ser um topônimo que incorporava todas as expectativas do governo para a nova capital, que aspirava ser o centro de toda a vida econômica, social e cultural do estado. Mas em 1901 foi sancionada uma lei que oficializava novamente a alteração de *Cidade de Minas* para *Belo Horizonte*, já que os habitantes da "nova" cidade só se referiam a ela através dessa nomenclatura, o que sugere que o arraial não se apagara por completo a despeito do plano. Tal fato reforça a toponímia como um processo dinâmico, onde a aceitação e o acolhimento de um topônimo por parte da população local é um aspecto de fundamental importância, já que ele só irá ser

conservado se houver adesão por parte daqueles que irão fazer uso do mesmo. Seemann alerta que a própria análise da toponímia brasileira demonstra um conflito constante entre os nomes tradicionais e populares de um lado, e as denominações - que em muitos momentos são verdadeiras imposições - oficiais de outro, dando a ver que a nomeação de lugares é de fato uma tentativa de impregnar esses espaços de cultura e poder, já que "os nomes vem a mudar brutalmente todo o espaço após a instauração de um novo poder, de uma invasão, ou do triunfo de novas modas" (SEEMANN, 2005,p.215).

Leonardo José de Magalhães Gomes elaborou o que pode ser considerada a maior coletânea sobre a origem dos topônimos de Belo Horizonte, denominada "Memória de ruas: dicionário toponímico de Belo Horizonte" (GOMES, 2008). A obra se constitui como uma referência para quem deseja se informar a respeito da origem e evolução dos topônimos dos logradouros públicos de Belo Horizonte contidos dentro do perímetro da Avenida do Contorno. O autor descreve da seguinte forma a primeira nomenclatura das ruas de Belo Horizonte:

"[...] a nomenclatura da cidade encheu-se de nomes de rios, de cidades, de unidades da federação, de tribo indígenas. A cidade, em seu traçado, realiza o encontro dos brasileiros, dos mineiros, dos belorizontinos, com sua própria história. O encontro de todos nós com as nossas raízes indígenas, com nossos vizinhos, brasileiros todos, e com os que escolheram viver aqui. No corpo da cidade, suas artérias-avenidas, tinham nomes de rios. O fato de que muitas dessas avenidas-rios tenham perdido seus nomes, substituídos por homenagens nem sempre lúcidas, é uma das mais contundentes expressões do quanto temos nos rendido a convivências e oportunistas." (GOMES, 2008, pg. 10)

Segundo Gomes (2008), Aarão Reis, engenheiro adepto do positivismo, refletiu também na nomenclatura dos espaços públicos da cidade sua filiação política e ideológica, buscando minimizar a manipulação dos próprios públicos em função de contingências pontuais ou imediatismos, privilegiando as figuras distantes do "conservadorismo, do autoritarismo, dos que se notabilizaram pelo obscurantismo ou pela incúria" (GOMES, 2008, pg.10). Em relação aos próprios públicos da nova capital do estado, Aarão Reis descreve:

"Vão denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas importantes do Estado de Minas e da União, e bem assim, de alguns cidadãos que,

por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo." (GOMES, 2008, p.42)

A antroponímia só teve lugar nesse primeiro batismo quando referenciava personagens locais, com exceção dos mais centrais da história de Minas Gerais e do Brasil. Houve uma lógica para nomear as ruas da zona urbana da cidade nos primórdios da implantação do plano de Aarão Reis e após os primeiros vetores de crescimento da cidade no início do século XX. Segundo GOMES (2008), a toponímia original elaborada pela CCNC possuía uma lógica cujo objetivo maior era facilitar o reconhecimento dos espaços e deslocamento dos habitantes dentro da cidade. Há citações, inclusive, que mencionam que a nomenclatura das ruas eram “uma forma de ensinar a população, ainda carente de ensino fundamental” (SENAC Minas Gerais). De acordo com GOMES,

“Seguindo a direção norte-sul, a partir da já citada Avenida Dezesete de Dezembro, temos ruas com nomes de tribos indígenas, nomes de poetas, dos inconfidentes mineiros e de outros personagens históricos. Na direção Leste-Oeste, vêm os estados brasileiros e as cidades mineiras. As praças tinham sua denominação inspirada pelas datas históricas do Brasil, de Minas e da cidade. As avenidas vinham com os nomes dos grandes rios brasileiros e de personagens históricos. [...] A planta da cidade era uma verdadeira aula de história e de geografia do Brasil.” (GOMES, 2008, p.16)

Essa ação visou facilitar a distinção, orientação e localização das vias em relação às outras ruas da cidade tirando parte de uma lógica intuitiva. Mas se por um lado inicialmente a toponímia busca distinguir os lugares para facilitar o deslocamento e orientação dentro de um território, essa tarefa primária não foi observada nos casos onde há excesso de nomes similares pertencentes a um mesmo contexto. O que poderia facilitar a localização dentro de uma malha urbana ortogonal em muitos momentos acaba gerando certa confusão, fato inclusive previsto, segundo GOMES, pela toponímia original concebida pela equipe chefiada por Aarão Reis:

“Quando uma rua, das que deveriam ser batizadas com o nome de um estado brasileiro, duplicava sua denominação com a de um rio, como Paraná e Amazonas, ela recebia o nome da capital deste estado; no caso, Curitiba e Manaus.” (OFÍCIO 1895)

A Avenida do Contorno é um outro caso interessante que demonstra a importância da adesão de um topônimo por parte da população. Gomes (2008,

p.15) relata que a avenida leva esse nome justamente por contornar o que foi concebido por Aarão Reis como zona urbana da cidade. Inicialmente ela foi batizada de *Avenida Dezesete de dezembro* em alusão à data em que foi promulgada a lei nº 3, adicional à Constituição Mineira, que designava em seu artigo 1º a escolha de Belo Horizonte como nova capital do estado. Segundo Gomes o nome oficial foi pouco utilizado, com exceção dos documentos oficiais que continuaram a legitimá-lo até a década de 1940, período em que o nome foi alterado. No próprio Ofício nº26 de 23 de março de 1868, onde Aarão Reis apresenta ao governo as plantas da cidade, ele menciona:

"Esta zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas belezas da nova cidade." (GOMES 2008, p.40)

Após o primeiro batismo pela equipe na CCNC alguns logradouros tiveram seus nomes alterados em função de interesses bastante particulares. As aproximadamente setenta vias públicas existentes apenas no perímetro da Avenida do Contorno superaram hoje a marca das doze mil. É possível observar uma segunda tendência na toponímia da cidade, que se tornou mais intensa principalmente nas últimas décadas do século XX, de homenagear personalidades através da nomeação de ruas. Durante o período da ditadura militar, em especial na década de 1970, inúmeros personagens ligados ao governo, às instâncias de segurança, além de colaboradores do regime militar, se tornaram nomes de ruas, viadutos, escolas e outros prédios públicos. Isso tem gerado, décadas após a superação de grande parte das ferramentas de controle social e político, indignação por parte de habitantes da cidade que repudiaram o fato dessas personalidades, ligadas muitas vezes a casos de tortura, se tornarem referenciais urbanos através da designação de ruas da cidade. Atualmente tramita uma lei que prevê a proibição da instituição de nomes de pessoas comprovadamente ligadas à atos de lesa-humanidade, tortura ou violação de direitos humanos, em qualquer tipo de espaço público. Na Lei 5980/91 é vetada a nomeação de via pública em referência a pessoas que tenham sido condenadas criminalmente por praticar atos considerados pela lei como hediondos.

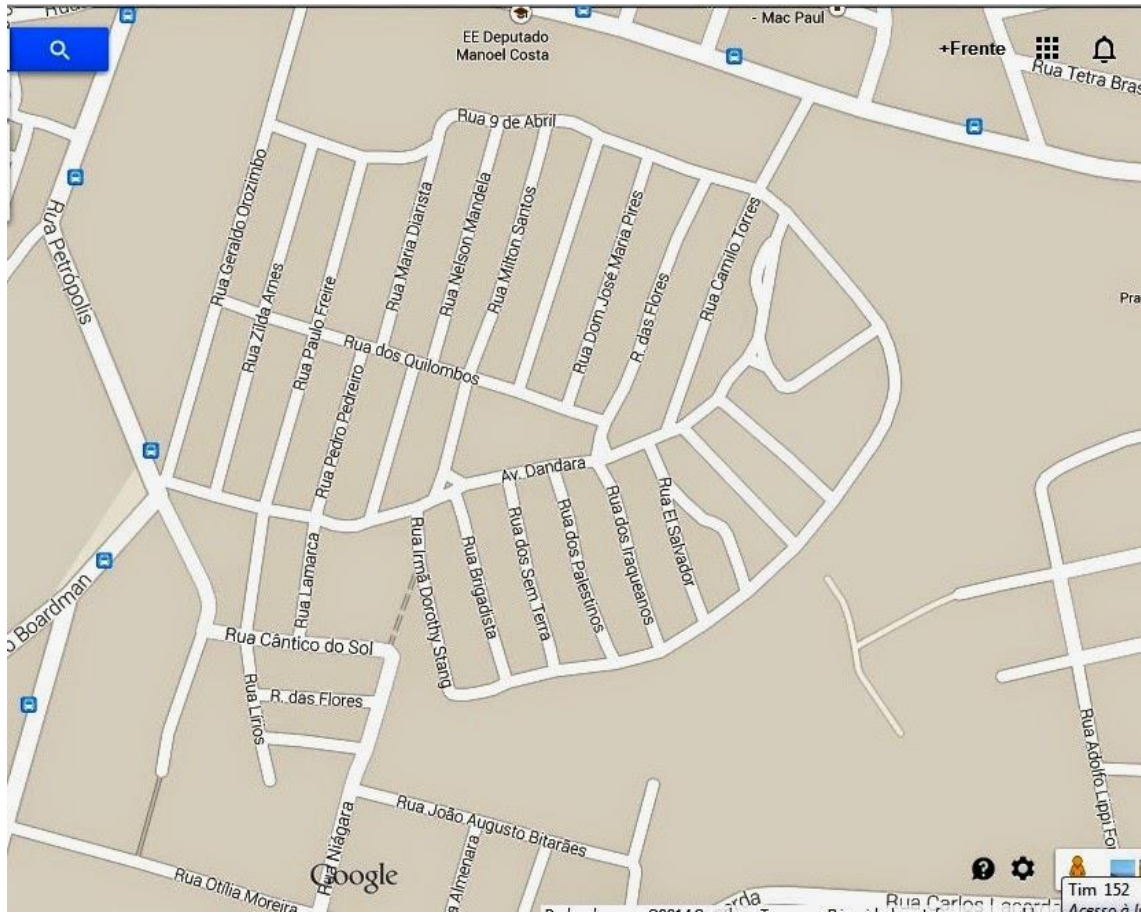
De maneira geral é possível dizer que a toponímia da cidade de Belo Horizonte ilustra um jogo de poder político que nela se desenvolve. Em cada época da história da cidade os logradouros públicos recebem nomes segundo interesses específicos. É possível notar que a população, independente da classe social, desconhece os aspectos históricos referentes aos nomes dos próprios públicos da cidade que justificam as nomeações atribuídas (GOMES, 2008). O levantamento dos aspectos que justificam a homenagem através da criação de um topônimo, é fundamental para despertar uma consciência geral que, por sua vez, leve à divulgação de partes da história da cidade.

É indiscutível que as escolhas dos topônimos da nova capital conformam uma tomada real ou simbólica do espaço por parte de Aarão Reis e pela CCNC, que buscaram imputar sentidos diversos através das nomenclaturas, constituindo culturalmente o território, mesmo que isso significasse apagar os referenciais anteriores através da substituição de antigos topônimos. Há na toponímia original da *Cidade de Minas* a busca pela implantação de uma nova identidade, capaz de traduzir os anseios do governo para a nova capital, com todas as suas representações simbólicas e políticas. Personagens históricos foram lembrados pela CCNC, tal como Cláudio Manoel ou Gonçalves Dias, assim como personagens de prestígio nacional como Afonso Pena, a única avenida que homenageou um político ainda vivo, então presidente do Estado, responsável pela nomeação da Comissão Construtora e pelo início das obras da nova capital. As ruas da capital mineira se encheram de referências ao território brasileiro e aos estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia; os grandes rios, como Tocantins, São Francisco, Paraopeba, Araguaia; as tribos indígenas, como Tupinambás, Tamoios, Guarani, Guajajaras, Timbiras, Aimorés, Caetés. Essa exaltação foi posteriormente substituída em inúmeros momentos por homenagens a figuras políticas que apagaram, em especial, as referências aos rios do país, que tiveram seus topônimos substituídos por nomes de políticos, com exceção dos rios Amazonas e Paraná. Tal fato evidencia mais uma vez os vetores das forças que agem através da toponímia da cidade, que muitas vezes exaltam, não as preferências das municipalidades ou os referenciais locais eleitos pela população, mas um interesse particular das forças hegemônicas que acabam por se apropriar simbolicamente dos espaços. O jogo de poder articulado através dos topônimos ocorre até mesmo nos espaços

autônomos, tal como as ocupações, onde as preocupações com as formas pelas quais as culturas irão expressar sua própria presença irão ocorrer através das forças que regem aqueles espaços e nomeiam os lugares, criando, desvendando ou recuperando um espaço.

Também nos espaços autônomos, como nas ocupações, a toponímia é implementada garantindo aos indivíduos tanto a orientação para deslocamento naqueles espaços, quanto a posse simbólica dos mesmos. No caso da ocupação Dandara os topônimos foram escolhidos pela própria comunidade através de votação. O nome próprio Dandara, que nomeia a ocupação e sua principal via, foi escolhido por referenciar uma mulher, esposa de Zumbi dos Palmares. Há também a própria Rua Zumbi dos Palmares, dos Quilombos, dos Palestinos, dos Iraquianos, dos Sem Terra, Rua Nelsson Mandela, Che Guevara, Martin Luther King, Paulo Freire, Dorothy Stang, referências eleitas como simbólicas pelos moradores, além da Rua Nove de Abril, que referência a data de início da ocupação. Além delas, existem outras vias cujos nomes referenciam personalidades da própria comunidade, como a Rua Pedro Pedreiro e a Rua Maria Diarista, que aludem à duas figuras importantes, que colaboraram de forma substancial nos primórdios da ocupação. A Rua Beatriz Sthefany referência duas meninas que residiam num barracão e foram deixadas trancadas em casa. O barracão pegou fogo e as meninas Beatriz e Sthefany não sobreviveram. Essa situação dramática gerou grande comoção dentro da comunidade e ilustra a forma com que os topônimos são considerados homenagens simbólicas pela população de maneira geral. Na Vila Cônego Pinheiro, uma vila ainda irregular cujos topônimos ainda não estão formalizados e aprovados pela prefeitura, há uma via denominada Beco Maria Alves. Maria Alves está viva e reside neste Beco., ela é uma das lideranças da Vila, atuando de maneira efetiva em prol dos interesses da comunidade. Mesmo depois da aprovação da Vila, o Beco vai permanecer com este nome uma vez que a comunidade só o identifica e o reconhece dessa forma, o que ilustra a importância da identificação e aceitação da comunidade pelo topônimo, mesmo quando este faz referência a alguém ainda vivo.

Figura 25: Mapa da Ocupação Dandara



Fonte: Portal Frente pela Reforma Urbana (2017)

2.5. Ex-Colônia Afonso Pena

Em busca de compreender o cenário onde as histórias de Ivo se desenrolam é importante delinear o espaço urbano da capital do estado no início do século XX, visando contextualizar o que é abordado nas falas do entrevistado. É através da fala de Ivo que iremos também perceber as fraturas na estrutura da história oficial.

Um estudo morfológico sobre a cidade é uma forma eficiente de descrever aspectos importantes de uma ocupação, mas é indispensável, para um trabalho que deseja levantar aspectos da vida urbana de uma cidade e suas eventuais mudanças, que sejam também consideradas as relações políticas e de alteridade entre moradores e o espaço que habitam. É impossível contar uma história sem que seu passado seja plenamente levantado e ao menos

parcialmente esclarecido dentro das limitações de uma pesquisa historiográfica. Estamos também diante de um desafio, que surge ao tentarmos levantar fatos históricos não contados sobre a cidade quando há relações de predomínio da história oficial, pautada em fatos que exaltam e privilegiam as classes mais abastadas sobre a micro-história, que revela a indiferença da vida cotidiana (CERTEAU, 2014) vivenciada por grupos ordinários, cuja importância dentro de uma historiografia oficial foi subestimada pelas instâncias públicas sendo assim necessário surgir certa inventividade no intuito de criar cenas de dissenso (MARQUES, 2014).

Quando analisamos a conformação da cidade de Belo Horizonte, sua ocupação e traçado, somos levados a pensar que o planejamento urbano elaborado para a cidade abrangeu apenas a área interna da Avenida do Contorno em função da mesma possuir um traçado regular e geometricamente ordenado. Sua coroa externa, localizada na periferia do centro urbano, é atualmente composta por ruas e avenidas tortuosas, quarteirões de formatos variados e arranjo irregular de maneira geral, evidenciando um forte contraste com a conformação da área interna. Supostamente essa área externa teria surgido de forma espontânea, a partir de uma ocupação informal dos espaços, sem que houvesse um planejamento específico para os bairros que a compõe. Mas é possível afirmar, através da análise de um diagrama de organização geral da área destinada à Cidade de Minas datado de 1895, que ainda no início de seu planejamento a cidade já havia sido subdividida pela CCNC em três grandes áreas: a área urbana, interna à Avenida do Contorno; a zona sub urbana, que circundava o perímetro da área urbana; e os sítios, situados na zona rural, a noroeste da zona sub urbana, formada inicialmente por terrenos às margens de mananciais de água e outras áreas com potencial para uma futura expansão urbana.

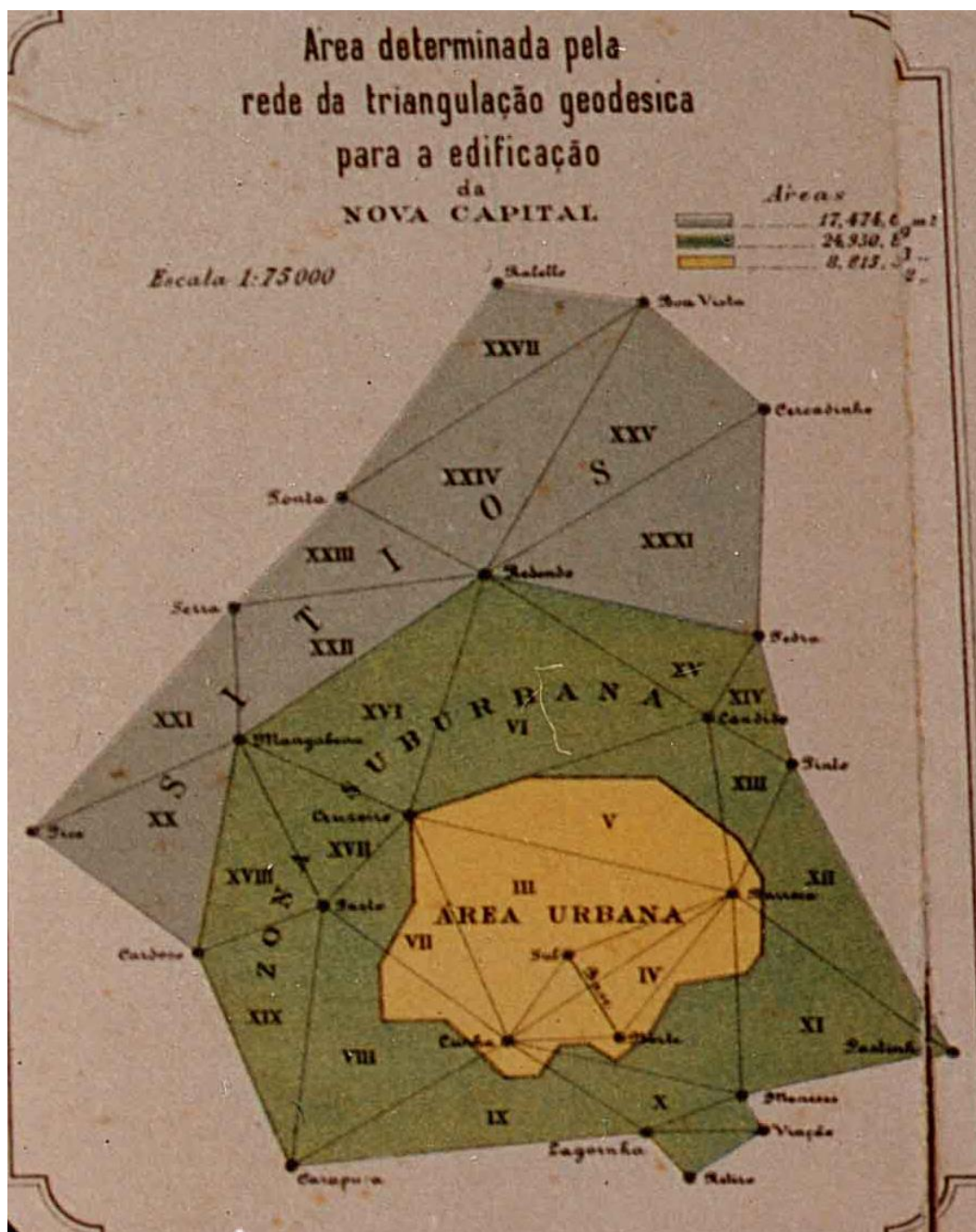
“[...] foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m² dividida em quarteirões de 120m x 120m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. [...] A zona suburbana, de 24.930.803 m², - em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas traçadas de conformidade com a topografia e tendo apenas 14m de largura - circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros, e é por sua vez envolvida por terceira zona de 17.474.619 m², reservada aos sítios destinados à pequena lavoura.”(Ofício n/ 26 de 23 de março de 1895, apresentando ao Governo as plantas da cidade. Por Aarão Reis, Engenheiro-Chefe)

Foi recorrente ouvir de Ivo Dias durante as entrevistas, que a cidade de Belo Horizonte era compreendida apenas pela área interna da Avenida do Contorno, e que por isso a fazenda de sua avó encontrava-se “fora” da cidade. O traçado ortogonal das ruas internas ao perímetro da Avenida é um forte indício responsável por essas suposições, uma vez que há um grande contraste entre a organização espacial da zona interna à avenida com a zona externa. Mas é importante ressaltar que na primeira metade do século XX, época em que Silvéria Cândida possuía a fazenda no Lote Colonial 19 da Colônia Agrícola Afonso Pena, havia um contraste também nos investimentos de infraestrutura da área interna e externa. Nos depoimentos de Ivo é possível constatar citações à ausência de energia elétrica, distribuição de água, saneamento, pavimentação, transporte público, dentre outros.

“A atenção da maioria dos pesquisadores da história antiga de Belo Horizonte concentra-se no espaço organizado e de claro desenho da zona urbana projetada pela CCNC, entendendo os espaços externos ao anel que a delimitava como espaços não planejados, caóticos ou deixados ao seu destino. A avenida do Contorno, boulevard a emoldurar a cidade planejada, linha divisória entre o homem urbano e o homem rural, marcava a passagem de um mundo ao outro, aos de dentro a experiência da polis e da vida pública e, aos de fora, a condição do trabalho.” (BAPTISTA, 2011, p.117)

Através da análise de mapas das primeiras décadas do século XX é possível perceber que, embora tenha havido um projeto da CCNC sugerindo um tipo de ocupação na coroa externa da Avenida Contorno que se resumia em bairros interpostos entre os espaços essencialmente urbanos e os rurais, sua conformação se alterou inúmeras vezes ao longo dos anos, o que culminou numa ocupação diferente do que havia sido pensada no plano original da CCNC de 1895, sugerindo um movimento de deflexão, ou até mesmo ruptura com esse planejamento inicial. Os mapas ao longo das décadas apresentam diferentes propostas de loteamentos, com variações nas conformações e nos nomes das ruas e avenidas, fato que pode ser justificado pelo intenso crescimento e adensamento dos subúrbios em detrimento do crescimento da área central da cidade. Isso teria sido fruto da alta diferença entre os preços dos terrenos comercializados dentro e fora da zona urbana.

Figura 27: Detalhe da Planta Geral da Cidade de Minas, 1895. Acervo MHAB. Verifica-se um planejamento para a área externa ao Cinturão da Avenida do Contorno, relativa à zona suburbana da cidade. Abaixo à esquerda o diagrama que demonstra a divisão entre as zonas urbana, suburbana e sítios.



Fonte: Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte.

Além da CCNC coordenada por Aarão Reis, havia um segundo organismo do governo mineiro, vinculado à Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que também direcionava e influenciava o planejamento e a ocupação das terras da nova capital. Segundo Tito Flávio de Aguiar (2006) em 1891 houveram demandas do chamado Congresso Constituinte Mineiro, que impôs medidas capazes de aquecer a economia da nova capital, modernizando a região através de bases agrárias e garantindo farta mão-de-obra para a execução das obras de construção da cidade e de sua manutenção. Aguiar (2006) cita ainda a existência de documentos oficiais do estado de Minas Gerais que fazem menção às chamadas "colônias agrícolas", descritas como estabelecimentos rurais cuja função seria promover o adensamento de uma região onde pequenos agricultores receberiam lotes de terra sob o compromisso de cultivar o solo.

Considerando que a escravidão havia sido abolida poucos anos antes da inauguração da cidade, uma das medidas descritas nestes documentos visava atrair imigrantes europeus e agricultores brasileiros, fixando-os na região dessas colônias. Através da repartição de terras e colonização, a ideia foi de implantar, nos subúrbios da nova capital nas áreas referentes ao que a CCNC havia denominado como zonas suburbanas, cinco grandes colônias agrícolas que iriam compor a zona colonial, periféricas ao cinturão da Avenida do Contorno. Desta forma o subúrbio da cidade seria capaz de ofertar aos demais habitantes mão-de-obra além de lenhas, tijolos, telhas e hortifrutigranjeiros, produtos que colaborariam para a modernização agrária do estado e possibilitariam a autonomia do mesmo frente ao governo federal.

Aguiar (2006) menciona as intenções por detrás da articulação de concepções espaciais distintas para o espaço da cidade, que na prática traduzem a intenção do Estado em controlar o território. Neste âmbito a toponímia entra como dinâmica capaz de efetivar simbolicamente esse controle.

“Entendemos que, na Cidade de Minas, a articulação de concepções espaciais distintas, uma urbana e outra rural, permitiu que o Estado ampliasse o controle efetivo do território através da ocupação e do uso de espaços periféricos que haviam sido considerados pela CCNC como áreas a serem futuramente implantadas, à medida que a população da nova cidade ultrapassasse os primeiros 30.000 habitantes e se fizesse necessária a expansão da faixa inicialmente ocupada.” AGUIAR (2006, p.275)

A zona suburbana foi de fato dividida em cinco grandes colônias, denominadas de Carlos Prates, Adalberto Ferraz, Bias Fortes, Américo Werneck e Afonso Pena. Essas denominações embora oficiais são, segundo Aguiar (2006), desconhecidas por grande parte da população belorizontina, que não as reconhece como referenciais do espaço da cidade, embora as mesmas ainda sejam mencionadas nos registros oficiais de imóveis pertencentes ao perímetro externo da zona urbana original. Carlos Prates foi um dos engenheiros da Prefeitura da cidade que, em 1896, assinou a planta de loteamento que deu origem ao Núcleo Colonial Carlos Prates, hoje região dos atuais bairros Bonfim, Carlos Prates, Padre Eustáquio e Pedro II, localizado na região noroeste da cidade. Adalberto Ferraz, que deu origem ao topônimo do Núcleo Colonial Adalberto Ferraz, foi o consultor jurídico da CCNC e o primeiro prefeito de Belo Horizonte, que na época ainda era conhecida como Cidade de Minas. Hoje a região da ex-colônia corresponde aos bairros Anchieta e Cruzeiro. Adalberto Ferraz foi nomeado pelo então presidente de Minas Gerais, Crispim Jaques Bias Fortes, outra personalidade que emprestou seu nome para uma das cinco colônias, onde hoje se situam os bairros Santa Efigênia e Pompéia, na zona leste da capital. Américo Werneck, personalidade que emprestou o nome para o Núcleo Mário Werneck - atuais bairros Floresta, Sagrada Família e Horto -, foi nomeado em 1898 o segundo prefeito da cidade pelo então presidente do estado Silviano Brandão. Afonso Pena, nome que originou o topônimo do Núcleo colonial Afonso Pena, região que hoje corresponde aos bairros Santo Antônio, Luxemburgo, Coração de Jesus e Vila Paris, foi o presidente do Estado, responsável pela nomeação da Comissão Construtora e pelo início das obras da nova capital, como mencionado anteriormente.

A aquisição de terras nos núcleos coloniais foi facilitada pelo governo, que oferecia a posse das mesmas em troca de parcelas divididas em prazos de sete anos e do empenho dos proprietários na produção agrícola. O governo ainda ofertava auxílio tais como adiantamentos para a aquisição de aves domésticas, fornecimento de viveiros, sementes, mudas de árvores, dentre outros. Era evidente a intenção de favorecer a ocupação das colônias principalmente por imigrantes europeus - que poderiam colaborar com outras técnicas agrícolas -, e também de agricultores brasileiros, incluindo ex-escravos e seus

descendentes, o que configurou um cenário, segundo Adelman, do "único grupo considerável de proprietários pertencentes à classe baixa" (ADELMAN, 1974, p.103). Ainda que esses agricultores tenham deixado de ser parte da "massa de homens sem qualidade, sem título algum, que só tem liberdade como coisa própria", (GUIMARÃES, 2010, p.4) e tenham se tornado parte de um grupo de proprietários de terras, esse fato ainda não era suficiente para que eles se tornassem emergentes, gozassem de uma posição de destaque na hierarquia social ou tivessem qualquer reconhecimento político dentro da sociedade, fato que justifica a ausência de maiores detalhes sobre seus nomes e suas origens nos documentos oficiais.

O estabelecimento da chamada zona colonial, termo que aparece pela primeira vez no Decreto Nº. 1227, de 6/12/1898, dizendo: "a zona colonial ficará sob a jurisdição da Secretaria da Agricultura", foi retirado da alçada da Prefeitura da *Cidade de Minas* sendo sua responsabilidade entregue à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a quem coube a gestão das cinco colônias agrícolas que formavam a zona colonial. No ano seguinte houve um segundo decreto, de Nº. 1273 de 11/04/1899, que oficializava a existência da *zona colonial*, cuja ementa dizia aprovar a planta organizada que dava novos limites às zonas urbana, suburbana e colonial da capital do estado. Essa zona visava a diversificação econômica e a modernização regional, e embora os ideais iniciais tenham sido alterados, tais ocupações influenciaram de maneira distinta a transformação e configuração dos espaços da cidade. Fatores tais como o desenvolvimento do mercado local e a proximidade do centro urbano (que colocavam em contato duas realidades antagônicas e complementares, o campo e a cidade) contribuíram para que os produtos produzidos nas colônias encontrassem destino certo, consolidando a zona colonial como um estabelecimento agrícola dentro da cidade. Mas em função da frustração do governo mineiro frente à suposta modernização agrária que não ocorreu, houve pouco interesse do mesmo para que as mesmas se mantivessem. O empreendimento da zona colonial se mostrou bastante duradouro e promissor nos primeiros anos da nova capital até 1910, quando os núcleos coloniais começaram a ser liberados da tutela do Estado. Até 1911 quatro das cinco colônias foram emancipadas, sendo que a última e mais rural, a ex-Colônia Afonso Pena, só foi liberada da tutela do Estado em 1920.

Em 1941 foi apresentado à prefeitura um Plano de Urbanização de Belo Horizonte, considerada a primeira proposta formal de revisão geral do plano original da CCNC. Os bairros criados após a emancipação das colônias agrícolas e suas respectivas incorporações à zona urbana da capital, seriam fruto das transformações dos espaços rurais das colônias em espaços urbanos, aparentemente arranjados de forma desordenada. Segundo a historiografia da cidade, os bairros externos ao cinturão da Avenida do Contorno teriam sido pensados para receber as camadas mais baixas da população, o que evidencia um planejamento segregador para a cidade. Tal fato agregou à zona suburbana e aos bairros que se originaram posteriormente de sua reconfiguração, condição de espaços com tímidos investimentos de melhorias e infraestrutura. Os subúrbios, apesar do acelerado adensamento, permaneceram por anos desprovidos de serviços urbanos mínimos, situação oposta à área central da cidade. Esse panorama era resultado de jogos de interesse entre o Estado, a Prefeitura e as iniciativas privadas, que contribuíram através de ações e omissões, na transformação dos espaços da cidade.

A ex-colônia Afonso Pena, o maior dos núcleos coloniais, ocupava o vale do córrego do Leitão na região centro sul da cidade, incluindo as terras da antiga fazenda do Leitão. Seu traçado era considerado o mais complexo quando comparado com os demais núcleos coloniais, e seu desenho ignorava a declividade íngreme da encosta direita do córrego, na área correspondente ao atual bairro Santo Antônio. Já em seu lado esquerdo, de encosta mais suave e correspondente aos atuais bairros Cidade Jardim, Vila Paris e Luxemburgo, haviam lotes divididos em formatos diversos, que não seguiam nenhum padrão específico, distribuídos ao longo das margens do córrego e dos caminhos que partiam da sede da fazenda do Leitão, sendo que alguns deles ainda podem ser reconhecidos nos traçados das ruas Conde de Linhares e Iraí.

Sua área original possuía 612,3 hectares e era dividida em 89 lotes coloniais, cada um com área média de 6,8 hectares. Parte da área foi ocupada por vilas e favelas nas décadas de 1940 e 1950, criadas a partir da expulsão e deslocamento de moradores de outras favelas da cidade, dinâmica que originou o aglomerado Santa Lúcia, também conhecido como Morro do Papagaio. A favela Alvorada ocupou nos anos de 1950 e 1960 as margens do córrego do Leitão, mas no início da década de 1970 seus moradores foram removidos para

que o córrego fosse canalizado e originasse a Avenida Prudente de Moraes. O núcleo colonial deu origem primeiramente à parte do bairro Santo Antônio e ao bairro Coração de Jesus. Depois vieram os bairros Cidade Jardim, Vila Paris, Luxemburgo, São Bento, Santa Lúcia e Belvedere.

2.6. O Bairro Luxemburgo

Os bairros de São Paulo, quando descritos pelos velhos, têm uma biografia, assim como nós. Tem infância, juventude, maturidade e velhice. E a velhice é a quadra mais bela dos bairros, porque ali se constituiu já a sua memória. A fisionomia do bairro amadurece, acompanha a respiração dos moradores. As nossas histórias se misturam com a história do bairro, e vamos enxergar na rua aquilo que nunca vimos, mas que nos contaram. Quando a fisionomia do bairro se humanizou e amadureceu, ela pode continuar vivendo, mas pode ser golpeada de morte. Golpeada pelas imobiliárias e urbanistas que não tem nenhum interesse na memória, na sobrevivência dos moradores. O caminho familiar entre a casa e os lugares que se costuma ir não é um privilégio do ser humano, mas do ser vivo. O bairro é uma totalidade estruturada, comum a todos, que vamos percebendo pouco a pouco e traz um sentido de identidade ao morador. É terrível perder o caminho de volta, é o retorno do caminho familiar se ele ainda existe. Os velhos ficam acuados quando as quadras do bairro são arrasadas. Para onde vão? Tentam resistir, mas em geral perdem a parada. A mudança e a morte se equivalem para as pessoas. Os urbanistas devem escutar os velhos moradores que têm a memória de cada rua e de cada bairro. (Entrevista: Ecléa Bosí: Narrativas sensíveis sobre grupos fragilizados, p.2)

A história oficial divulgada pelas instâncias públicas acerca da origem do bairro Luxemburgo não especifica uma data precisa de fundação do bairro, embora a denominação da região como *Luxemburgo* só seja notada nos mapas da cidade após a década de 1970. Sua criação alude à presença de um imigrante nascido em Steinfurt, cidade localizada no Grão-Ducado de Luxemburgo, um pequeno estado soberano localizado na Europa Ocidental, entre os países da Bélgica, França e Alemanha, de nome Albert Scharlé. Nascido em 1898, Albert se formou em metalurgia e veio para Belo Horizonte em 1929 para trabalhar na antiga Belgo Mineira, atual Belgo Bekaert Arames. Ele adquiriu um terreno situado na antiga ex-colônia Afonso Pena, o que fez com que parte da área pertencente à ex-colônia fosse associada ao seu país de origem. Algumas fontes dizem que a área fazia com que o engenheiro se recordasse de sua terra natal, outras citam Albert como o próprio fundador do bairro, afirmativa que causa estranhamento já que seu falecimento data de 1956. O que de fato é possível

certificar em documentos oficiais, como a "Planta de lotes coloniais nº 13 e 15 da ex colônia Afonso Pena", datada de 1958, é que realmente havia uma área pertencente aos herdeiros de Albert Scharlé na ex-colônia, correspondente possivelmente à região onde o bairro se formou. Outro documento, um decreto de 9 de julho de 1974, dá a denominação de Engenheiro Albert Scharlé à rua 5 da ex-colônia Afonso Pena, apontando como justificativa sua alta contribuição em prol do desenvolvimento cultural, científico e econômico da cidade, seu valor humano e técnico", além de mencionar que ele ocupou os postos mais importantes na Belgo Mineira, recebeu do Governo Brasileiro a honra de Oficial da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e o título de Doutor Honoris Causa outorgado pela Escola de Minas de Ouro Preto. Scharlé era também dono de uma grande área no município de Sabará, próxima à sede da Belgo Mineira, onde foi construída sua casa de campo. Depois de seu falecimento seus herdeiros venderam parte do terreno para uma associação de engenheiros que transformaram a área no Clube Scharlé, onde Albert e sua esposa ainda estão enterrados.

O bairro Luxemburgo, quando citado pelas publicações dos periódicos da cidade, surge representado como um bairro que "tem um nome aristocrático e sua conformação urbana indica que ali residem pessoas de bom nível financeiro" (Jornal Plenário, Caderno Geral, p. 5, Belo Horizonte, 30/05/96). Embora o sentido divulgado possa de fato ser observado num contexto atual, a toponímia do bairro não é capaz de dar indícios sobre uma parte fundamental de sua origem, calcada na ocupação de agricultores imigrantes e brasileiros, incluindo descendentes de escravos, na região. É inquestionável a presença de um jogo de interesses, provavelmente entre a prefeitura e as iniciativas privadas, que visava valorizar a área através da indústria imobiliária, que ainda hoje explora a região através de referências ao país europeu. O bairro Cidade Jardim, vizinho à região, havia sido criado com o intuito de abrigar a residência de figuras importantes da sociedade belorizontina, o que pode ter influenciado na escolha do nome do bairro vizinho. Houve um desejo de agregar, através do nome próprio "Luxemburgo", uma referência a um país cujo panorama físico e social são absolutamente distintos do panorama da área da ex-colônia. Tal como o apagamento do nome Curral d'El Rei, houve uma clara intenção de alterar, e até deletar, qualquer relação com as ocupações originais do bairro, considerando a

dificuldade em levantar documentos que confirmam os nomes dos proprietários, assim como a própria ausência de especificações relativas à origem dos mesmos, principalmente dos que possuíam origem afrodescendente. Como não houve uma grande corrente migratória a instituição se conformou em vender lotes para afrodescendentes e, curiosamente, não registraram nos documentos dos lotes dados sobre a origem étnica dos chamados agricultores nacionais.

“Não obstante os sinais da presença de trabalhadoras e trabalhadores negras/os atuando na cidade desde sua origem nas narrativas sobre a história de Belo Horizonte, o silêncio sobre estes é bastante comum, não raro justificado pela ausência de fontes que mencionem a cor dos sujeitos. Mas também seria possível alegar que a cidade, nascida sob a égide da República e do progresso, não viveu a experiência da escravidão – viés pelo qual comumente se abordou, até bem recentemente, o tema das relações raciais, no país, na historiografia. Com efeito, a despeito da forte presença de afrodescendentes na região da antiga comarca do Rio das Velhas, quase nada sabemos sobre o destino dos trabalhadores outrora escravizados que viviam no antigo Arraial do Curral Del Rei, vinculado à mesma região e destruído para dar lugar à nova sede administrativa do Estado de Minas Gerais, a partir de 1894. Sabe-se que, desde então, migraram para lá, além de europeus, um número cada vez maior de pessoas oriundas do próprio estado e até de outras regiões do país, atraídas pelas possibilidades de trabalho. Muitos destes últimos, eram operários, empregados nas atividades de construção e manutenção da cidade e teriam habitado as primeiras favelas da capital. No entanto estes são sujeitos emblematicamente silenciados nas narrativas sobre a construção da cidade – ação creditada, em geral, quase exclusivamente aos estrangeiros. E a despeito de se tratar de trabalhadores que migram para um centro urbano em construção, num período muito próximo aos acontecimentos que conduziram a abolição oficial da escravidão no país, não são conhecidas análises que os considerem, neste contexto pós-abolicionistas, como trabalhadores negros.” (PEREIRA, 2015, p.4)

Duarte (2014) descreve o panorama de Belo Horizonte nas décadas de 1960 e 1970 como o resultado de seu crescimento vertiginoso na primeira metade do século XX, que teria recebido inúmeros novos moradores, dentre brasileiros e imigrantes, em busca da promessa de emprego e melhores condições de vida. Só entre as décadas de 1950 e 1970 houve um aumento de 58% do crescimento da capital ocasionado exclusivamente pela migração (DUARTE, 2014). Esse período foi marcado pela presença de sentimentos paradoxais relacionados ao progresso e à pobreza, duas forças que inundavam o cotidiano da cidade através das inúmeras obras realizadas por toda capital, especialmente em sua zona urbana, em paralelo com a pobreza, explicitada

através das famílias que moravam em situação de miséria nas diferentes favelas existentes na capital.

Em paralelo aos bolsões de pobreza, os anos do “Milagre Econômico” entre 1968 e 1973 beneficiaram os setores das classes média e alta, responsáveis pelo fortalecimento das elites empresariais, gerando destaque e maior projeção do estado no cenário político nacional (DUARTE, 2014). As alterações que vieram com o pós-guerra, de acordo com Duarte (2014), trouxeram para a cidade um “processo de industrialização sem inovação tecnológica, modernização em paralelo com o aprofundamento selvagem das desigualdades e do patrimonialismo e submissão ao capital internacional” (DUARTE, 2014, p.163), criando um contexto de urbanização desenfreada entre os anos de 1966 e 1976 (DUARTE, 2014). Houve a expansão da malha urbana através da emancipação das ex-colônias, uma maior dinâmica dos setores comerciais e de serviços, além dos investimentos na construção civil, que inundaram a cidade de altos edifícios. A cidade, antes repleta de árvores, se viu diante da diminuição radical de sua área verde em detrimento do alargamento das vias, a crescente poluição de seus córregos, o aumento das enchentes, o acúmulo de lixo, engarrafamentos, além das poluições do ar e sonora. As indústrias e fábricas que funcionavam dentro do perímetro urbano e em suas imediações, tal como na região do Barreiro e da Cidade Industrial, não eram, segundo Duarte, “limitadas por regras de eliminação de resíduos nos rios e solos, ou emissão de gases poluentes” (DUARTE, 2014, p.163), fatores que, aliados ao crescente domínio das ruas pelos automóveis, colaboraram para que a cidade deixasse definitivamente no passado as qualidades ambientais.

É fundamental ressaltar que, também nesse período, a ditadura militar iniciada com o golpe de 1964 se fez presente de forma mais ativa e perversa no cotidiano da cidade, sendo responsável por capítulos de barbárie também no âmbito do planejamento urbano. Paralelo a ela, o “Programa de Ação Econômica do Governo” mostrou seus primeiros resultados. O Produto Interno Bruto (PIB) deu sinal de recuperação, num processo que pouco tempo depois iria instaurar um período de prosperidade para as classes médias e altas (DUARTE, 2014).

Oswaldo Pieruccetti foi nomeado prefeito de Belo Horizonte durante o governo de Magalhães Pinto para o período de 1965 a 1967 logo após o golpe, seguido por Souza Lima, prefeito entre os anos de 1967 e 1971. Este último, de

acordo com a autora, chegou a ser “ridicularizado pela fúria com que árvores eram derrubadas durante seu mandato: charges de jornais o mostravam com um machado nas mãos, com expressões de avidez” (DUARTE, 2014, p.171) e que sugeriam de forma enfática sua obsessão pela diminuição das áreas verdes na cidade. Pieruccetti foi novamente prefeito durante o período de 1971 a 1975, desta vez designado pelo governador Rondon Pacheco. Seu ambicioso projeto denominado “Nova BH-66” prometia solucionar muitos dos graves problemas existentes na capital, dentre eles a regularização do abastecimento de água potável, o transporte público e a poluição das águas, esses últimos “solucionados” através da canalização dos córregos e pavimentação das vias. Mas este projeto se apoiava basicamente no “rodoviarismo”, pois aquecia as indústrias automobilísticas e de asfalto, tornando os carros particulares os grandes protagonistas das ruas da capital (DUARTE, 2014), o que além de privilegiar o transporte particular em detrimento do público, transformou a cidade num grande canteiro de obras.

“Desde fins dos anos 1960, lotearam-se bairros de elite, com casas elegantes, jardins e garagens, ruas com passeios adequados para arborização e regras estabelecidas de ocupação urbana: Cidade Jardim, São Bento, Mangabeiras, Belvedere. O nome o bairro Cidade Jardim indicava a exclusividade do que antes costumava ser o epíteto de toda cidade. Mas o bairro elegante tinha episódios nada elegantes na história de sua formação: para abrir a avenida de acesso, em 1970, uma equipe do departamento de Ordem Política e Social (Dops) – com homens armados, além de cães – “supervisionou” a derrubada de 182 barracos. A publicidade do Belvedere, situado no local mais elevado da cidade, aos pés da Serra do Curral, convidava seus proprietários a olharem a cidade de cima, longe da poluição, gozando de ar puro e do clima ameno de montanha. Novas avenidas asfaltadas abertas pela prefeitura garantiram acesso aos novos bairros. O comércio elegante da cidade se deslocou para a Savassi, também na zona sul, e logo depois – com a ascensão da violência urbana e a busca de acesso selecionado – para o primeiro shopping da cidade, inaugurado em 1979, no bairro Belvedere.” [sobre a derrubada da favela no que seria a Av. Prudente de Moraes, na Cidade Jardim: FAVELA acaba sob vigilância. Estado de Minas, 13 de mar. 1970. pg.13] DUARTE, 2014, p.174)

Nos fins dos anos 1950 foi quando surgiram os primeiros condomínios nos arredores da cidade, como o Retiro das Pedras, Morro do Chapéu e o Estância Serrana. Este último foi administrado pela Mannesmann, que ali abrigou as famílias dos funcionários alemães de alto escalão que vieram trabalhar em Belo Horizonte. O Retiro das Pedras e o Morro do Chapéu foram implantados em

áreas de paisagens privilegiadas. Duarte menciona que o sucesso do Retiro e do Morro do Chapéu se deveu “em parte, à atribuição de um “ambiente europeu” e sofisticado aos clubes, localizados em áreas montanhosas e de clima ameno” (DUARTE, 2014, p.178).

Segundo Duarte o que se percebe nos anos 1970 é o investimento em loteamentos no eixo sul com o intuito de oferecer aos habitantes mais privilegiados uma ideia de espaço e infraestrutura também privilegiados para que eles estabelecessem suas moradias. O mais curioso é que, além dos argumentos que exaltavam o ar puro da montanha, a água potável e o silêncio quebrado apenas pela natureza abundante no entorno, a indústria imobiliária focou em criar imagens de desejo através da toponímia nos novos condomínios que foram surgindo: Ville de Montagne, Vila Del Rey, Vila Campestre, dentre outros. A ideia de vila em detrimento da metrópole era tida por essa indústria como um atrativo, capaz de seduzir aqueles que buscavam uma vida mais bucólica e segura, uma vez que o centro da cidade perdia em qualidade do ar. Na chocante propaganda de teor gritantemente segregador do condomínio Ouro Velho, lançado em 1969 e direcionado "para quem sabe gozar a vida numa paisagem europeia dentro da cidade" (DUARTE, 2014, p.181), os dizeres são:

"Não oferecemos este negócio ao grande público. Trata-se de um oferecimento especial a você, que pretende construir para a sua família uma residência (ou casa de veraneio) num bairro excepcionalmente aristocrático. Onde você pode ter uma bela piscina. Onde você pode fazer um belo pomar. Onde você se sentirá um europeu. Tudo isto e mais o conforto de estar a 12 minutos do centro de uma grande metrópole". (DUARTE, 2014, p.181)

Tais dados nos auxiliam a imaginar o contexto onde o bairro Luxemburgo foi criado. Surgido na década de 1970 após a criação da Avenida Prudente de Moraes, a região na época já era conhecida como Coração de Jesus e possuía parte de sua área quase intacta pelo fato de ali ainda resistirem as últimas colônias agrícolas. Sua proximidade com o centro da capital certamente era um atrativo para aqueles que queriam se distanciar dos problemas da área central, mas ainda desejavam se manter próximos à zona urbana. A mata atlântica e o cerrado compunham sua paisagem juntamente com um relevo acidentado, mas de curvas menos acentuadas que as do bairro Santo Antônio, uma topografia mais propícia para a implantação de lotes maiores destinados a casas de luxo.

Embora a historiografia oficial mencione o nome do bairro como consequência da influência de Albert Scharlé na região, após a análise do contexto da indústria imobiliária nas décadas de 1960 e 1970, tende-se a concluir que o batismo da região como Luxemburgo tenha sido parte da articulação dessa mesma indústria. Essa suposição é fortalecida também pelos periódicos da cidade que, ao longo dos anos, não se cansaram de exaltar características da região, como os “ares frios” que remetem ao país europeu, ou a ligação do bairro com um luxemburguês.

CAPÍTULO 3.
DESCONEXÕES NA CIDADE

3.1. A construção de outras histórias

[...] Didi-Huberman (2011) descreve as palavras de resistência como 'palavras vaga-lume', ou seja, histórias astutas, irônicas, e sedutoras em sua criatividade e lampejos. Aqueles que não fazem parte da partilha do comum que institui uma comunidade, são como os vaga-lumes descritos por Didi-Huberman, que aparecem no espaço seja ele intersticial, intermitente, nômade, situado no improvável, das aberturas, dos possíveis, dos apesar de tudo. Para ele, para perceber como se estruturam as partilhas dissensuais do sensível, seriapreciso apreender e analisar as linguagens do povo, gestos, rostos, tudo isso que, por contraste, desenha zonas ou redes de sobrevivência no lugar mesmo onde se declaram sua extraterritorialidade, sua marginalização, sua resistência, sua vocação para a revolta."(MARQUES, 2011, p.37)

A reflexão de Walter Benjamin acerca da história, desenvolvida sobretudo nos escritos de 1936 a 1940, é construída considerando o termo tanto no sentido de conjunto dos eventos passados quanto no sentido de sua própria escrita. *Sobre o conceito de história* foi seu último texto escrito, e nele culminam todas as influências recebidas durante sua vida, que se sustentam principalmente nas influências do romantismo alemão, do messianismo judaico e do marxismo, o que torna esse trabalho uma "síntese de todo o seu pensamento e o testemunho ansioso de um exilado no limiar da Segunda Guerra" (GAGNEBIN, 1982, p.16). O texto é essencialmente uma busca em direção a um conceito de história, capaz de se distanciar tanto da "historiografia tradicional da classe dominante, como da historiografia materialista triunfalista" (GAGNEBIN, 1982, p.17), criando, a partir das três influências (romantismo alemão, messianismo judaico e marxismo), "uma nova concepção, profundamente original" (LOWI, 2005, p.17) para a criação de uma filosofia da história. A história seria um objeto de construção, descontínua e ante linear, onde não há uma origem enquanto fundamento a partir do qual se desenrolaria um processo, mas apropriações estratégicas de descontinuidades. Segundo Muricy (1998) "não há uma recuperação de identidades, mas construções de sentidos que se entrecruzam com as urgências do presente" (MURICY, 1998, p. 215).

A crítica de Benjamin se dirige, em especial, para a teoria social democrata, que liga o progresso da humanidade somente ao progresso técnico, como se a técnica por si só fosse capaz de provocar "um avanço no caminho da libertação, como se o desenvolvimento das forças produtivas conduzisse

necessariamente a um aperfeiçoamento das condições de vida dos produtores" (GAGNEBIN, 1982, p.18), como ele descreve em sua Tese XI. Sem se deter nas relações de produção e na organização social, essa teoria social democrata torna absoluto o "trabalho como valor revolucionário e constrói uma oposição tão otimista quanto falsa entre a exploração técnica da natureza e a libertação do proletariado" (GAGNEBIN, 1982, p.18). Para Benjamin, a pesquisa histórica é submissa às leis da acumulação capitalista, onde a história seria um objeto, uma propriedade cultural e fonte de riqueza espiritual do indivíduo.

Segundo Oliveira (s.d.), o discurso de Benjamin sobre a história irá se articular em duas direções, cada uma identificada em um plano diferente do discurso: o primeiro seria o plano epistemológico e o segundo o plano político. Para o plano epistemológico, Benjamin desenvolve um discurso sobre o conceito de história representado no conflito entre o que ele chama de *continuum*, que seria a história dos opressores, e o *descontinuum*, que seria algo equivalente à tradição dos oprimidos, existente dentro do processo histórico. Benjamin irá criticar a estrutura epistemológica que embasa tanto a historiografia progressista, que considera a ideia de um progresso inevitável, quanto a *historiografia burguesa* ou *historicismo*, que se disporia a estudar o passado a partir "de uma identificação afetiva do historiador com seu objeto" (OLIVEIRA, s.d., p.174). Em ambos os casos o autor irá se apoiar numa definição de tempo como algo homogêneo, vazio, cronológico e linearmente desenvolvido.

O historicismo para Benjamin aparenta ser uma pesquisa objetiva, mas que no fundo cria uma máscara na luta de classes e conta somente a história dos vencedores. Segundo Gagnebin acerca da reflexão benjaminiana, através dessa crítica o autor busca reivindicar a "singularidade de cada momento da história humana, independentemente do seu lugar em um processo global" (GAGNEBIN, 1982, p.61). O historicismo almejaria a escrita de uma história universal, como se fosse possível que o tempo histórico se assemelhasse a uma linha vazia, que aguarda pacientemente que os acontecimentos históricos a preencham. Partindo desse pressuposto seria possível então que houvesse uma verdade do passado, conhecida a partir do momento que todos os pontos dessa linha fossem descobertos pela perseverança e habilidade dos historiadores. Assim, o historiador se apropria das experiências vividas pelas gerações anteriores, criando um círculo vicioso onde a compreensão do outro é confundida

com encontro renovado do mesmo pelo mesmo, trazendo à tona não o que poderia ser uma história possível, mas "o relato incontestável e edificante das múltiplas manifestações da vida humana" (GAGNEBIN, 1982, p.65).

Esse *historiador burguês* não seria capaz de questionar sua própria posição, ou a forma pela qual a história nos foi exposta e transmitida, muito menos a forma pela qual ela se realizou (GAGNEBIN, 1982), pois de forma conformista a historiografia contaria sobre uma história universal sem de fato questioná-la. Não há desvio crítico do intérprete, que se deixa cegar pelas tradições, pelos pressupostos metodológicos ou pela própria constituição do objeto. A historiografia acrítica descreveria então o espetáculo da história universal, sendo incapaz de discernir as tentativas de uma outra história emergir. O porquê de uma história se sobressair em detrimento de outra não é, segundo Gagnebin, objeto de pesquisa, já que as vitórias são celebradas sem que de fato haja um questionamento acerca das condições preestabelecidas que favoreceram uma ou outra numa luta desigual. Para Benjamin o autor historicista irá sempre se identificar com o vencedor, uma vez que é sobre ele que reside o maior número de documentos e fontes (GAGNEBIN, 1982).

Surge então em Benjamin a anti-história, ou história a *contrapelo*, que se impõe sobre a história triunfante, cuja tarefa de ler e redigir seriam função do historiador materialista. Este historiador materialista seria, de acordo com Oliveira "capaz de identificar no passado os germes de uma outra história, fundada em um diferente conceito de tempo - o *Jetztzeit*" (OLIVEIRA, s.d., p.174), algo equivalente ao *tempo de agora*, descontínuo, capaz de possibilitar a construção de algo novo, e não apenas o acréscimo de fatos. No intuito de romper a hegemonia dos herdeiros daqueles que um dia foram os vencedores, é necessário que esse historiador se distancie do processo de transmissão da história, pois segundo Gagnebin "não existe um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie"(GAGNEBIN, 1982, p.66), barbárie esta que acomete tanto o documento quanto sua transmissão. Seria necessário que esses historiadores materialistas adquirissem uma memória que não é a mesma dos livros oficiais. O intuito desse processo seria fazer com que as esperanças não realizadas desse passado emergissem, inscrevendo "em nosso presente seu apelo por um futuro diferente" (GAGNEBIN, 1982, p.67), o

que só seria possível através de uma "experiência histórica capaz de estabelecer uma ligação entre um passado submerso e o presente"(GAGNEBIN, 1982, p.67).

O esforço do historiador materialista é no sentido de não deixar essa memória escapar, mas de zelar pela sua conservação, de contribuir na re-apropriação desse fragmento de história esquecido pela historiografia dominante. Nada garante, no entanto, o sucesso da empresa; é possível que o presente seja incapaz de reencontrar a parcela do passado e que ela permaneça imersa no esquecimento. O passado pode ser salvo, mas pode também ser novamente perdido. A exigência do passado é, entretanto, duplamente atual: porque alude a nosso presente e porque quer tornar-se ato, abandonar o domínio do possível. (GAGNEBIN, p.72)

No olhar de Benjamin, um historiador ao fazer história não tem consciência da própria história que constrói. Segundo Oliveira (s.d.), Benjamin ao recusar a escrita da história baseada nos documentos oficiais incentiva uma investigação arqueológica, de diferentes suportes significativos, buscando o sentido adormecido nos pequenos registros materiais sem valor aparente.

“Ele reúne o seu arquivo das insignificâncias, do que é desprezado na ordenação da história progressiva – exercita o método do historiador materialista. (...) A história é a tarefa nunca concluída, que toda geração precisa assumir, de libertar o futuro no passado, isto é, de retomar as possibilidades malogradas do passado, daquilo que poderia ter ganho vida, mas que foi soterrado nas ruínas do *continuum* da história. O compromisso de libertar o futuro, contido como apelo e promessa no passado, é a possibilidade de modificação do presente, subtraído do jugo da continuidade histórica.” (MURICY, 1998, p.16)

O plano político de Benjamin seria, de acordo com OLIVEIRA (s.d.), um plano onde a teoria benjaminiana seria algo tal como uma *experiência de história*, que busca compreender de que forma o passado poderia se tornar um momento crítico da experiência do presente. A relação da classe oprimida, do *sujeito histórico* com o passado, no momento de sua ação política, poderia se configurar como um rompimento com a continuidade histórica.

A nova forma de apropriação do passado e a busca por uma nova forma de compreender a temporalidade histórica, estabelece "entre a historiografia e a política a mesma conexão que existe no campo teológico entre memória e redenção" (OLIVEIRA, s.d., p.175). Para Benjamin o passado não está definitivamente encerrado, já que a estrutura do acontecimento histórico permanece aberta tanto para o futuro, quanto para o presente quando este a

reconhece. A história seria então uma ciência e uma rememoração, onde o que é verificado pela ciência poderia ser prontamente retificado pela rememoração, onde o historiador materialista seria capaz de intervir e inverter a ordem e a relação do passado com o presente, anteriormente considerada, de acordo com Oliveira (s.d.), como uma "sucessão temporal linearmente determinada e irreversível" (OLIVEIRA, s.d., p.175). O passado não é mais algo concluído e o presente não é mais considerado como o lugar onde a história deverá ser construída. Arrancando o passado da tradição onde ele foi aprisionado pelas forças ideológicas da classe dominante, o historiador materialista seria capaz de salvá-lo, buscando no presente a satisfação de tudo o que não foi capaz de se completar no passado.

A lembrança cintila num instante de perigo, que ameaça tanto o conteúdo repassado pela historiografia dominante, quanto aqueles que a recebem, já que esse instante ameaça transformar todos em instrumentos da classe dominante. Esse historiador deve então zelar pela manutenção desta memória, de forma a não deixá-la escapar quando ela surge nesse instante de perigo. A ele cabe a sensibilidade e posicionamento crítico para perceber que, em meio a um terreno já solidificado, surge uma centelha capaz de bagunçar essa ordem e reescrever o que já havia sido considerado como acabado, contribuindo assim para que os pequenos fragmentos que surgem nesses instantes sejam reapropriados.

É fundamental introduzir esses conceitos iniciais para, de fato, compreender o conceito de imagem dialética concebido por Benjamin. Ele a define como:

“Não é que o passado lança luz sobre o presente ou que o presente lança luz sobre o passado; mas a imagem é aqui em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal, a do ocorrido com o agora é dialética – não de natureza temporal, mas imagética. Somente as imagens dialéticas são autenticamente históricas, isto é, imagens não arcaicas; A imagem lida, quer dizer, a imagem no agora da cognoscibilidade, carrega no mais alto grau a marca do momento crítico, perigoso, subjacente a toda leitura.” (Benjamin, Passagens, 2006:505 [N 3, 1])

Luciano Bernardino da Costa (2009) diz que, mais do que um conceito instrumental, a imagem dialética é “um campo reflexivo no qual a imagem possui uma amplitude cognitiva, histórica e de pensamento, sendo tratada como um

espaço de imagens”. Algo como um instante onde uma cena instigante surge no presente, e que se correlaciona com fatos do passado, transformando este passado num tempo de agora.

Com o intuito de desconstruir a linearidade da história do bairro Luxemburgo e possibilitar apropriações estratégicas de descontinuidades, onde de acordo com Muricy (1998) “não há uma recuperação de identidades, mas construções de sentidos que se entrecruzam com as urgências do presente” (MURICY, 1998, p. 215), a história do bairro Luxemburgo através da fala de Ivo provoca uma quebra do tempo homogêneo e o surgimento da diferença, de cenas de dissenso. Se do ponto de vista histórico positivista a história é concebida como tela numa tentativa de fixar o tempo, do ponto de vista da memória, a história acontece de outra forma porque o tempo é experimentado de dentro, por quem fala.

Quando decidi escrever este trabalho, desejei levantar a memória coletiva colocando-a em choque com a memória descrita por Ivo. Em alguns momentos cheguei a informar Ivo que a origem do nome do bairro é calcada na ocupação da área por um luxemburguês. Mas é importante ressaltar que minha busca por dados da história oficial do bairro Luxemburgo nas instituições responsáveis pela salvaguarda da história da cidade cessou depois de determinado ponto. Aprofundar o levantamento histórico nessas instâncias era algo tal como um eterno retorno ao mesmo, um aprofundar na tradição das forças hegemônicas, sendo que a história deve permanecer como uma superfície de luta, e não como um “jardim da ciência para passeios dos ociosos” (MURICY, 1998, p. 214). É mais interessante desvelar fatos não contados sobre a região do bairro Luxemburgo, fazendo explodir a continuidade homogênea de um tempo histórico já exaustivamente divulgado por tantos meios, do que permanecer nessa história universal. Para que isso ocorra é fundamental acrescentar novas informações à memória coletiva, partindo não da perspectiva dos vencidos, mas da perspectiva daqueles que resistiram a despeito de todas as adversidades.

Podemos entender Ivo e sua família como os sujeitos dessa resistência. Eles não são a classe oprimida porque ainda estão lá, resistiram, como Ivo mesmo menciona:

“O tempo é tudo na vida da gente. E você tem que saber caminhar no tempo. Você não pode ficar agarrado porquê...” ah eu já tive isso, já tive

aquilo", mas graças a deus eu pude aproveitar o máximo que foi possível. Fico feliz por isso, porque o que eu tive, as dificuldades todas que eu tive, eu precisava delas. Conseguimos vencer né? Mudou, a gente mudou também dentro dessa mudança, não é assim?"³

A continuidade histórica sobre a origem do bairro é quebrada por Ivo, detentor da palavra, que no momento de sua fala rompe com a história linear e ressignifica as imagens dessa história. Sua fala foi capaz de inserir outros elementos constituintes da história do bairro, criando novas relações, de forma que esses elementos se tornaram capazes de contar também uma outra história, onde a trajetória da família de Ivo se encontra sedimentada.

Na lógica da continuidade linear da história do bairro Luxemburgo, criado supostamente depois da ocupação de parte de sua área por um engenheiro europeu, surgiram novas cenas, criadas a partir da rememoração e fala de Ivo. Essas cenas romperam a linearidade da historiografia dominante e construíram, através de uma estrutura similar à de uma constelação, novas histórias carregadas de novos significados.

As informações oficiais cristalizadas pelo olhar da atualidade acerca da origem do bairro são imprecisas e conflituosas, pois a todo tempo durante a consulta aos documentos oficiais e periódicos, versões sobre os mesmos fatos se chocam, datas não batem e inúmeras lacunas em branco são constatadas: não se sabe a data oficial de criação do bairro, quem de fato o nomeou, ou quais foram de fato as intenções por trás de sua criação, considerando que a região fazia parte do bairro Coração de Jesus.

Se nos determos nas informações que a historiografia oficial fornece, teremos uma imagem de bairro que, embora não negue que a região foi ocupada por fazendas agrícolas, deixa em aberto questões decisivas que influenciam a forma com que a história do bairro foi difundida. É necessário retomar os fragmentos do passado do bairro criando uma montagem que deseja tornar visível, ou como Muricy (1998) menciona, desvelar informações para que o conhecimento sobre a história do bairro seja capaz de tornar seu passado inteligível e ao mesmo tempo, elucidar seu presente.

³ Entrevista realizada em pesquisa de campo na casa de Ivo Dias, entre os anos de 2016 e 2017.

Há uma potência na placa da antiga Rua Três, atual Rua Silvéria Cândida Pinto, que de forma latente aguarda por aqueles que irão se debruçar sobre seu significante para desvendá-lo. O nome da rua carrega uma carga quase explosiva, capaz de libertar a história, levantando o que há nela de não sabido, trazendo em sua estrutura a memória de um acontecimento nunca antes escrito nas linhas acabadas da história. A placa é apenas a porta de entrada para todo um universo deixado de lado pela historiografia dominante, e que tende a permanecer no escuro a menos que seja lançada uma luz e sejam ouvidos àqueles capazes de rememorar e modificar o que a “ciência constatou” (CANTINHO, 2016, p.10). Há que se considerar que a história sobre o bairro não está acabada, e são justamente as vozes nesses depoimentos que irão realçar o teor inacabado dessa história.

Se a fala de Ivo criou uma cena instigante que se correlaciona com o passado, há que se ressaltar a importância de seu movimento de subjetivação política, que o torna responsável direto pela criação dessa elucidação. Segundo Muricy (1998), a memória evocada por Benjamin não seria aquela intransferível, inteligível apenas para quem a rememora, mas uma memória que pode ser partilhada numa experiência coletiva. A memória não deseja suprimir a passagem do tempo, mas buscar no passado o sentido de um futuro, um futuro cujo ritmo contínuo da história o tornou mudo: “o futuro, aqui, não é a projeção grandiosa do tempo na linha evolutiva da história, mas o seu desvio em direção ao passado, para que um ato de justiça possa libertá-lo.” (MURICY, 1998, p.16).

A política segundo Jacques Rancière é terreno do desentendimento, onde a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto. Ela está profundamente ligada à consistência de uma aparência, à sua capacidade de reconfigurar um dado da realidade, reconfigurando também a própria relação entre aparência e realidade:

"A política é a atividade que reconfigura os marcos sensíveis no seio dos quais se definem objetos comuns. Ela rompe a evidência sensível da ordem natural que destina aos indivíduos e grupos o comando da obediência, a vida pública e privada, assinalando lhes desde o início tal ou qual tipo de espaço ou de tempo, tal maneira de ser, ver e dizer." (RANCIÈRE, 2010a, p.61)

A política seria a configuração de uma cena onde a "parcela dos sem parcela" reivindicariam um direito de fala e de posição (GUIMARÃES, 2011, p.81). Nessa reivindicação o que Rancière chama de "partilha do sensível" seria reconfigurado e, assim, o comum de uma comunidade também seria redefinido, já que novos sujeitos e objetos seriam introduzidos e tornariam visíveis o que não era visto, fazendo ouvir o que antes não era ouvido (RANCIÈRE, 2004, p. 38). Rancière (2009) define a partilha do sensível como:

(...) o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha" (RANCIÈRE, 2009,p.15).

Ela é, antes mesmo de um simples exercício de poder ou uma luta pelo mesmo, "o recorte de um espaço específico de ocupações comuns, o conflito para determinar os objetos que fazem ou não parte dessas ocupações" (RANCIÈRE, 2009, p.15), que participam ou não delas. Considerando que a estética já está presente na base da política, já que estar no tempo e no espaço é uma experiência sensível, Ivo torna capaz a configuração da história e origem do nome e do bairro Luxemburgo a partir da tomada de palavra, pois o processo de criação de dissenso compõe uma estética que faz com que regimes distintos de expressão se comuniquem (RANCIÈRE, 1995). O compartilhar de sua experiência no espaço do bairro, ato que configura a partilha de uma-micro história que se choca com a história oficial, é capaz de re-dividir e re-definir a partilha do sensível. As diferenças acerca da origem do bairro, os dissensos surgidos a partir das diferentes experiências históricas ocorridas naquele lugar, são termos capazes de regular a proximidade e a distância entre os membros da comunidade.

O espaço que surge quando a história de Ivo se faz conhecer através de sua fala e suas imagens é a inauguração de uma cena polêmica que embaralha, segundo Rancière, "a repartição estabelecida entre os lugares, as funções e as competências", provocando o dissenso e perturbando as "relações de regimes heterogêneos do sensível" (RANCIÈRE, s.d., p.8), ou seja, desconstruindo a

história oficial. Rancière chama essa criação de cenas polêmicas de "subjetivação política", um movimento que ocorre quando Ivo sai do lugar dos "sem fala", dos que detém a voz mas não a palavra, e passa a ocupar o lugar dos que detém a palavra, o logos, manifestando o "útil e o nocivo e, conseqüentemente, o justo e o injusto" (RANCIÉRE, 1996, p. 17), criando uma emergência dele próprio através da linguagem. A criação de uma cena onde se dá o processo de subjetivação política pode ocorrer também à partir dos registros fotográficos que Ivo fez, já que as fotografias se configuram como substratos capazes de criar uma desidentificação, estranhamento, uma ruptura na unidade histórica do bairro, onde a aparência do que é dado a ver pela fotografia faz emergir o lugar da política (MARQUES, 2014). Uma subjetivação política que dá a ver um posicionamento crítico diante da historiografia dominante, e uma conseqüente redenção daqueles que não estão mais entre nós, que brigaram pela preservação do espaço onde o bairro hoje se insere.

As histórias sobre as ex-colônias agrícolas da cidade são como peças de um quebra-cabeça, algumas se perderam, outras se encontram espalhadas nos inúmeros arquivos públicos ou estão na memória de antigos moradores da cidade. É importante que as lacunas historiográficas sejam preenchidas dentro do possível, e que sejam levantadas outras identidades, instaurando "um lugar comum para o questionamento de uma suposta igualdade" (MARQUES, 2011, p.35), que permita aproximações e separações, oposições e justaposições, dentro de uma comunidade política de partilha.

O fato de estarmos juntos num lugar não é garantia de vermos a mesma coisa. Os olhares múltiplos e as palavras advindas das percepções pessoais acerca do que esses olhares veem é o que dará consistência ao habitar junto, algo de natureza simbólica e invisível, exteriorizado pelo diálogo entre as partes que compartilham a ação de viver e ver juntos.

3.2. Fotografia e política

“Há muitas imagens no mundo. Imagens que descrevem, comentam, interpretam ou até negam o que há no mundo. Imagens que, de maneiras diversas, inventam e constroem espaços públicos e íntimos. Imagens que, não faz dois séculos, eram quase todas desenhadas ou pintadas, e que, com frequência, levavam dias ou meses para ficarem prontas. (...) desde que se tornaram instrumentos de fixar o que existe

ou já houve em algum lugar, e o que se é ou já se foi em outro tempo, as imagens fotográficas dão contorno à vida que se convencionou chamar de moderna e marcam os traços de sua mudança incessante. São elas que servem, ademais, de testemunhas da transformação gradual de todos rumo a um fim certo e idêntico. Algumas fotografias têm cor, outras traduzem tudo em preto e branco. Algumas capturam o mundo à distância, outras quase roçam aquilo que escrutinam. Algumas são solenes ou nostálgicas, outras trazem rastros de festa e confiança. Em seu conjunto, constituem a memória partilhada de uma comunidade; isoladamente, contam ou produzem históricas únicas.”
Rosangela Rennó, *Menos-valia [Leilão]*

Segundo Ecléa Bosi os objetos biográficos, tais como um álbum de fotografias, são objetos que representam uma experiência afetiva ou vivida e envelhecem com seus donos, se incorporam à sua vida e seu cotidiano (BOSI, 2004). A casa é também um objeto biográfico, onde todo seu interior, repleto de conteúdo, é capaz de contar histórias, delineando relações entre o espaço e seu morador.

Fontcuberta (2010) defende que fotografamos para lembrar o que estamos fotografando, para que assim possamos proteger nossas experiências da frágil fiabilidade da memória. Para o autor, rememorar significa escolher determinados capítulos de nossa experiência e nos desfazer do resto. Não haveria tortura maior do que ser capaz de lembrar de todos os fatos exaustivos e indiscriminados das nossas vidas. Mas seria de fato a discriminação, a escolha das lembranças e, finalmente, o esquecimento, o que nos permitiria atingir a felicidade. No ato de registrar o que se deseja lembrar, há uma concordância do que se deseja esquecer. Fotografamos para esquecer e estamos condenados a isso. A função da fotografia seria reforçar a felicidade dos bons momentos, para afirmar aquilo que nos agrada, para cobrir ausências, para deter o tempo e, pelo menos ilusoriamente, adiar a inevitabilidade da morte.

Ao olhar para as fotografias que Ivo Dias registrou das terras do antigo lote colonial dezenove é possível ter acesso a um espaço experimentado por ele há mais de trinta anos e que hoje permanece guardado e conservado nas imagens. Ele registrou parte significativa das mudanças sofridas pela área correspondente ao antigo lote de sua avó através de fotografias feitas durante o período de criação e urbanização do bairro. Não havia a pretensão de que as imagens circulassem fora de seu universo familiar, essas imagens são o que podemos chamar de fotografias vernaculares, imagens do cotidiano, de caráter amador, íntimas, capazes de preservar os afetos. Através delas é possível fazer

uma leitura de como aquele espaço foi habitado, há algo indicialmente impresso capaz de traduzir as apropriações e vivências da vida de sua família.

Em muitos momentos de nossas conversas sobre as imagens, Ivo não se debruçava sobre as fotografias, mesmo quando eu perguntava o que eram, o que aparecia ali, de onde ele fez o registro, o que ele pretendia mostrar. Ivo apenas dizia que aquilo que aparece através da superfície fotográfica era o registro do que sua avó e sua mãe conseguiram preservar, e que hoje ainda que numa parcela mínima, vive em seu quintal: é como se de toda a vastidão daquelas terras, só houvesse sobrado o que está em seu jardim. As fotografias de Ivo, através de suas próprias palavras, me levam para sua casa, para o que ele conseguiu manter vivo:

“A gente marcou isso, gozado que não esperava chegar no ponto que está hoje, mas a gente marcou essa oportunidade. Ver hoje o que é hoje e ver uma coisa dessa aqui [aponta para a foto], a mudança. Então quem é que ia esperar que chegasse nesse ponto? É maravilhoso de poder ter gravado isso. Hoje o celular grava tudo né? A pessoa tá com o celular e grava até ela mesmo, não é assim? É um pedacinho [aponta para a foto] de tudo que aconteceu aqui, tudo! Quer dizer, quando eu vejo aqui [olha para o quintal], depois eu vejo aqui [olha para as fotos]. É a mesma coisa.”⁴

Seu simbólico acervo é composto por dezesseis fotografias em cores, registradas em mais de um rolo de filme, pelo qual Ivo sempre se refere como um registro do que um dia aquele espaço foi. O ano de registro das imagens Ivo não sabe precisar, mas estima-se que elas tenham sido feitas antes da década de 1970, pois é o período correspondente à urbanização da região e criação do bairro. As fotos retratam quase sempre temas íntimos de Ivo, algumas fotografias evidenciam sutilezas, como as orquídeas existentes no antigo terreno e que ainda povoam a casa atual de Ivo, mas o foco principal de suas fotografias se divide entre a família, os filhos, a esposa, as brincadeiras de criança presentes num cotidiano extinto, e as áreas arborizadas do vasto subúrbio da capital, o antigo lote colonial dezenove com sua topografia acidentada, as árvores do cerrado e da mata atlântica, a vista que alcançava longe. Pode-se dizer que as imagens indicam um conflito de afetos, já que a família de Ivo muitas vezes aparece espremida, compartilhando o enquadramento com a vastidão da área,

⁴ Entrevista realizada em pesquisa de campo na casa de Ivo Dias, entre os anos de 2016 e 2017.

algo que sugere uma vontade de que no espaço da foto caiba tudo o que de fato é mais caro a ele. A casa antiga de Silvéria, feita em estrutura de madeira e telhas de barro, era o local onde seus familiares se debruçavam nos afazeres de um cotidiano irreconhecível aos olhos de quem observa a área hoje e é, juntamente com a casa de Maria Cândida, dois personagens protagonistas das fotografias, pois surgem em diferentes imagens se consolidando como referenciais espaciais significativos para Ivo.

Mirian Moreira Leite, historiadora, socióloga e pesquisadora da USP com vasta experiência em pesquisas fotográficas sobre álbuns de famílias, diz que as fotografias vernaculares exigem um deciframento que vai além da simples descrição das fotos. É sempre importante, quando possível, ouvir o que o autor tem a dizer: qual foi a intenção do registro, o que se procurou mostrar. A autora também fala sobre o potencial das imagens em proporcionar dimensão espacial a espaços que desapareceram e de como também é fundamental, sempre que possível, construir a dimensão temporal com as fotografias através da análise de um conjunto de imagens, que irão juntas construir esse tempo, revelando outros conteúdos que não aparecerem em análises de fotografia individuais. As análises dessas imagens levam em consideração a data dos registros, o tipo de equipamento utilizado, as características sociais, as vestimentas, o contexto da fotografia, se são fotos de estúdio ou externas, fatores que influenciam diretamente na apreensão do conteúdo da imagem.

Quando Ivo realizou os registros nos primórdios do bairro, utilizou uma máquina fotográfica portátil com filmes de rolo para registrar a área do antigo lote colonial, um tipo de equipamento de baixo custo e considerado o grande responsável pela democratização da fotografia no século XX. Tomando os referenciais de Leite para analisar o conjunto de fotos de Ivo, percebemos que as imagens como um todo conformam um *corpus* cuja construção temporal indica um curto período de tempo entre os registros de cor sépia, que evocam um passado relativamente recente, da década de 1970. Por se tratar de um equipamento de registro de imagens leve e de fácil manuseio, percebe-se uma produção dinâmica de imagens, que gerou composições bastante informais e espontâneas. Na foto da esposa e filhos, ou das crianças junto à casa, percebe-se a clássica disposição dos filhos em “escadinha”, característica bastante comum às fotografias vernaculares de álbuns de família, além do cuidado em

dispor pessoas e entorno de forma equilibrada na composição, situando os fotografados nas terras da antiga colônia que ainda estavam em seu aspecto "natural".

Em outras imagens é possível observar grande preocupação em registrar as ruas que haviam acabado de serem abertas, revelando um grande contraste entre as áreas pavimentadas e os terrenos ainda naturais, o surgimento de estrias num tecido antes homogêneo, coberto pelo cerrado, e que naquele momento começava a se fragmentar distribuindo-se entre os quarteirões. As ruas recém-abertas geram uma desestabilização nas imagens, pois exigem que seja reconfigurada a forma de compreender aquele espaço, que não é nem urbano nem rural. Elas rompem as concepções de uma leitura espacial, uma vez que é um espaço que está *entre* espaços, não há uma identidade para o que as terras da família de Ivo eram naquele momento, pois ali o público rompe o privado, o asfalto irrompe o cerrado.

Ivo nunca pretendeu que os conteúdos das imagens fossem apreendidos de uma forma específica, nunca houve uma pretensão ordenadora sobre as formas de se captar possíveis mensagens através das imagens, mas um livre jogo entre conteúdo e observador, no qual as fotografias nada solicitam de quem as observa, os registros não guardam segredo algum, que nada revelam, pois nada escondem. As visibilidades das fotografias de Ivo evidenciam índices de um modo de vida simples, elas trazem impressas uma porção da experiência do sujeito com aquele espaço e com aquelas pessoas, suas imagens são substratos pelos quais o visível foi capturado (RACIERE, 2008b, p.77). As pessoas e os espaços nas imagens se deixam mostrar e contemplar sem arranjos que camuflem a vida que seguia ali passando. São imagens-testemunhos, substratos impregnados pelo que a visão sensível de Ivo dos modos de habitar aquele lugar, depositou nos negativos.

As fotografias de Ivo, quando aliadas às histórias contadas por ele, se tornam capazes de dar dimensão às características físicas e sociais de um lugar passado, colocando em choque a micro história e a história oficial. São fotografias que indiciam de maneira lacunar, não são algo da ordem que busca atestar as modificações físicas que a área sofreu, mas objetos que compõem uma elaboração de Ivo acerca das diferentes formas de apropriação daqueles espaços ao longo do tempo. São imensamente simbólicas na atualidade porque

são capazes de transformar o passado, dando a ele nova forma. Juntas, fala e imagem conformam um outro tempo: criam paisagens de um interior rural desconhecido, com caminhos de terra e muita vegetação, elementos que conformam um cenário para as histórias que Ivo conta sobre aquelas terras, como elas eram ocupadas, a forma com que as crianças se integravam à paisagem ainda natural e depois já com as ruas abertas. Em contato com a realidade atual tornam legíveis fatos pouco divulgados pela historiografia oficial, e evidenciam uma fratura onde se escondem detalhes fundamentais da ocupação da área relativa ao atual bairro Luxemburgo. A micro-história, que sobreviveu através dos relatos de Ivo a despeito de tudo, nos desvia dessa memória coletiva difundida pelas mídias, e as imagens que a acompanham, quando colocadas no presente, se tornam capazes de ressignificar o território do bairro e sua história.

Nesse contexto se torna ainda mais simbólica a eleição de tantas paisagens para se fixarem nos negativos: as casas antigas, as árvores, as flores, as ruas recém-abertas com os terrenos ainda sem limites que gritam a ausência do que já foram, do tempo que passou e que atraem o espectador das imagens para um jogo entre estranhamento e significação. O espaço que ele fotografou, o céu aberto, as montanhas ao longe ou a grande palmeira solitária na paisagem, tem importância em suas composições pois testemunham um modo de vida que desapareceu, são os elementos que Ivo elegeu como significativos e dignos de serem recordados porque falam primeiramente sobre ele próprio.

Marques diz que as imagens nunca são simples realidade, mas antes um jogo de manifestação e ocultamento, um conjunto de relações e operações entre o dizível e o visível (MARQUES, 2014, p. 69). Elas são promotoras de relações de alteridade: não são o objeto visível, mas a condição do visível, onde os gestos livres dos observadores são possíveis, gerando interpretações pessoais acerca do que se vê. É um desafio escrever sobre o que desapareceu, pois é necessário ao analista das imagens um pensar sobre o vácuo sem bordas, sobre o que é capaz de dilatar a vida numa busca incessante pelas relações que as imagens, como mediadoras, são capazes de inaugurar. Jacques Rancière pontua que a fotografia é um “jogo complexo de relações entre o visível e o invisível, o visível e a palavra, o dito e o não dito. Não é a simples reprodução daquilo que esteve diante do fotógrafo” (RANCIÈRE, 2012b, p.92). Mais do que buscar nas

fotografias a verdade sobre a história de um espaço, seu passado ou os vestígios do real, o interessante é que as imagens permaneçam em aberto, indeterminadas, possibilitando uma multiplicidade de significações atribuídas pelas leituras dissonantes de seus observadores (VOIGT, 2016), incluindo o próprio Ivo.

A fotografia é uma atividade capaz de nos definir, abrindo uma dupla via de acesso para o conhecimento e para a autoafirmação, preservando a estrutura de nossa mitologia pessoal. As imagens de Ivo são potências que gritam o que lhe é importante, as terras do lote colonial são o que o definem em sua porção mais íntima. Através do potencial contido nesses substratos nos damos conta do que é fundamental, a própria indeterminação das imagens nos convoca a reelaborar e criar novos significados, consolidando as imagens como forças, mais do que meros testemunhos. Essas fotografias geram uma busca pela cognoscibilidade da história da região, fazendo com que pessoas, coisas e objetos se tornem visíveis e configurem, dessa forma, uma partilha política do sensível. Esta partilha política traz à tona o que anteriormente não havia encontrado lugar para ser visto, ou seja, a ocupação da região por produtores rurais, suas identidades, a forma com que eles se apropriavam daquele espaço, possibilitando a escuta de discursos que antes só foram percebidos como ruídos (RANCIÈRE, 1995).

Trazer essas imagens à tona e compartilhá-las com os demais moradores da cidade, juntamente com os depoimentos de Ivo, é uma tentativa de criar novos espaços e tempos, constituindo outras figuras de comunidade, que deslocam as já existentes na ordem estabelecida do mundo (GUIMARÃES, 2011), pois juntas, fala e imagens são capazes de perturbar as evidências até então compartilhadas acerca do bairro Luxemburgo. É como validar novas visibilidades, reconfigurando os fatos até então tidos como oficiais, restaurando os elos entre os sujeitos e os mundos que habitam, instaurando o dissenso e provocando a ruptura de uma paisagem homogêneas de concordância geral (MARQUES, 2014), instaurada através da divulgação da memória coletiva acerca da origem do bairro. É necessário que as palavras participem dessa mediação juntamente com as fotografias, pois elas tornam possível promover a partilha de uma crença de Ivo. Apenas no campo da palavra a profundidade poderá ser alcançada. Mais do que a classificação social ou econômica dos fotografados, fatores de análise

apontadas por Mirian Moreira Leite, o que interessa de fato aqui é a forma de vida "na qual todos os modos, os atos e os processos do viver não são nunca simplesmente fatos, mas sempre e antes de tudo, possibilidades de vida ou potências" (GUIMARÃES, 2010, p.11).

A partilha política do sensível é fundamentada por uma distribuição polêmica das maneiras de ser e das ocupações possíveis de um espaço (MARQUES, 2014, p.71). As imagens, segundo Rancière, pertencem a um "dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem. A questão é saber o tipo de atenção que este ou aquele dispositivo provoca" (RANCIÈRE, 2012, p.96). Há uma ordem policial que contextualiza e controla as imagens e o que elas reapresentam, determinando os modos com que as pessoas, coisas e objetos se apresentam e qual a atenção que elas merecem. O regime de visibilidade que regula a produção e a forma com que esses elementos - pessoas, coisas e objetos - aparecem nas imagens influenciam em função do regime discursivo que os fundamenta. Quando os corpos nas fotografias de Ivo aparecem, rompendo a homogeneidade da paisagem registrada, eles se conformam como uma possibilidade de resistência, subversão ou reinvenção dos modelos de captura a que estão habitualmente submetidos, uma vez que a historiografia oficial divulga a presença de um europeu na área, fato contrário ao que é dado a ver pelas fotografias (MARQUES, 2014). Há uma aparência que se esconde por trás do simples aparecer, algo além da própria face. Fazer com que a aparência apareça, é ouvir àqueles que antes eram tidos apenas como ruídos, instaurando uma nova partilha do sensível. No movimento da exposição através das imagens, os indivíduos passam a ter rostos dotados de "capacidades enunciativas e demonstrativas de reconfigurar a relação entre o visível e o dizível, entre palavras e corpos" (MARQUES, 2014, p.75).

A fotografia tornou-se uma arte, fazendo falar duas vezes o rosto dos anônimos: como testemunhas mudas de uma condição inscrita diretamente em seus traços, suas roupas, seu modo de vida; e como detentores de um segredo que nunca iremos saber, um segredo roubado pela imagem mesma que nos traz esses rostos. (RANCIÈRE, 2012, p.23)

A imagem, segundo Marques (2014) tem potencial para “conferir rosto a um indivíduo, tornando-o sujeito a nossos olhos e, por isso, por permitir sua aparência, faz emergir o lugar da política”(MARQUES, 2014, p.75) uma vez que a imagem dá forma a identidade e a alteridade. Nesse aspecto, a fotografia é capaz de expor e trazer à tona um rosto, configurando uma cena onde a subjetivação ocorre. E sob esse aspecto, a visibilidade da família de Ivo, através de suas fotografias, se conforma como uma desestabilização do discurso até então vigente.

O rosto de Ivo, que surge a partir do vídeo de seu depoimento, também dá forma a sua própria linguagem. Por isso foi importante que Ivo aparecesse através do vídeo, provocando um emergir não apenas de seu discurso, mas de seu rosto combinado à sua fala.

“Assim, ao olhar para o rosto que se expõe na fotografia implica menos explorar suas formas de desaparecimento e mais buscar seus indícios de resistência, de subjetivação, de revelações que possam evidenciar como os fotografados encontram formas de criar hiatos, dissonâncias, e dissensos entre seu “aparecer” e o registro (visual e verbal) de sua exposição.” (MARQUES, 2014, p.78)

De acordo com Rancière a subjetivação pode ser entendida pela “produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis em um campo de experiência dado, cuja identificação está ligada à reconfiguração do campo da experiência” (RANCIÈRE, 1995, p.59). Ela envolve níveis de tensionamento com o outro, onde uma identidade fixada e imposta é negada, onde evidências dessa negação são oferecidas, e onde há a instauração de “um lugar comum para o questionamento de uma suposta igualdade democrática” (MARQUES, 2011, P.35).

De forma subjetiva, as fotografias de Ivo nos convidam a produzir outros arranjos de visibilidades pois carregam em sua estrutura diferentes regimes de expressão. Elas tornam visíveis aqueles que foram um dos primeiros ocupantes da área que originou o bairro Luxemburgo, colocando-os em choque com os modos de dizer que operam através da divulgação da memória oficial do bairro. A potência política da cena que proporciona um diálogo do agora com o passado é potencializada pelas fotografias associadas ao discurso de Ivo e o aparecer de seu rosto, que por sua vez, se conformam como um movimento de subjetivação

política que redefine a própria identidade de Ivo. A partir de sua fala ele próprio reconfigura a forma com que quer ser visto, redefinindo seu lugar na ordem das coisas e, conseqüentemente, a forma com que esse lugar está atrelado à sua essência, desconectando qualquer posição anteriormente imposta por qualquer ordem discursiva anterior e conectando para si um novo lugar dentro do meio social.

“[...] a subjetivação e a resistência falam não apenas da afirmação de uma identidade ou do ‘assumir uma posição de sujeito’, mas do constante tensionamento entre dois mundos distintos: um mundo que parece ser o mundo comum partilhado pela maioria [e expresso nas narrativas da grande mídia] e um mundo invisível, inaudível e imperceptível que se localiza dentro desse mundo comum, mas dificilmente consegue fazer seu aparecimento” (MARQUES, 2011, p.37)

As imagens de Ivo evidenciam o dissenso entre a ordem policial, que buscou instaurar nos anais da história do bairro referências e características europeias possivelmente em prol da especulação imobiliária, e a visibilidade das pessoas que de fato foram os primeiros ocupantes da região: pessoas e objetos que aparecem através das fotografias e que não se conectam com essas referências. Essas fotografias geram estranhamento porque exalam sobre a apropriação daquelas terras por quem viveu ali, se configurando como verdadeiras cenas polêmicas por destoarem do discurso da historiografia dominante, que argumenta sobre a similaridade física da área com o Grão-Ducado de Luxemburgo, ou de sua ocupação por Albert Scharlé. São substratos que fazem sobreviver os momentos inestimáveis da vida da família de Ivo, e questionam o que é consensual. Desconectam significados e visibilidades, além de promover rupturas e transformações nas formas comuns de aparência e circulação de palavras, corpos e imagens (MARQUES, 2011).

3.3. A memória social

“Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruínas, os jardins cimentados. Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo (uma sociedade de amigos de bairro, por exemplo) podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas. Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? Podem suprimir sua direção,

sua forma, seu aspecto, estas moradias, estas ruas, estas passagens. (...). À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo.” Ecléa Bosi, 2010, p.452

A memória é, por natureza, um campo de pesquisa multidisciplinar explorado pela psicologia, sociologia, filosofia, neurociência. Parte deste trabalho busca discutir alguns aspectos da memória relativos ao seu caráter social, uma vez que a memória se apoia na experiência vivida. Busca-se assim compreender se as memórias de Ivo Dias, externalizadas aqui através de sua fala e imagens, tornam possível construir outros espaços e tempos, diferentes dos difundidos pela memória oficial. Como a força subjetiva da memória de Ivo sobre o espaço onde nasceu e cresceu é capaz de constituir sua própria identidade?

Ecléa Bosi, psicóloga e professora de psicologia social da USP desenvolveu um trabalho sobre memória social profundamente influenciado pelo pressuposto geral da Teoria Gestáltica, que relaciona as formas de comportamento a complexos vivos de significação (BOSI, 2003). Em sua pesquisa ela também se debruçou sobre a obra de Henri Bergson e Maurice Halbwachs, almejando compreender como se constitui o substrato fluído do tempo para interpretar as lembranças de velhos da sociedade paulista do século XX, um estudo que deu origem ao trabalho *Memória e sociedade: lembrança de velhos* (BOSI, 2010). Nesse trabalho, Ecléa colheu a memória biográfica dos habitantes da São Paulo da primeira metade do século XX, através da qual foi possível também acessar a memória do tempo, do espaço, da política, do trabalho, além da memória cultural.

Mas para compreender aqui com maior profundidade as relações entre a conservação do passado e as formas com que ele se articula com o presente, afim de criar uma base sólida para algumas interpretações das memórias de Ivo e delinear o contexto de onde ocorre o ato de rememorar, é fundamental uma introdução, através do texto de Ecléa Bosi, aos conceitos de Henri Bergson, autor de *Matéria e memória*, cuja obra encontra-se no centro das discussões sobre tempo e memória, e de Maurice Halbwachs, autor de *Os quadros sociais da memória* e *A memória coletiva*. A doutrina bergsoniana da memória é fundamentalmente uma doutrina psicológica “pois parte da experiência individual do perceber e do lembrar” (BOSI, 2003, p.51). Por isso ela é um estudo

fundamental da psicologia social, uma vez que, segundo Reis, “o sujeito se constitui historicamente nas relações sociais e, nesse processo, a memória remete ao tempo vivido, cujo conjunto de experiências compõe um campo de sentidos para a construção de sua identidade” (REIS, 2010, p.389). Já a obra de Halbwachs consiste num avanço da obra de Bergson do ponto de vista da psicologia social uma vez que, de acordo com o autor, ela “ajuda a situar a aventura pessoal da memória, a sucessão dos eventos individuais, da qual resultam mudanças que se produzem em nossas relações com os grupos com os quais estamos misturados” (HALBWACHS, 2006, p.6).

É claro que para uma leitura justa das observações e teorias de Bergson e Halbwachs seria necessário um estudo profundo das obras dos autores e o contexto onde ambas se desenvolveram. Mas considerando que neste trabalho a memória é apenas um dos desdobramentos explorados que partem da fala de Ivo, vamos pressupor, assim como Bosi em *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, “a existência de um estofo social da memória, tomado em si, independentemente do conceito filosófico, mais geral que se possa ter da atividade mnêmica” (BOSI, 2010, p.43). A psicologia social, universo em que Ecléa atua, através de uma abordagem sócio histórica, concebe a memória como sendo social e historicamente construída, e constitutiva da subjetividade de quem recorda. Não se pretende aqui um aprofundar na construção da memória de Ivo ou compreender a constituição de sua subjetividade, mas contextualizar brevemente as forças por trás do ato de recordar e de que forma esse ato influencia a construção da história e de sua própria identidade.

O eixo fundamental de *Matéria e memória* de Henri Bergson é a oposição, o dualismo entre perceber e lembrar, onde é empregado um esforço na busca da diferenciação entre o conceito de percepção, ligado a um presente corporal contínuo, e o fenômeno da lembrança. É fundamental distinguir inicialmente os conceitos de *percepção pura* e *memória* em Bergson para compreender seus modos de interação. Ele entende que a relação entre percepção e a ação do corpo se inicia quando o próprio corpo se vê diante das imagens do presente ou evoca as imagens do passado. O sentimento da própria corporeidade convive com a percepção desse meio físico e social, onde um presente contínuo é permeado por movimentos de ações e reações do corpo sobre o ambiente. Quando incidem imagens no cérebro e essas imagens não suscitam ação,

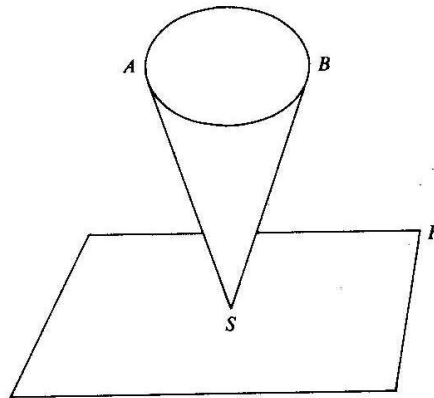
permanecendo no próprio cérebro durando, ocorre um esquema perceptivo que diverge do esquema motor, que ocorre quando as sensações levadas ao cérebro provocam movimentos do corpo. Para Bergson a percepção e a consciência são consequência de um processo onde o estímulo ao cérebro não conduz a uma ação. Independente das diferenças entre os esquemas, ambas situações dependem de uma existência do corpo no presente.

A percepção seria um hiato entre ações e reações do organismo, quando surgem imagens trabalhadas que assumem a qualidade de signos da consciência e que são, segundo Bosi, “resultado de estímulos não devolvidos ao mundo exterior” (BOSI, 2010, p.44). É nesse vazio que se abre a possibilidade da indeterminação. Bergson avança quando diferencia *percepção atual* e *lembrança*, uma vez que a lembrança se constitui de forma diferente. Há uma conservação subliminar e subconsciente de nossas experiências passadas, que se misturam aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos, alterando nossas percepções reais e influenciando a forma com que iremos reter indicações e signos do presente.

Para ilustrar a forma com que *percepção imediata* e *lembrança* se relacionam, Bergson elaborou um esquema científico denominado *cone da memória*, que explicita o fenômeno onde a percepção e a lembrança interagem, evidenciando, de acordo com Bosi, “a diferença entre o espaço profundo e cumulativo da memória e o espaço raso e pontual da percepção imediata” (BOSI, 2003, p.37). Ele comenta a figura do cone da seguinte maneira:

“Se eu represento por um cone SAP a totalidade das lembranças acumuladas em minha memória, a base AB, assentada no passado, permanece imóvel, ao passo que o vértice S, que figura em todos os momentos do meu presente, avança sem cessar e sem cessar, também, toca o plano móvel P de minha representação atual do universo. Em S concentra-se a imagem do corpo; e, fazendo parte do plano P, essa imagem limita-se a receber e a devolver as ações emanadas de todas as imagens de que se compõem o plano.” (BERGSON, 1959a, p.293)

Figura 28: o cone da memória.



Fonte: Bergson (1959a)

A memória seria, de acordo com Bosi, o “lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas” (BOSI, 2010, p.47), a faculdade psíquica cuja função seria “de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo” (BOSI, 2010, p.47). Como a lembrança passa a compor o cenário onde as percepções ocorrem, influenciando diretamente a percepção do presente, Bergson introduz um novo conceito de *percepção concreta e complexa*, que seria a única real uma vez que é impossível que alguma percepção não esteja impregnada pela memória. Essa percepção se vale do passado que a conservou, onde a memória seria, segundo Bosi, a “reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade das nossas experiências adquiridas” (BOSI, 2010, p.47).

Bergson ainda se debruça sobre o conceito de memória para distinguir internamente seus dois tipos: a primeira seria a responsável pela memória dos mecanismos motores, a qual ele dá o nome de *memória hábito*; a segunda seria a memória onde ocorrem lembranças independentes dos hábitos, isoladas, que se conformam, como Bosi menciona, como “autênticas insurreições do passado” (BOSI, 2010, p.48) e se referem a situações específicas. A *memória hábito* para Bergson seria algo adquirido a partir do esforço e da atenção na repetição dos gestos e das palavras, algo que surge em função das exigências de socialização, que compõem nosso adestramento cultural e se aproxima da percepção do presente. Já a *imagem lembrança* corresponde a uma situação mais definida,

individualizada, que se opõe à *memória hábito*, incorporada às práticas cotidianas. A *imagem lembrança* ativa a lembrança pura que, de acordo com Bosi, “traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Daí o caráter não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento por via da memória” (BOSI, 2010, p.49).

"Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros 'signos' destinados a evocar antigas imagens." (BERGSON, 1959a, p.183)

O ponto central em Bergson é compreender as relações entre a conservação do passado e as formas com que ele se articula com o presente, ou seja, a forma que memória e percepção se articulam, além de comprovar como Bosi menciona, “espontaneidade e a liberdade da memória em oposição aos esquemas mecanicistas” (BOSI, 2010, p.51) que supostamente tendem a alojá-la em algum compartimento específico do cérebro. Para Bergson, o passado se conserva por inteiro, de forma independente, cujo modo de existência é um modo inconsciente uma vez que toda lembrança permanece em estado latente, potencial.

Estudar as formas com que percepção e memória se relacionam nos ajuda a compreender as dinâmicas das lembranças que Ivo evoca. Ivo, assim como os memorialistas que Bosi entrevista, também é sensível às transformações urbanas e capaz de perceber as alterações que a cidade sofreu, e como isso se reflete em sua própria biografia (BOSI, 2014). Durante a narrativa oral de Ivo percebe-se que ele, como os entrevistados de Bosi, “evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência” (BOSI, 2003, p.44). Isso é percebido tanto no vídeo, quando ele se emociona ao recordar as dificuldades de construir a casa já pai de sete filhos, ou quando ele menciona a lembrança junto à sua mãe:

“Quando minha mãe estava subindo com a bacia, eu ia agarrado na barra da saia dela. Eu agarrado ali e as vezes eu estava querendo alguma coisa e chorando no pé da minha mãe. São quadros, quando

a gente está conversando assim é como se eu estivesse subindo com ela lá! Ela era maravilhosa minha mãe!”⁵

A rememoração de Ivo se dá a partir das minhas solicitações para que ele fale sobre o próprio passado, é o presente solicitando que as lembranças retornem. Como as abordagens lançavam perguntas de forma livre, deixando o entrevistado com liberdade para recordar sem que houvesse interferências da minha parte, ora as evocações eram precisas e mais restritas ao assunto lançado, ora elas despontavam também para outros universos, como no caso da relação de Ivo com sua mãe. Mas mais do que reviver as imagens de seu próprio passado, Ivo ao narrar vê a si mesmo no devir de homem que envelhece, que muda ao longo do tempo.

É importante reforçar que a memória de Ivo também é influenciada por questões pessoais, sociais, familiares e de outros grupos de convívio e de referência. Maurice Halbwachs desenvolveu estudos sobre a memória cujos focos se concentraram fortemente no âmbito das relações sociais. Nascido na França em 1877, Halbwachs morreu em 1945 num campo de concentração nazista na Alemanha e seu livro *Memória Coletiva* foi um lançamento póstumo de 1950 a partir de pesquisas deixadas pelo estudioso. Antes de se dedicar à sociologia estudou filosofia com Henri Bergson, cuja obra influenciou diretamente seus escritos. Halbwachs relativizou o conceito de Bergson sobre o estatuto da memória, uma vez que nesse autor a abordagem mais introspectiva leva a uma reflexão sobre a memória em si mesma como forma de conservar espiritualmente o passado, já que de acordo com Bosi, ele é “uma força espiritual prévia a que se opõe a substância material, seu limite e obstáculo” (BOSI, 2010, p.54).

O avanço que Halbwachs propõem à teoria de Bergson será em torno de investigar o que ele chama de quadros sociais da memória, uma vez que Bergson que trata de uma ontologia da memória. Em Halbwachs há um predomínio do social sobre o individual, pois mesmo que num primeiro momento a memória pareça particular ela sempre vai remeter a um grupo. Uma vez que o indivíduo carrega em si mesmo o registro dos fatos passados, ele está sempre interagindo com o meio social, pois de acordo com o autor “nossas lembranças

⁵ Entrevista realizada em pesquisa de campo na casa de Ivo Dias, entre os anos de 2016 e 2017.

permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p.30).

Para Halbwachs *lembrar* de qualquer fato depende primeiramente de um acontecimento a ser lembrado e um ator. Sob essa perspectiva tem-se uma noção individual da memória, na qual compreendemos que é necessário haver alguém que participou do fato como ouvinte ou como ator, capaz de se recordar do fato para guardá-lo ou relatá-lo. Assim a memória seria uma faculdade capaz de armazenar informações, classificada como *memória individual*. Para que um fato seja compartilhado, se perpetuando dentro de um grupo, é necessário que haja um testemunho (LEAL, 2012), que seria, para Halbwachs, aquela referência à qual recorreremos para fortalecer ou enfraquecer o que sabemos acerca “de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p.29). O primeiro testemunho que iremos recorrer inicialmente sempre será o nosso, para posteriormente buscarmos testemunhos em outros indivíduos. Deverá haver uma harmonia entre o testemunho individual e o testemunho do outro, uma vez que fazemos parte de um mesmo grupo e o evento recordado deve ser comum a todos os membros do grupo. Para o autor, não seria possível para um indivíduo isolado sustentar as próprias lembranças por um período prolongado, uma vez que o apoio desses testemunhos seria fundamental para alimentar essas lembranças e também formatá-las. Isso dá à memória um caráter relacional, já que ela se forma a partir da interação entre os indivíduos. A memória individual estaria, portanto, contida dentro de um conjunto mais abrangente da memória coletiva, sendo ela apenas uma visão parcial dos fatos que determinado grupo vivenciou.

A memória coletiva seria aquela que incorpora a memória de um determinado grupo e também as memórias dos componentes que se identificam com a memória desse grupo. Quando produzida dentro de uma classe ou sociedade, a memória coletiva se alimenta de sentimentos, imagens, valores e ideais capazes de agregar identidade àquele grupo. Ela é frequentemente articulada por esses fatores, capazes também de moldar a memória individual de quem recorda, mesmo quando quem recorda participou do fato rememorado em questão. A memória oficial, eleita pelos setores hegemônicos e muitas vezes responsável por influenciar a memória coletiva através de mecanismos de

exclusão, tende a eleger seus "heróis", num movimento que segue de cima para baixo, e que culmina em certa redução dos personagens tidos como secundários, já que a memória de cada um dos membros que vivenciou o fato passa a ser afetada pelo que a ideologia dominante interpreta. Isso evidencia a forma com que a história oficial permeia as consciências individuais, onde uma narrativa, segundo Bosi, é privilegiada dentro de um mito ou ideologia, ressaltando a submissão da mesma ao poder que a transmite e a difunde (BOSI, 2003, p.17). As instituições que interpretam a história, como as escolas, universidades ou museus, muitas vezes reproduzem as versões oficiais, solidificando esta memória oficial, que age em sentido oposto à lembrança pessoal.

A compreensão dos conceitos básicos de Halbwachs é fundamental para esclarecer o que ele chama de quadros sociais da memória. São os quadros, segundo Leal, "que guardam e regulam os fluxos das lembranças" (LEAL, 2012, p.4), que influenciam os indivíduos de diferentes formas permitindo a rememoração, servindo como pontos de referência que auxiliam a construção subjetiva de lembranças. Para o autor a memória individual nunca deixará de existir, mas ela estará sempre ancorada em inúmeros contextos, envolvendo diferentes participantes, o que implica numa transposição da natureza pessoal da memória que a converte, de acordo com Leal, em um "conjunto de acontecimentos partilhados por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva" (LEAL, 2012, p.3). É possível que haja um rompimento de um indivíduo diante da memória coletiva de um grupo, quando o ponto de vista desse indivíduo muda segundo o lugar que o indivíduo ocupa, assim como mudam também as relações que o indivíduo mantém com outros indivíduos e ambientes (HALBWACHS, 2006, p.69). Ecléa diz que

[...] a memória dos velhos rema contra a maré, porque a cidade não permite a visitação de um velho a outro. Eles perdem o grupo recordador das mesmas lembranças. Esse grupo recordador é testemunha e intérprete dessas lembranças. Quando isso se perde, as memórias se dispersam e precisa muito esforço para colhê-las." (BOSI, 2014, p.1).

Para ela a linguagem é o instrumento decisivamente socializador da memória. De acordo com a autora, Halbwachs diz que no próprio interior da

lembrança, onde encontra-se a imagem evocada, já se articulam noções gerais veiculadas pela linguagem. Assim as influências das instituições formadoras do sujeito estariam agindo já no cerne dessas imagens, deixando claro que não se trata de quadros sociais agindo nas imagens como justaposição de forças.

Halbwachs aponta que num processo de rememoração coletiva terá maior destaque nas lembranças de determinado grupo aquilo que foi vivenciado por um maior número de pessoas e que as experiências vivenciadas por um número menor de integrantes adquirem um caráter de segundo plano, o que justificaria porque as lembranças de grupos menores e internos dentro de um grupo maior seriam pouco lembradas ou esquecidas. Mesmo frisando a importância do coletivo na alimentação e formatação de lembranças, Halbwachs admite que apenas o indivíduo é capaz de lembrar, o que seria algo como uma espécie de intuição sensível. Mas mesmo assumindo esse caráter individual do ato de rememorar, de acordo com Halbwachs um sujeito é sempre um instrumento das memórias do grupo ao qual pertence.

“Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem.” (HALBWACHS, 2006, p.30)

Entretanto, sabemos que a preservação das memórias é fortemente influenciada pelos jogos de poder dentro de uma sociedade, que decidem quais memórias serão mantidas e as formas que elas serão perpetuadas, independentemente da quantidade de pessoas envolvidas nas experiências vivenciadas. Por se tratar de uma construção social, a memória implica num processo de escolha de cunho parcial e seletivo, onde alguns eventos têm prioridade, de forma que sejam destacados os elementos que colaboram para a formação de uma identidade positiva que auxilia o predomínio de posições privilegiadas e de poder de certas classes e indivíduos em detrimento de outros.

O caso de Ivo Dias ilustra essa situação, uma vez que a memória coletiva acerca da origem do nome do bairro Luxemburgo destoa da experiência vivida por Ivo. Segundo seus relatos, o bairro Luxemburgo inicialmente era parte do bairro Coração de Jesus e, posteriormente, numa data que Ivo não sabe

precisar, ele passou a ser chamado de Luxemburgo pelas instâncias públicas. Mas é fato que esse batismo não foi dado diretamente por Albert Scharlé, que era vizinho de Ivo e que veio a falecer na década de 1950. Ivo e sua família vivenciaram a origem do bairro de forma distinta da forma com que a memória oficial transmite e que continua a ser difundida pela mídia e pela indústria do mercado imobiliário, o que acaba por fomentar a própria memória coletiva da população. A memória acaba por se tornar um objeto de disputa, uma vez que os diferentes grupos e as diferentes forças buscam salvaguardar suas próprias visões sobre o passado.

Para Ecléa o que falta em Bergson seria justamente um tratamento da memória como fenômeno social. Existem outras influências sociais e culturais agindo sobre a memória em momentos diversos além de quando o presente a solicita na forma da *memória hábito* ou na forma da *imagem-lembrança*, como por exemplo, nas relações entre os sujeitos e as coisas lembradas. A contribuição de Halbwachs no âmbito da psicologia social chega quando ele expande as relações dentro do conceito de memória, que irão além do corpo e espírito, e passam a ser estudadas também na realidade interpessoal das instituições sociais.

“De todas as interferências coletivas que correspondem à vida dos grupos, a lembrança é como a fronteira e o limite: coloca-se na interseção de várias correntes do pensamento coletivo. Eis por que experimentamos tanta dificuldade para nos lembrar dos acontecimentos que apenas nos concernem. Vemos então que não se trata de explicitar uma essência ou uma realidade fenomenal, mas de compreender uma relação diferencial.” (HALBWACHS, 2006, p.6)

A importância de compreender as visões de Bergson e Halbwachs está justamente em entender de que forma os diferentes tipos de memória influenciam a escrita da história e como ela influencia a memória coletiva de uma sociedade ou nas memórias individuais. Como os pontos de vista são eleitos para compor a história oficial? Busca-se a partir dessa análise tornar visível e contextualizar o quadro no qual Ivo rompe a homogeneidade da história oficial através de um depoimento de memória oral, que traz implícita a memória individual de quem vivenciou a origem do bairro Luxemburgo, compartilhando sua experiência no espaço da cidade.

“Será a memória individual mais fiel que a social? Sim, enquanto a percepção original obrigar o sujeito a conter as distorções em certos limites porque ele viu o fenômeno. Mas o quando, o como, entram na órbita de outras motivações. Se a memória grupal pode sofrer os preconceitos e tendências do grupo, sempre é possível um confronto e uma correção dos relatos individuais e a história salva-se de espelhar apenas os interesses e distorções de cada um.” (BOSI, 2010, p.420)

Sabemos que quando vemos, mesmo que juntos, não vemos igual a mesma porção do visível. Quando Ivo se põe a falar sobre o que ele vê em seu ato de lembrar, essa é uma forma dele tecer o invisível, contar sobre eventos que estão em seu passado. O comum é aquilo que promove uma ligação, um liame entre os sujeitos separados, mas que não apaga as diferenças pois toda experiência é também fundadora de uma separação, são singulares para cada indivíduo que a experimenta.

Nas décadas de 1970 e 1980 houve um processo dentro das ciências sociais que passou a tomar a subjetividade como objeto de estudo, numa busca que procurou problematizar as tradicionais abordagens da disciplina que viam os indivíduos como seres passivos diante das inúmeras influências do meio externo. Através da valorização das ações individuais, as ciências sociais passaram a reconhecer a liberdade dos sujeitos e sua contribuição para a construção da vida social. Já no âmbito da história, influenciado pelas abordagens do campo etnográfico, os pesquisadores passaram a se concentrar mais nos aspectos micro da vida coletiva, passando a valorizar a subjetividade através de campos de pesquisa como o da história oral, buscando compreender a conduta do homem comum. É aí que aspectos tais como as emoções, as vontades individuais, os impulsos inconscientes passam a ser considerados fontes de conhecimento. É nesse ambiente que se encontra a valorização da história oral, como mencionado por Rios, “e dos relatos em primeira pessoa como fontes de verdade e meios privilegiados para a reconstituição histórica do passado” (RIOS, 2013, p.14). O que sustentaria esse modo de fazer história seria justamente o fato de que a memória é o resultado de uma experiência vivida de forma direta ou imediata, cujos relatos orais em primeira pessoa são a reconstrução de suas experiências da realidade (RIOS, 2013). É importante ressaltar que a memória, quando relatada por via oral em primeira pessoa, assume um ponto de vista que caracteriza a subjetividade do sujeito e sua singularidade, um conteúdo que não encontra espaço dentro do conceito de

memória coletiva. Mas é importante ressaltar que, embora a coleta de história oral seja um método valioso, capaz de possibilitar um conhecimento sobre o passado, é necessária cautela ao considerar os testemunhos individuais como fontes de verdades inquestionáveis.

Para Bosi a memória parte sempre de um presente que, na busca pelo passado, apropria-se do que não lhe pertence mais. Ela opera com liberdade, pois escolhe de maneira não arbitrária situações no espaço e no tempo através de critérios que relacionam índices comuns, intensificando suas configurações quando um significado coletivo incide sobre elas. A autora defende a tomada de palavra em prol da criação de um tempo, que deve ocorrer através da narração de experiências, pois manter-se mudo "petrifica a lembrança que [...] paralisa e sedimenta" (BOSI, 2003, p.35) as experiências no fundo da garganta. Em meus momentos de conversa com Ivo Dias haviam os instantes de hesitação, onde a busca por imagens históricas e palavras capazes de descrever as cenas rememoradas muitas vezes se prolongavam sem constrangimento, dando a ver os trabalhos da memória. O fechamento de uma constelação da memória vai depender diretamente das ações realizadas no presente, pois a distância entre dois momentos da narrativa necessita de um encerramento.:

“[...] isso só é possível quando o historiador provoca um rasgo no discurso bem costurado e engomado do historicismo e se detém bruscamente numa constelação saturada de tensões. Não o faz para registrar pormenores da mentalidade da época; é uma escolha que tem a ver com o sujeito definido pela ipseidade e não pela semelhança com outros, pela mesmidade. Um sujeito que tomou a palavra ou agiu, causa de si mesmo, e decidiu eticamente criando um tempo privilegiado, um tempo forte dentro do correr plano dos dias.” (BOSI, 2003, p 33)

Através do vínculo com o passado somos capazes de extrair forças que conformam nossas identidades, ação fortemente ligada à sobrevivência dentro de uma sociedade. É através da análise dos acontecimentos que vem à tona através das lembranças dos sujeitos comuns que temos a chance de preencher as lacunas da história. Pelo estudo da memória nos tornamos também capazes de identificar como a identidade, coletiva ou individual desses sujeitos, se constroem, uma vez que a memória, de acordo com Pinsky, “é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é – de identidade.” (PINSKY,

2011, p.167). Seria impossível separar a memória da identidade uma vez que elas estão indissociavelmente ligadas já que, como Silva menciona, “sem recordar o passado não é possível saber quem somos. E nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças” (SILVA, 2013, p.204).

A memória oral ilustra o que é conhecido pela psicologia social como História das Mentalidades ou História das Sensibilidades (BOSI, 2004, p.15). Quando essa memória tem como fonte a lembrança de velhos, ela se torna um objeto de estudo que é também um mediador entre as testemunhas do passado e as gerações mais recentes. Seu papel é ser um intermediário informal da cultura, em contraponto com os mediadores formais, constituídos pelas instituições que repassam valores e conteúdos constituintes da cultura, e que muitas vezes afastam e veem como sem importância alguns aspectos do cotidiano denominados *micro comportamentos*. Quando desejamos constituir crônicas do cotidiano a memória oral se torna um importante instrumento, pois ela não busca ir contra uma história política hegemônica, mas evidenciar fragmentos desconhecidos. Não nos interessa aqui a veracidade dos fatos contados por Ivo, uma vez que dentro de um grupo maior seu ponto de vista diverge do que a memória coletiva elegeu. A história, quando se apoia exclusivamente em documentos oficiais, não dá conta das dobras presentes nos episódios ocorridos: a memória oral seria então capaz de evidenciar pontos de vista contraditórios, distintos entre si, que fogem absolutamente de uma unilateralidade, e é justamente aí onde se encontra seu aspecto mais rico.

Dentro de um contexto funcional e social da memória, os velhos são uma categoria social tida, de maneira geral, como a categoria dos depositários da memória de um grupo. Mas Bosi defende que a memória dos velhos seria aquela memória mais próxima dos conceitos de Bergson, onde diferente de depósito, ela seria uma atividade do espírito que parte da experiência individual do perceber e do lembrar (BOSI, 2003, p.51), capaz de fazer reviver o passado. A evocação dos velhos demanda uma inteligência do presente, no qual sem o trabalho de reflexão em cima das lembranças, elas seriam imagens fugidias:

Quem está atento à escuta da voz e do *pathos* do narrador oral, que revive os momentos cruciais da sua vida, consegue distinguir uma fala que, ao mesmo tempo, produz imagens e conota o sentimento do tempo enquanto *duração*. Não é, portanto, uma linguagem de coisas (no sentido estreito de função referencial), pois o que se lembra são

momentos vividos, respostas pessoais, em suma, a melhoria do passado interpretada pelo presente. Não é uma linguagem de coisas porque o autor da narrativa oral coincide existencialmente com o seu sujeito; a duração do relato coincide com o Tempo lembrado que assim é intuído por dentro” (BOSI, 2003, p.48)

É fato que uma economia capitalista, como Bosi menciona, age de forma perversa nas “instâncias privilegiadas de crueldade” tais como as mulheres, as crianças e os velhos (BOSI, 2010, p.11). Como Bosi se dedica a colher essas memórias, em sua obra ela os identificou como sujeitos oprimidos em diferentes instâncias da nossa sociedade, seja pelos mecanismos institucionais da burocracia da aposentadoria, ou pelos mecanismos psicológicos que discriminam e banem do convívio social. Na obra de Bosi, ser velho é sobreviver. Mas se a sociedade capitalista destrói os apoios da memória e impõe a história oficial celebrativa sobre a lembrança (BOSI, 2010, p.18), para Bosi cabe aos velhos resistir a essa opressão dos fatos e dar voz às suas histórias pessoais.

Esta pesquisa, profundamente tocada pela abordagem de Ecléa Bosi, não busca apenas delinear a memória social no estágio da velhice de Ivo Dias, mas ouvir uma resistência, que teve início em Silvéria Cândida Pinto, passou por Maria Cândida e permanece em Ivo. É importante entender a forma com que o espaço da fazenda de Silvéria, do terreno de Maria Cândida e da casa atual de Ivo, que surgem através de seu depoimento oral e das fotografias registradas, trazem à tona um conjunto de experiências vividas por ele e sua família ao longo dos anos, e que compõem um campo de sentidos constitutivos de sua própria identidade.

Ao longo de nossas conversas constatei que, diferente dos entrevistados de Ecléa Bosi em *Lembranças de velhos*, pessoas idosas que viviam em casas de repouso, Ivo ainda se mantém ativo, trabalhando na manutenção de sua própria casa de inúmeras formas. Era corriqueiro visitá-lo e, ao chegar em sua casa, vê-lo envolvido com a rega das plantas, a colheita das frutas e do café (que é colhido, seco ao sol, depois socado, descascado, torrado e moído, tudo executado por Ivo no quintal). Seja pintando o portão, cuidando do jardim do passeio ou limpando as folhas do telhado, a casa de Ivo é para ele um sujeito que demanda cuidados, e é por isso que Ivo se refere a ela como alguém que necessita dele para permanecer viva, ela é a grande responsável por esse tempo

ainda espesso que aparece através de sua fala, pois demanda no cotidiano uma dedicação constante à qual Ivo se entrega com muita satisfação.

Não há para Ivo na atualidade um tempo social vazio e pobre de acontecimentos, mesmo com a idade avançada, há um tempo calmo, mas ativo, no qual ele vive a vida sem tanta urgência, ainda que com demandas. É nesse compasso mais leve que Ivo se dedica ao cuidado diário com tudo que ainda vive no seu quintal, que impressiona pela riqueza das espécies frutíferas diversas, de pequeno, médio e grande porte. É lá que os passarinhos ainda encontram abrigo, água e alimento e é onde Ivo e Isabel cultivam banana, jabuticaba, coco, abacate, mexerica, café, caqui, fruta do conde, algodão, diversos tipos de pimenta, romã, uva, cravo, canela, limão, pitaya, urucum, pitanga, laranja, dentre outros. A vegetação é tão exuberante que é difícil saber onde o terreno termina. Seu quintal passou a ser o lugar dos afetos, de onde Ivo ainda avista o verde que um dia inundou aquela região e que ainda causa surpresa nos visitantes devido à densidade e diversidade das espécies que abriga. Apreciar o quintal é também apreciar os cantos dos pássaros que ainda o visitam e avisam do nascer e do fim do dia para aqueles que ainda tem os ouvidos sintonizados para as sutilezas da vida. É como se sua riqueza tornasse possível recuperar no presente um contexto da fazenda da sua avó, extinto há quase cinquenta anos.

As diferentes casas em que Ivo viveu ao longo dos anos naquele mesmo terreno, na área correspondente ao antigo Lote Colonial 19, são uma presença constante em sua biografia. A primeira casa, situada no terreno abaixo de sua residência atual, foi onde ele nasceu e cresceu. Interiores e exteriores compõem o cenário onde Ivo viveu os momentos mais significativos de sua infância, o centro geométrico do mundo, a partir de onde a cidade cresceu em todas as direções (BOSI, 2010, p.435), de onde partem as ruas, as calçadas, de onde a vida se desenrolou. A área externa era o reinado das brincadeiras, onde Ivo corria, subia em árvores, colhia frutas, mergulhava na palha de arroz e jogava futebol com bola feita de meia. Esses espaços não eram apenas cenários, as terras da antiga fazenda integram a essência de Ivo na qual ele se ancora para constituir seu próprio eu, são o que ele mesmo chama de *raiz*. A casa e o quintal ainda são os lugares onde, como menciona Bosi, “tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos, que mudar é perder uma parte de si

mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver” (BOSI, 2010, p.436), fato facilmente percebido quando escuto de Ivo que se mudar da casa nunca foi algo considerado. Bosi descreve que “há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza” (BOSI, 2010, p.451), ou seja, o relacionamento entre a casa e Ivo é repleto de vínculos, onde qualquer mudança seria capaz de abalar sua estrutura pessoal e persistiria no peito dele como uma carência.

“Na nossa vida é assim, uma passagem só. A gente tem alegria de ver as coisas acontecendo e a gente tá aí, lutando pela preservação. Porque eu, principalmente, meu desejo enquanto eu puder, é aqui. A hora que chegar também de sair, é para o outro lado lá em cima.”⁶

Pelas paredes da sala de estar e jantar da residência atual de Ivo repousam quadros pintados e reproduções fotográficas da única imagem da casa onde Ivo nasceu. Há inclusive uma maquete, construída por ele mesmo, que reproduz essa primeira morada. Com ela em mãos, Ivo me mostrou as janelas e a posição dos quartos, a porta da frente e a porta da cozinha que dava para os fundos. Os quadros, as fotografias e a maquete são propriedades sagradas, preciosas, capazes de dizer muito sobre Ivo e sua família, pois são objetos animados, dotados de uma fala silenciosa. Ao nos adaptarmos ao meio que se altera ao longo dos tempos, é necessário que algo dele se mantenha, garantindo a nós estabilidade e equilíbrio. A casa que abrigou Ivo, seus pais e irmãos conta a ele algo íntimo dessas pessoas que já partiram e desse lugar que se modificou. Bosi diz que “as coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que fomos” (BOSI, 2010, p.443), algo que sinaliza a importância para Ivo de reconstruir esses espaços e cercar-se desses elementos que comunicam de forma silenciosa e marcam as suas relações mais profundas.

⁶ Entrevista realizada em pesquisa de campo na casa de Ivo Dias, entre os anos de 2016 e 2017.

Figura 29: Fotografia da maquete da primeira casa de Ivo Dias, confeccionada em papelão.



Fonte: Fotografia da autora (2017).

Conversar com Ivo sobre a evolução da área correspondente ao lote Colonial 19 é adentrar um terreno de luta, onde um esforço inimaginável foi empreendido para a manutenção da propriedade, seja enquanto fazenda, terreno de Maria Cândida, ou casa atual. Propriedades que a todo tempo aparecem em seu discurso como algo que se via escorrer por entre os dedos, e que se constituem como verdadeiras figuras simbólicas da resistência da sua família.

“O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças.” (BOSI, 2010, p. 443)

A memória de Ivo se apoia fundamentalmente nos espaços de sua casa, é a manutenção dela que garante estabilidade para essa memória e impede a espoliação de suas lembranças. Ela necessita desses espaços pois eles são

como arrimos, por isso o apego de Ivo à edificação e à vegetação do quintal, que apesar de serem diferentes da vegetação da fazenda, são como objetos biográficos, capazes de remeterem Ivo a uma vida vivida, eles são, mesmo que distintos de outrora, inseparáveis dos eventos ali ocorridos. Ivo ainda vive o tempo com uma duração intensa, um tempo que ainda é espesso, que não se afinou e esgarçou transformando o passar do dia num passar de horas lento e repetitivo. O tempo social de Ivo é rico de acontecimentos pois ele se envolve a todo tempo em tarefas relativas à casa, não é só ele que a mantém viva, a casa também o mantém vivo porque exige dele dedicação.

Em muitos momentos o apagamento dos rios da nossa metrópole cruzou esse trabalho, seja na substituição dos topônimos que referenciavam os grandes rios do país por nomes da política, seja pela canalização dos rios da capital que hoje correm invisíveis aos nossos olhos, inclusive embaixo do asfalto do bairro Luxemburgo. Mas a mina d'água que nasce no quarteirão de Ivo ainda resiste, a água ainda brota e desce sobre o asfalto. Na fala de Ivo a água corre e os rios vivem, eles são a é metáfora para sua própria presença na região, que a despeito de tudo, ainda permanece:

“A água ainda tem, corre até hoje, ela corre na João Martins. A mina era lá embaixo no fundo. E essa área aqui de baixo era só mato, árvore grandona mesmo, e lá, você precisava ver, maravilhoso o lugar, era um poço muito grande e bonito. Essa mina era maravilhosa, ainda é até hoje. Mas no loteamento, na abertura das ruas, ela subiu, lá era baixo e no subir prensou ela lá embaixo. Mas ela saiu cá em cima. Segurar a água é muito difícil, então ela saiu em cima no terreno, mas ela corre direto e reto lá na rua. A natureza é maravilhosa, não tenho dúvida.”⁷

A mata do mosteiro, a mina d'água, o corredor residual onde vivia o jequitibá centenário, todos estes são elementos de resistência que compõem um mapa afetivo do bairro, assim como o próprio Ivo, que não deseja se fazer notar pela propriedade que um dia foi de sua avó. Suas palavras dão a ver o que lhe é mais caro, as terras, o respeito com a natureza, o entendimento do tempo e a força da memória, esses aspectos se referem a uma posse simbólica do espaço e que o constituem em sua própria subjetividade, não o deixam esquecer de sua essência. Ivo quando conta sobre suas próprias memórias faz um dos exercícios

⁷ Entrevista realizada em pesquisa de campo na casa de Ivo Dias, entre os anos de 2016 e 2017.

mais difíceis, que é o de aceitar o que não pode mais retornar, o irreversível, o que foi perdido. Mas no compartilhar de suas histórias, o faz com graça e liberdade, dando consentimento a essa perda (BOSI, 2014): “Isso é bom para mim sabe? Porque enquanto eu estou relembando uns quadros desses, foram quadros de dificuldade, mas foram maravilhosos”⁸.

A preocupação com a veracidade da narração de Ivo ou eventualmente de seus familiares deixou de se configurar como algo importante, uma vez que como Bosi menciona, “seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial” (BOSI, 2010, p.37) e reforçam de fato os pontos de vista da memória pessoal de Ivo e de sua família. E há que se pensar, qual versão sobre um fato é a verdadeira? “Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado por um memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a sua verdade” (BOSI, 2003, p.65)

A história de Ivo não é a história dos vencedores nem a dos oprimidos, uma vez que ele e sua família são representantes de uma resistência, um grupo que se manteve na região a despeito de todas as forças contrárias. De acordo com Rios,

“[...] a elevação das memórias de um grupo ao plano hegemônico envolve o combate e a supressão das memórias de outros grupos, que passam a ocupar uma condição de marginalidade. No entanto, ainda que sofram com a opressão e a censura, esses grupos não deixam de produzir suas próprias memórias.” (RIOS, 2013, p.12)

Isso significa que as forças hegemônicas irão sempre selecionar as memórias que lhe forem mais convenientes, o que não vai impedir que outros grupos continuem a produzir suas próprias redes de significação. No caso de Ivo não houve censura de suas memórias, mas uma falta de interesse de diferentes instâncias em tornar as suas histórias visíveis.

Michael Pollak refere-se às memórias dos grupos “menores” como uma modalidade denominada memórias subterrâneas, que se referem às memórias dos marginalizados, mas também das minorias políticas, dos segmentos mais

⁸ Entrevista concedida por Ivo Dias à Mariana Falcão Duarte entre os anos de 2016 e 2017.

pobres, dos movimentos sociais e de outras instâncias que se situam fora do núcleo hegemônico. Quando abertas as vias capazes de ouvir essas memórias, elas tendem a vir à tona com muita intensidade, como Rio menciona “rompendo a ordem vigente e trazendo mudanças e consequências incalculáveis” (RIOS, 2013, p.12). São transmitidas por vias informais e possuem um tom afetivo mais pronunciado de maneira geral. Carregam a marca da oralidade e é por isso que as entrevistas de história oral se conformam como “um método privilegiado para a abordagem desse tipo de experiência” (RIOS, 2013, p.13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando comecei a pensar numa abordagem para o mestrado, busquei na própria cidade que habito alguma oportunidade sensível e pouco explorada para pesquisar. Moro no bairro Serra há anos e mesmo tendo passado alguns curtos períodos fora dele, é o bairro onde cresci e com o qual me identifico, meio a suas virtudes e mazelas. É um bairro onde a diversidade encontra lugar, onde um comércio múltiplo, de pequenos serviços, caminha lado a lado com os grandes estabelecimentos, ambos muito solicitados por sua população que permeia todas as classes e que dá a esse território ares de cidade do interior. Sapateiros, vidraceiros, estofadores, restauradores de móveis, padarias, mercearias, bares, restaurantes, clínicas, cartórios, pequenas escolas, grandes escolas, supermercados, farmácias, postos de gasolina e clubes se situam entre as vilas, os grandes condomínios e as casas antigas que ainda resistem. É possível viver na Serra sem precisar sair dela.

É nela também que se encontram um conjunto de ruas cujos topônimos referenciam mulheres: Dona Salvadora, Dona Cecília, Dona Marianinha. Quando pequena passava pela esquina da Rua Dona Marianinha e brincava que aquela ali era a minha rua pois ela possui o meu apelido, algo que intensificava ainda mais minha intimidade com o logradouro. Passados os anos as ruas e seus nomes se mantiveram ali, calados no meio do cotidiano atribulado, mas ainda donos de uma latência: comunicavam algo a mim, algo que eu mesma não sabia identificar. Gostava deles, mesmo sem saber quem foram aquelas mulheres que inundaram parte do bairro com seus nomes. E porque tantas mulheres?

A toponímia, quando referência nomes de pessoas, cria um estranho jogo de sentido, uma vez que na minha opinião ela não se configura de fato como uma homenagem e também não legitima a posse daquelas terras para o dono do nome, uma vez que é proibido nomear públicos com o nome de alguma personalidade ainda viva. Um dos questionamentos iniciais para essa pesquisa foi o entendimento do significado da antroponímia feminina que recai sobre algumas ruas do bairro Serra. Entender quem eram essas figuras femininas que emprestam seus nomes para as ruas do bairro onde moro, e com ajuda das quais desenvolvi uma relação de identificação com este território pareceu ser uma boa oportunidade de tema. Conseguiria eu desvendar os rostos por trás desses nomes?

O olhar para o bairro Luxemburgo, um bairro que visitei poucas vezes ao longo da minha vida, só veio porque ele faz parte da identidade do meu companheiro de vida, o Daniel. Assim como a Serra participa de mim e eu dela, o Luxemburgo é assim para o Daniel, que morou na Rua Silvéria Cândida Pinto por quase trinta anos. Foram quase trinta anos de vizinhança com Ivo Dias, crescendo na rua, assistindo suas mudanças, brincando com os filhos de Ivo. Há uma relação familiar entre eles na qual eu fui gentilmente inserida, e sem a qual talvez não teria sido possível desenvolver esse trabalho. O fato de Ivo residir na rua permitiu a mim uma aproximação a quem de fato vivenciou a passagem do tempo naquele lugar, uma fonte primária que poderia esclarecer inúmeras lacunas que os documentos oficiais não esclareciam. Ao buscar um corpus para esta pesquisa ficou muito claro a força das memórias e fotografias de Ivo, além de sua relação com a Rua Silvéria Cândida Pinto como lugar. Não houve dúvidas de que as lembranças sobre aquele logradouro, que também referêcia uma mulher, deveriam emergir através deste trabalho.

Ao pesquisar sobre a Rua Silvéria Cândida Pinto nos arquivos e bibliotecas, tecia uma busca paralela por fotografias do bairro Serra e sobre sua história. Era incrível ver fotos do meu bairro há 50, 60 anos atrás, as mesmas ruas nas quais caminho hoje e por onde caminharam tantos outros moradores, que assistiram o fechamento de seus córregos, assim como Ivo assistiu à canalização do Córrego Guaicuí, Leitão e das minas d'água da fazenda de sua avó. Ficou claro que desvendar a história do bairro Serra era algo tal como desvendar minha própria história. E ao desvendar a história do bairro Luxemburgo, foi como inscrever em mim novas relações e identidades com aquele lugar e seus moradores. Através deste trabalho passei a participar do bairro e a possuí-lo como parte de mim mesma. As histórias de Ivo suscitaram em mim a criação de um outro tempo e espaço, uma paradoxal "reinvenção" da história do bairro que acabara de conhecer. A fazenda de Silvéria ganhou contornos quase palpáveis, permitindo também a mim a inauguração de uma relação com o bairro e seus habitantes.

As fotografias de Ivo as quais tive o privilégio de analisar, inscreveram em mim novas possibilidades de leituras desses espaços visitados em outros tempos nas fotografias vernaculares. Não são substratos que reconstroem canários, mas elementos através dos quais o nosso entendimento do espaço e

do tempo se dá. Rever as fotografias do bairro Serra suscitaram em mim o entendimento das modificações sofridas pelas ruas e quarteirões do meu bairro, assim como foi possível ver Ivo reconstruir a si e ao espaço através de suas próprias imagens.

A Rua Silvéria Cândida Pinto não referêcia apenas Silvéria. A busca pela história da rua fez emergir a vida de uma família, mas em especial de duas mulheres, Silvéria e Maria Cândida. Duas viúvas que tiraram daquelas terras o sustento para uma família numerosa e que, mesmo em meio à tantas adversidades e dificuldades, possuíam a compreensão do sentido de preservar o meio ambiente em que viviam, assim como Ivo. O ressoar de seus nomes e histórias, seja através da toponímia ou do compartilhamento das memórias de Ivo, rompem com a noção geral acerca do papel da mulher como agricultora e trabalhadora rural e enfatizam suas contribuições no processo de independência econômica do estado e desenvolvimento da capital no início do século XX.

A noção de enraizamento, tantas vezes citada por Ecléa Bosi, tomou forma neste trabalho através da relação de Ivo com a rua e o bairro. Se no princípio da pesquisa era difícil compreender porque Ivo era o último parente direto de Silvéria ainda residente na área, hoje não há mais dúvida. Seria estranho para mim se ele deixasse a rua. O enraizamento é, de fato, o que impede a espoliação de suas lembranças, pois o contínuo tráfego por aqueles espaços que, a despeito de todas as modificações sofridas se manteve, é o que possibilita à Ivo um comunicar silencioso de quem ele é.

Se as memórias de Ivo não encontram comprovações nos arquivos e documentos oficiais, é no território do bairro onde se localizam os elementos que atestam sua sabedoria acerca daquele espaço: foi incrível visitar o corredor residual entre os edifícios da Rua Gentios, onde se localizava o Jequitibá centenário de Ivo e imaginar como ele seria se ainda estivesse lá. Ou, ao percorrer o quarteirão acompanhado por Ivo, questioná-lo sobre a qualidade da água que escorria pelo meio fio da Rua João Martins e imediatamente presenciar um beija-flor se banhando no estreito fio de água que ainda escorre da mina d'água que "subiu" quando a rua foi aberta. Percorrer o bairro em sua companhia permitiu a mim vê-lo em parte como era há 70 anos atrás, quando os córregos ainda eram abertos e as árvores ainda adensavam a área.

É preciso generosidade para compartilhar as próprias memórias e também para ouvir as memórias do outro. Numa pesquisa como essa não há apenas a seleção de um corpus para ser investigado, uma vez que há também a escolha de quem vai ouvir os tesouros da vida do outro, é uma via de duas mãos que precisa do aval de ambos os lados. Agradeço a Ivo pela honra de ouvir suas memórias. Os meus encontros com ele, orientados pelas teorias de Ecléa, trouxeram muitas questões, dentre elas algumas que tangenciaram este trabalho em alguns momentos e que concernem a forma que a terceira idade é vista e tratada em nossa sociedade. Houve um aprendizado não apenas referente às técnicas relativas ao registro de depoimentos orais, mas ao tratamento humano com aqueles os quais carinhosamente Ecléa se referia como os *velhos* de nossa sociedade, nossos memorialistas. A eles devemos nosso profundo respeito, pois há de se pensar que se tivermos sorte, um dia seremos nós a querer compartilhar nossas próprias histórias. Esta pesquisa me incentivou a buscar minhas próprias raízes, me fazendo voltar para meus familiares a fim de enriquecer meu repertório histórico sobre minhas próprias origens.

Quando percorremos o terreno onde agem as operações da memória nos damos conta de que a mesma foge a uma suposta verdade histórica. Ela é repleta de representações ideológicas, onde não existe uma versão original, mas inúmeros fatores complexos que interferem nos acontecimentos e que vem à tona de forma muito sensível através de depoimentos de história oral. Através desta pesquisa passei a ter acesso a partes de uma história que não deseja competir com a oficial, pois o fundamental é que ambas, micro história e história oficial, se choquem e se complementem, sejam juntas capazes de criar algo novo.

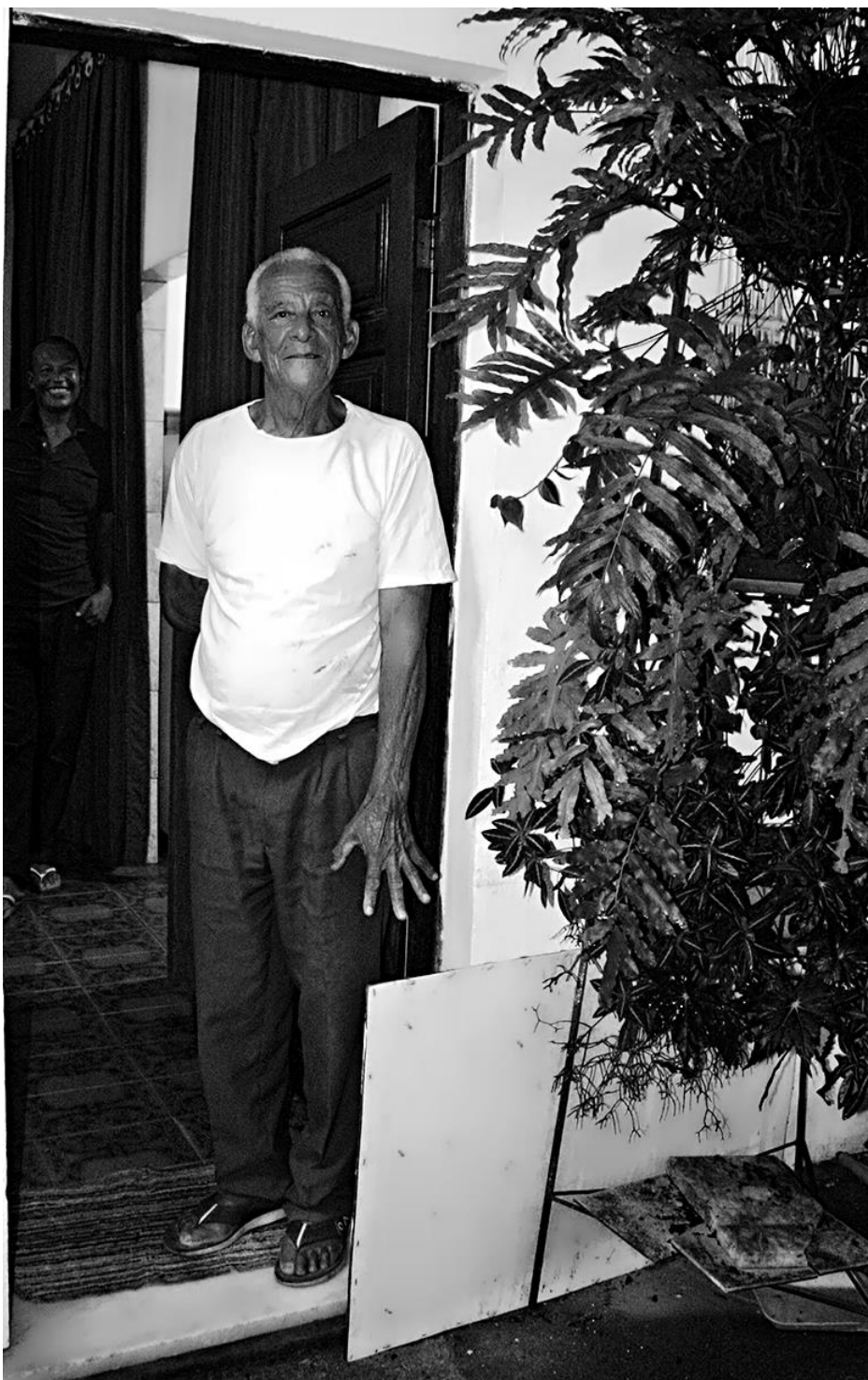
Optei por manter o tom afetivo das memórias de Ivo no depoimento em vídeo, que incluíram as pausas durante alguns processos de rememoração e também as lágrimas, porque são esses momentos e sentimentos que dão dimensão à profundidade das experiências afetivas do morador. Os buracos da memória são fragmentos tão importantes quanto as lembranças, pois são os trechos nebulosos das narrativas que evidenciam como o fato se deu no cotidiano de quem relata. Não desejam agregar ao trabalho um tom apelativo, mas dar forma às relações estabelecidas naqueles espaços e entre aquelas pessoas. Ivo construiu sua subjetividade em estreita dependência com o espaço

da antiga fazenda de sua avó, algo nele só ganha dimensão enquanto habitante daquele lugar. É possível então dizer que a Rua Silvéria Cândida Pinto, assim como seu entorno, está impregnada de manifestações da intimidade de Ivo, num movimento de intensa troca, tal como um diálogo entre um mundo interno, composto por emoções, sentimentos e pensamentos, em direta relação com um mundo externo. É nesse encontro de Ivo com o mundo externo, seja a rua, o bairro ou seu quintal, onde o presente se torna passado, e onde o vivido se transforma em lembrança.

Ao ouvir e compartilhar à memória individual de Ivo Dias este trabalho buscou evidenciar um ponto de vista acerca da construção da cidade de Belo Horizonte e sobre a fundação do bairro Luxemburgo, além de propiciar a criação de uma comunidade de partilha, um espaço onde é possível reconfigurar a experiência histórica da cidade e inaugurar novas formas de se relacionar com ela através da subjetivação política. Esse movimento de subjetivação é capaz de reconfigurar as experiências comuns no espaço urbano e provocar dissensos, trazendo à tona menos formas de "ser em comum" e mais formas de "aparecer em comum", objetivando um espaço onde todos podem contribuir na construção da memória da cidade. Este comum não deve ter objetivo, fim ou começo, pois as operações de rememoração são operações de abertura do tempo e reconstrução de significados, onde o presente é alargado possibilitando novas formas de ser compreendido.

ANEXOS

Figura 30 – Ivo Dias em sua casa.



Fonte: Foto da autora (2016).

Figura 31 – Ivo Dias cuidando de seu quintal.



Fonte: Foto da autora (2016).

Figura 32 – Fruta do Conde do quintal de Ivo Dias.



Fonte: Fotos da autora (2016).

Figura 33 – Jabuticaba do quintal de Ivo Dias.



Fonte: Fotos da autora (2016).

Figura 34 – Café do quintal de Ivo Dias.



Fonte: Fotos da autora (2016).

Figura 35 – Acerola do quintal de Ivo Dias (café e acerola).



Fonte: Fotos da autora (2016).

Figura 36 – Cravo do quintal de Ivo Dias.



Fonte: Fotos da autora (2016).

Figura 37 – Cravo do quintal de Ivo Dias.



Fonte: Fotos da autora (2016).

Figura 38 – Colégio Pitágoras. Ao fundo, o Bairro Santo Antônio.



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Figura 39 – Vista aérea do Córrego do Leitão, quando ainda era aberto. Do lado direito os bairros Cidade Jardim, Coração de Jesus, Luxemburgo e Vila Paris. Do lado esquerdo o bairro Santo Antônio.



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Figura 40 – Canalização da Avenida Prudente de Moraes



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Figura 41 – Bairro Coração de Jesus em 1945



Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto

Figura 42 – Anúncio de venda de lotes do Condomínio Ouro Velho Mansões.

ANÚNCIO PARA QUEM SABE GOZAR A VIDA



OURO VELHO MANSÕES

(setor sul) uma paisagem européia dentro da cidade

Não oferecemos este negócio ao grande público. Trata-se de um oferecimento especial a Você, que pretende construir para a sua família uma residência (ou casa de veraneio) num bairro essencialmente aristocrático. Onde você pode ter uma bela piscina. Onde você pode fazer um belo pomar. Onde você se sentirá um europeu. Tudo isto, e mais o conforto de estar a 12 minutos do centro de uma grande metrópole. QUINTAS, todas com mais de 1.000 até 2.700 metros quadrados. Topografia excepcional, água

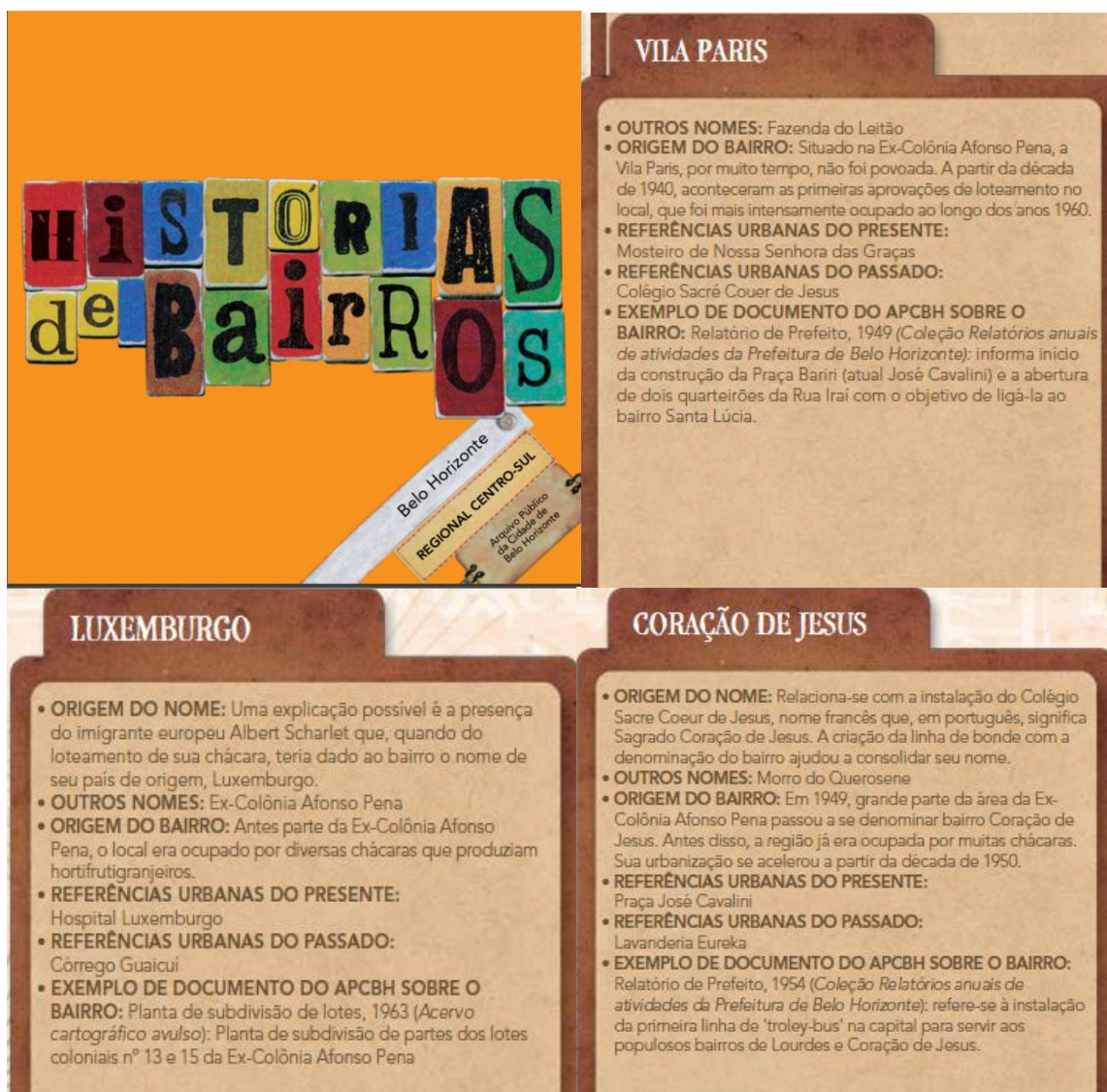
com abundância, rede telefônica já instalada, luz já ligada. Setor de maior valorização da cidade: zona sul, ao lado da Rodovia do Ouro - no prolongamento da futura Av. Afonso Pena, em direção a Nova Lima (obra em andamento, dentro do projeto de urbanização da Serra do Curral). A apenas 12 minutos da praça da Savassi. Preço acessível. Financiamento em um ano. Solicite a visita de um corretor, pelos telefones 22-9490 24-3116 - 24-7993 - Edifício Acácia - 14.º andar.

OURO VELHO MANSÕES
SETOR SUL
GRANDE BH

Algo novo... mas somente para quem pode.

Fonte: Estado de Minas, 21 dez. 1969. 4o caderno, p. 3 (Hemeroteca Histórica de Minas Gerais).

Figura 43 – Guia História de Bairros, Belo Horizonte, Regional Centro-Sul



Fonte: Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Tito Flavio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte.** Tese (Doutorado em História) - FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

APCBH. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Centro-Sul.** Coordenadores, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Raphael Rajão Ribeiro – Belo Horizonte:ACAP-BH, 2008

BARBOSA, Andréa. **Fotografia e memória: Entrevista com Miriam Moreira Leite.** Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 13, vol. 20(1+2): 339-354 (2009)

BARBOSA, Rodolpho P. **Padronização de Nomes Geográficos no Brasil.** Revista Brasileira de Geografia, v.42, n.1, 147-155, 1980.

BENJAMIN, Walter. **Gesammelte Schriften V.** 1972, pp. 577, 578

_____. **Passagens.** 2006:505 [N 3, 1]

BERGSON, Henri. **Matéria e memória.** Tradução Paulo Neves da Silva. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1990

_____. **Matière et mémoire.** Oeuvres. Paris: PUF, 1959a

_____. **L'âme et le corps.** Oeuvres. Paris: PUF, 1959b

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos.** 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 201

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

_____. **Narrativas sensíveis sobre grupos fragilizados.** Entrevista:2014. In <http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/ecllea-bosi-narrativas-sensiveis-sobre-grupos-fragilizados/>

_____. **Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano.** Belo Horizonte: Revista Dispositiva, n.2. Entrevista:2012. In <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301>

CANTINHO, Maria João. **Aby Warburg e Walter Benjamin: a legibilidade da memória.** História Revista, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 24–38, maio/ago. 2016

CASTELLO BRANCO, Lúcia. **A traição de penélope.** São Paulo: Annablume, 1994

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, 1: Artes de fazer.** Tradução Ephraim Ferreira Alves. 22 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória histórica de Nova Ponte.** Belo Horizonte: Cemig, 1997

DUARTE, Regina Horta. **Eu quero uma casa no campo: a busca do verde em Belo Horizonte.** 2014.

FONTCUBERTA, Juan. **O beijo de Judas: fotografia e verdade.** São Paulo: Editora Gustavo Gilli, 2010.

GAGNEBIN, J.M. **Walter Benjamin - os cacos da história.** São Paulo, Brasiliense, 1982

_____. **Walter Benjamin ou a história aberta, prefácio a W. Benjamin, Obras escolhidas I.** São Paulo, Brasiliense, 198

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Vol.XXXII. (Verbetes “Toponímia”), p.70-84.Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d.

GUIMARÃES, César. **Imagens da memória: entre o legível e o visível.** Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras/ Estudos literários - Fale/UFMG; Ed. UFMG, 1997

_____. **Comum, ordinário, popular: figuras da alteridade no documentário brasileiro contemporâneo.** In: MIGLIORIN, Cezar (Org.). Ensaio no real. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010. p. 181-197.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Memória de Ruas: Dicionário Toponímico de Belo Horizonte.** 2ª ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2008

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Ed. Centauro, 2006

LEAL, Luana Aparecida MATOS. **Memória, Rememoração e Lembranças em Maurice Halbwachs.** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, Campus Vitória da Conquista, 2012. Acesso em: 24/10/2013. Disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>

LÖWI, Michael; BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin: aviso de incêndio.** Tradução Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARQUES, Ângela. **Política da imagem, subjetivação e cenas de** dissenso. Artigo: discursos fotográficos, Londrina, v.10, n.17, p.61-86, jul./dez. 2014

_____. **Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 22, p. 25-39, dez. 2011.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. **Dinâmicas de cidadania: abordagens etnográficas sobre a diversidade.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

MURICY, Katia. **Alegorias da dialética: imagem e pensamento em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

MORAES, Tetê. **Quando a rua vira casa**. Documentário. Roteiro e participação de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, filmado no bairro do Catumbi. Rio de Janeiro, em 1980

NASH, Katherine. **Mapping emotion, again**. Disponível em <<http://www.gg.rhbc.ac.uk/vg/landing/index.html>>. Acesso em 09.03.2003 [2002].

NEGRE, 1963

OLIVEIRA, Maria Eugênia Dias. **Walter Benjamin: As passagens da modernidade**. S.d.

PANAGIA, Davide. **Dissenting words: a conversation with Jacques Rancière**. *Diacritics*, v.30, n.2, 2000, p.113-126

PEREIRA, Josemeire Alves. **Dos que chegam e dos que ficam: migrantes negros em Belo Horizonte**. (1897c.-1950c.) 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento - política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996

_____. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.;Ed 34, 2009

_____. **Política da arte**. Tradução Mônica Costa Netto. S.d.

_____. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: ED. 34, 1996

_____. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

_____. **Política de Pedro Costa. In: Cem Mil Cigarros - os filmes de Pedro costa.** Ed. Ricardo Matos Cabo, Lisboa: Orfeu Negro, 2009, p53-63.

_____. **Aux bords du politique.** Paris: Gallimard, 2004^a

_____. **La Mésentente – politique et philosophie.** Paris: Galilée, 1995

REIS, Aarão. **Ofício n/ 26 de 23 de março de 1895 apresentando ao Governo as plantas da cidade.**

REIS, Alice Casanova. **A constituição social da memória: lembranças de uma testemunha da II Guerra Mundial.** Psicol. rev. (Belo Horizonte) vol.16 no.2 Belo Horizonte ago. 2010

RENNÓ, Rosangela. **Menos-valia [Leilão]**

RIOS, Fábio. **Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michel Pollak e Beatriz Sarlo.** In: Revistas Intratextos, 2013, vol 5, nº1, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>

RISÉRIO, Antônio; GARCEZ, Raul. **Em casa.** Revista Zum n.6. 02/09/2014 <http://www.mapahistoricodigitalbh.com.br/#!oito-analises-do-plano-do-aaro-reis/c1ae7> - Acessado em 15/07/2016

SANTOS, Carlos Nelsson Ferreira. VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** 3^a ed. São Paulo, Projeto, 1985

SEEMANN, Jörn. **A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do Estado do Ceará.** Vivência, v. 29, p. 207-224, 2005.

VERNE, Julio. **Os Quinhentos Milhões da Begum.**

VOIGT, Andre Fabiano. MARTINS, Miriam Mendonça. **Arte, imagem e fotografia: um diálogo possível entre Roland Barthes, Walter Benjamin e Jacques Rancière**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIOUCRS, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016.

URIARTE, Urpi Montoya. **Podemos todos ser etnógrafos?** Redobra, v. 10, p. 171-189, 2012.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte. Classificados: página 15. 20/04/2003

JORNAL PLENÁRIO. Belo Horizonte. Caderno Geral: página 5. 30/05/1196

JORNAL "O TEMPO". Belo Horizonte: página 6. 09/06/2001

CADERNO DE IMAGENS





